



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

JUANITA NATASHA GARCIA DE OLIVEIRA

**“Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”:  
O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social expressas  
na Luta pelo Direito à Cidade**

PORTO ALEGRE

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Garcia de Oliveira, Juanita Natasha  
"Quem não pode com a formiga não atíça o  
formigueiro": O Serviço Social e as Interfaces da  
Questão Social expressas na Luta pelo Direito à Cidade  
/ Juanita Natasha Garcia de Oliveira. -- 2021.  
179 f.  
Orientador: Thaisa Teixeira Closs.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa  
de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social,  
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Questão Social. 2. Direito à Cidade. 3.  
Cotidiano. 4. Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto.  
I. Teixeira Closs, Thaisa, orient. II. Título.

**Juanita Natasha Garcia de Oliveira**

**“Quem não pode com a formiga não atija o formigueiro”:  
O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social expressas  
na Luta pelo Direito à Cidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Política Social e Serviço Social**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thaísa Teixeira Closs

Linha de Pesquisa: Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional

PORTO ALEGRE

2021

**Juanita Natasha Garcia de Oliveira**

**“Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”:**

**O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social expressas  
na Luta pelo Direito à Cidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Política Social e Serviço Social**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thaísa Teixeira Closs

Aprovado em Porto Alegre, 02 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Thaísa Teixeira Closs (UFRGS) - Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Reidel (UFRGS) - Membro Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jane Cruz Prates (PUCRS) - Membro Externo

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Valente Santana (UFPA) - Membro Externo

---

Me. Rodrigo Rafael Souza e Silva (MTST) - Membro Externo

À Iglea Madrid (in memoriam), revolucionária  
anônima, pelo exemplo de força,  
determinação e sobriedade, apesar de tudo.

## AGRADECIMENTOS

Esta trajetória não seria possível sem o apoio, carinho e conselhos das pessoas que assim como eu, ousam sonhar.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), coordenadores e coordenadoras, militantes, apoiadores e apoiadoras, residentes da Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, sobretudo às mulheres pela acolhida e confiança na partilha de suas histórias e experiências.

À minha família carnal e espiritual, em especial ao Pedro de Oliveira Falleiro, pelo cuidado e atenção que tens dedicado. Mamãe te ama, Tesouro!

Ao meu Babalawô Xantu do Lodé, por incansavelmente mostrar que os sonhos se tornam realidade e ser a força que me guia em tempos de calmaria e tormenta. Também te amo, baba!

Às amigas, Elizandra e Susi pelas risadas soltas e análises de conjuntura regadas à cerveja gelada e petiscos. Vocês são mulheres incríveis! E: fora, Bolsonaro!

Ao meu queridão Rodrigo de Oliveira Vilela que mesmo distante tem sido meu HD externo. Obrigada por compartilhar este cérebro tão brilhante comigo nas horas de aflição teórica.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Thaísa cuja gentileza e generosidade consegue extrair o que cada um tem de melhor. Quando crescer, se eu for metade de tu, estarei realizada.

Às professoras Tatiana, Jane e Joana pela atenção e disponibilidade, sobretudo nesta etapa de formação. Assim como ao companheiro Rud, que entre tantas responsabilidades e tarefas, compartilha comigo à militância junto ao MTST. Todo respeito e admiração pelas contribuições à profissão. Me sinto privilegiada por contar com vocês nessa caminhada.

Aos colegas e amigades que fiz no PPG de Política Social e Serviço Social da UFRGS, em especial à Cíntia “Marx” e Greice pelos momentos de desabafo e

acolhida: mente e corpo agradecem.

Ao corpo docente do PPG, em especial professora Alzira e Miriam, professor Fernando e Sarriera. Cada qual a sua maneira foi responsável por manter meu foco e determinação apesar dos percalços da vida.

À minha querida afilhada Ariel Rosa, responsável pelos maravilhosos registros fotográficos. (A dinda sabe que não é fácil se tornar Sebastião Salgado da noite para o dia). Obrigada pela companhia, risadas e reflexões, aprendo muito contigo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que compreenderam minha ausência e certa “displicência”. Quando uma temática de estudos se torna um projeto de vida, temos o dever ético e político de se comprometer com cada partícula de tempo. Muito obrigada.

*De que se ocupa essa mente desvinculada agora da tarefa de dar sentido ao trabalho, reduzida à prosaica tarefa de interpretar o trabalho pelo trabalho, sem conhecer o destino do que é produzido por meio dele? Ela imagina e sonha. (MARTINS, 2000, p. 88)*



## RESUMO

O presente estudo sistematiza a abordagem da questão social e suas expressões na condição, modo de vida e organização política de mulheres residentes de uma ocupação urbana organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na interface com a luta pelo direito à cidade. Foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa, com a adoção da metodologia de História Oral, ancorada no método dialético-crítico. Por meio de entrevistas vídeo gravadas e registros fotográficos realizados com mulheres que residem na Ocupação Povo Sem Medo, as trajetórias de vida evidenciam as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, num cotidiano permeado de desigualdades e resistências sociais. Trata-se de uma angulação de pesquisa ainda pouco explorada na área de Serviço Social, que pode subsidiar novas estratégias de trabalho, tendo como centralidade a análise da questão social, em suas múltiplas expressões na cena contemporânea, a partir dos subsídios teóricos da teoria social marxista, destacando-se a relevância da produção de Henri Lefebvre acerca das noções de direito à cidade e cotidiano. Enquanto resultados, verificou-se no conjunto de depoimentos que as experiências do estigma da identidade sem teto, dos processos de exclusão mediados pela pobreza, conferem unidade às histórias de vida sobretudo no que tange um universo coletivo onde são gestados os sonhos e esperanças. Nesta perspectiva podemos inferir que a discussão das condições de vida, foram evidenciadas a partir da interlocução do nível de acesso à moradia, trabalho e renda, como determinações que impactam diretamente no direito à cidade. Permeada pela construção de sociabilidades e modos de viver que emergem da vida cotidiana no âmbito coletivo e pautados por laços de solidariedade classista, as estratégias de lutas e resistências se apresentam como elementos essenciais à organização política das mulheres sem teto. Neste sentido, as experiências referem o método das ocupações de vazios urbanos que não cumprem com a função social de propriedade como principal estratégia utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na disputa do espaço urbano como expressão da luta de classes. Os achados da pesquisa revelam também que no âmbito da produção científica na área de Serviço Social tal abordagem permanece diminuta, sobretudo em referência às lutas sociais travadas no contexto de ocupações urbanas. Sob a perspectiva de totalizações provisórias, compreende-se que se torna fundamental fortalecer as estratégias de lutas travadas pelas organizações políticas da classe trabalhadora, sobretudo na mediação do trabalho dos/das assistentes sociais em articulação com os movimentos sociais urbanos, apreendendo-as como ferramentas que conferem renovação política às bases organizativas dos coletivos sociais, no horizonte da radicalidade democrática e da emancipação humana.

**Palavras-chave:** Questão social; Direito à cidade; Cotidiano; Movimento dos Trabalhadores Sem teto.

## ABSTRACT

This study systematizes the approach to the social issue and its expressions in the condition, way of life, and political organization of women residents of an urban occupation organized by the Homeless Workers' Movement in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, in the interface with the struggle for the right to the city. It was developed from qualitative research, with the adoption of the Oral History methodology, anchored in the dialectic-critical method. Through videotaped interviews and photographic records made with women who live in the Povo Sem Medo Occupation, their life trajectories show the contradictions engendered by the capitalist mode of production, in a daily life permeated with social inequalities and resistance. This is an angle of research that has been little explored in the area of Social Work, which can subsidize new work strategies, focusing on the analysis of the social issue, in its multiple expressions in the contemporary scene, from the theoretical subsidies of Marxist social theory, highlighting the relevance of Henri Lefebvre's production on the notions of the right to the city and daily life. As result, it was verified in the statements that the experiences of the stigma of the homeless identity, of the processes of exclusion mediated by poverty, confer unity to the life stories, especially when it comes to a collective universe where dreams and hopes are born. From this perspective, we can infer that the discussion of living conditions was evidenced from the interlocution of the level of access to housing, work, and income, as determinations that directly impact the right to the city. Permeated by the construction of sociabilities and ways of living that emerge from daily life in the collective sphere and guided by ties of class solidarity, the strategies of struggle and resistance are presented as essential elements to the political organization of homeless women. In this sense, the experiences refer to the method of occupying urban vacant lots that do not fulfill the social function of property as the main strategy used by the Homeless Workers' Movement in the dispute for urban space as an expression of the class struggle. The research findings also reveal that the scientific production in the field of Social Work has little to offer, especially about the social struggles waged in the context of urban occupations. Under the perspective of provisional totalization, it is understood that it becomes fundamental to strengthen the strategies of struggles waged by the political organizations of the working class, especially in the mediation of the work of social workers in articulation with urban social movements, apprehending them as tools that confer political renovation to the organizational bases of social collectives, on the horizon of democratic radicalism and human emancipation.

**Keywords:** Social Issue; Right to the City; Daily Life; Homeless Workers Movement.

## LISTA DE IMAGENS

**Imagem 1:** Núcleo urbano Inicial em 1840

**Imagem 2:** A cidade de POA, 1851

**Imagem 3:** Cais do Porto, 1865

**Imagem 4:** Cortiço da Rua Gal. Caldwell no Menino Deus

**Imagem 5:** Mercado Público, 1870

**Imagem 6:** Cel. Genuíno, 1880

**Imagem 7:** Rua dos Andradas, 1890.

**Imagem 8:** Avenida João Pessoa, 1907.

**Imagem 9:** Viaduto Otávio Rocha, 1932.

**Imagem 10:** Fábrica da Neugebauer

**Imagem 11:** Inauguração do IAPI

**Imagem 12:** IAPI, 1950

**Imagem 13:** Rodoviária de POA, 1970.

**Imagem 14:** Freeway, 1973.

**Imagem 15:** Ocupação Povo Sem Medo

**Imagem 16:** Obras no entorno da OPSM

**Imagem 17:** Placa exposta no Barracão

**Imagem 18:** Condições de vida na OPSM

**Imagem 19:** Jogo de Bolita

**Imagem 20:** Moradores da OPSM

**Imagem 21:** Sentidos e significados do viver cotidiano

**Imagem 22:** Trabalho

**Imagem 23:** Noite da Ocupação

**Imagem 24:** Fé na luta

**Imagem 25:** A união entre campo e cidade

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Periódicos e Produção Científica sobre a temática da pesquisa

**Quadro 2** - Artigos identificados na pesquisa segundo descritores

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>AC</b>	Análise de Conteúdo
<b>AEIS</b>	Área Especial de Interesse Social
<b>AISF</b>	Aeroporto Internacional Salgado Filho
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>DEM HAB</b>	Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FIFA</b>	Federação Internacional de Futebol
<b>FMRU</b>	Fórum Metropolitano de Reforma Urbana
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>FPSM</b>	Frente Povo Sem Medo
<b>LGBTQI</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais
<b>MLB</b>	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
<b>MNRU</b>	Movimento nacional de Reforma Urbana
<b>MNPR</b>	Movimento Nacional da População da Rua
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPSM</b>	Ocupação Povo Sem Medo
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PCVA</b>	Programa Casa Verde e Amarela
<b>PDDUA</b>	Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PISA</b>	Projeto Integrado SocioAmbiental
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família

<b>PNDU</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RMPA</b>	Região Metropolitana de Porto Alegre
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFJF</b>	Universidade Federal de Juiz de Fora
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UMM-SP</b>	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
<b>ZEIS</b>	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO .....</b>	<b>28</b>
2.1 A relação entre Estado e Propriedade Privada .....	31
2.2 Urbanização brasileira: a cidade de Porto Alegre .....	47
2.3 Políticas Urbanas na atual conjuntura: o legado de Temer e Bolsonaro.....	63
2.4 As refrações da questão social expressas nas condições e modos de vida das trabalhadoras sem teto da Ocupação Povo Sem Medo.....	77
<b>3 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO URBANA: A MEDIAÇÃO ENTRE TEORIA E REALIDADE NA INTERLOCUÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO.....</b>	<b>96</b>
3.1 A questão urbana nas produções dos periódicos da área de Serviço Social.....	98
3.2 O Direito à Cidade sob a perspectiva de Henri Lefebvre .....	111
3.3 A organização política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto sob o olhar das Mulheres Sem Medo.....	123
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>161</b>



## 1 INTRODUÇÃO

*“Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária. (ENGELS, 1887, p. 71)<sup>1</sup>*

Se os impactos da pandemia por COVID-19 fizeram irromper de maneira brusca as expressões da questão social relacionadas à questão urbana, tal cenário não se apresenta como estranho à realidade da maioria de trabalhadores e trabalhadoras sem teto.

Neste estudo<sup>2</sup> procuramos discutir a luta pelo direito à cidade a partir das interfaces da questão social expressas nas condições, modos de vida e organização política de mulheres residentes da Ocupação Povo Sem Medo (OPSM) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (POA/RS) e militantes vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A temática abordada surge a partir das experiências vivenciadas no processo de formação pós-graduada de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RIM/UFRGS), as quais possibilitaram maior aproximação com o debate sobre o direito à cidade, produção do espaço e permanência no urbano na cidade de POA/RS mediada pela articulação política e organizativa do MTST.

Em consonância com o projeto ético-político dos/das assistentes sociais, a vinculação junto ao movimento se justifica pela mediação da categoria questão social, uma vez que a intervenção profissional sob a luz das lutas e resistências sociais podem

[...] nos conduzir a perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas *para além* das políticas que intervimos, o que nos ajuda a enfrentar processos que vêm formando uma cultura profissional que tende a dar primazia à ação prática e aplicada no âmbito imediato e circunscrito aos limites das demandas institucionais postas à profissão. (DURIGUETTO, 2014, p. 191)

Nesta perspectiva, se evidencia a necessidade de maior mediação

---

<sup>1</sup> Citação contida na obra “Sobre a Questão da Moradia”, p. 71, de Friedrich Engels, 2015.

<sup>2</sup> O referido estudo foi aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da UFRGS, após aprovação científica pela banca de qualificação, sendo executado mediante parecer de aprovação do CEP.

teórico-prática da categoria profissional nessa direção, desenvolvida de maneira articulada com os movimentos sociais, cujo “universo das lutas, das resistências e das organizações da classe trabalhadora” proporcionam “vitalidade ao nosso projeto profissional nos tempos que ocorrem” (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 115).

Através dos Fundamentos do Serviço Social que “consistem na forma particular na qual a profissão constitui uma matriz explicativa da realidade e da profissão, gestada no movimento histórico da sociedade” (CLOSS, 2017, p. 38), encontramos possibilidades de análise que permitem desocultar a conformação da questão social, compreendendo-a enquanto “o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 156).

No âmbito da profissão, o debate das interfaces da questão social expressas nas condições, modos de vida e organização política de trabalhadores e trabalhadoras sem teto residentes em ocupações, ainda é diminuto. No conjunto das produções científicas na área de Serviço Social observamos a ênfase nas experiências de trabalho dos/das assistentes sociais na mediação com os serviços e as políticas sociais, nos espaços dos sindicatos ou ainda nas atividades de extensão universitária (CFESS, 2018), dando pouca visibilidade nas produções, ao protagonismo dos sujeitos com os quais trabalhamos.

As palavras de Yazbek (2010, p. 153) elucidam com clareza o compromisso que o presente estudo se propôs, ponderando que: *“Cada vez mais, é preciso considerar a impossibilidade de alcançar a realidade das classes subalternas sendo estranhos à sua cultura, à sua linguagem, a seu saber do mundo”*.

Aprofundar o debate acerca das formas de lutas e de resistências sociais que estão postas na realidade da cidade de POA/RS, como uma das (entre outras) estratégias utilizadas pelos movimentos sociais como forma de disputa da riqueza socialmente produzida, é adentrar num universo permeado de constrangimentos, estigmas e exclusão, mas também numa dimensão repleta de contestação que incita a construção de sonhos e esperanças.

Os achados da pesquisa mostram que entre tantas adversidades, os sujeitos que resistem coletivamente são capazes de construir outras formas de sociabilidade.

Seja na partilha do cobertor com o rigoroso inverno que se tem no RS, seja na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Nesta trilha, conformam a histórica luta de classes e não estão aquém ao modo de vida burguês, imposto por instrumentos de poder presentes nos aparelhos de coerção (militar e policial) e capilarizado também pelos “meios de comunicação, instituições da sociedade civil burguesa, aparelhos ideológicos, organizações culturais” (IASI, 2014, p. 64) enquanto aparelhos privados de hegemonia. Portanto:

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas, marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e alienação e sobretudo, pela resiliência aliada às estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. (YAZBEK, 2010, p. 153)

Esta dinâmica, repleta de contradições, se faz presente na OPSM. Localizada na zona norte da capital gaúcha, encontra no reconhecimento dos iguais - os/as sem teto - a possibilidade de constituição de “sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe” (YAZBEK, 2009, p. 28). Projeto este amplamente vinculado aos interesses e necessidades da classe trabalhadora e portanto um projeto societário revolucionário.

A chamada crise urbana, expressão da renda fundiária dotada de “caráter especulativo de propriedade imobiliária” mostra “seus vínculos íntimos com a estrutura econômica capitalista e o seu papel nas transformações urbanas contemporâneas” (OLIVEIRA, SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 58). Segundo Lefebvre (2001):

A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral. Ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, dinheiro e capital, ela persiste. E mesmo ela se consolida, desde o tempo de Marx, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e, conseqüentemente, reconstituindo, sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda da terra). A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, *pesa sobre o conjunto da sociedade*. (LEFEBVRE, 2001, p. 160-161, grifos do autor).

E para enfrentar as conseqüências provenientes da propriedade fundiária e a renda da terra concentrada em poucas mãos, como bem sinaliza Lefebvre (2001), emergem no contexto urbano diferentes organizações políticas que buscam discutir não apenas o direito à moradia, como também a possibilidade de construção de projetos urbanísticos consonantes com as demandas e necessidades pautadas pela

classe trabalhadora.

É na década de 1990 que o MTST surge no estado de São Paulo (SP) em decorrência da instabilidade econômica que demarca o período de implementação da agenda neoliberal no País. A compreensão de que a histórica luta pelo direito à terra impacta na realidade expressa no meio urbano, através da precarização das condições de vida, têm forte repercussão nas estratégias organizativas do movimento (MTST, 2017).

Caracterizado como um movimento territorial de trabalhadores e trabalhadoras que atua nas periferias, “tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas” (MTST, 2005, p. 3) e, portanto, compreende que a organização social transcende a conquista da terra ou da moradia, ela caminha em direção a construção do poder popular e da revolução urbana.

O ano de 2013 representou um marco na expansão<sup>3</sup> do movimento. O processo de resistência às remoções forçadas da população em detrimento das obras de megaeventos, como a Copa Mundial da FIFA no Brasil, tiveram grande influência em sua nacionalização. Contudo é a partir da candidatura às eleições presidenciais de Guilherme Boulos - Coordenador Nacional do MTST - e Sônia Guajajara, - mulher e liderança indígena - como vice presidente pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no ano de 2018, que novas perspectivas se evidenciaram no contexto nacional de lutas travadas pela classe trabalhadora, condensando num bloco político as pautas do movimento negro, LGBTQI, feminista, indígena, entre outros. A militância político-partidária se faz presente nos anos seguintes, intensificada pela filiação de militantes do movimento ao PSOL.

É na disputa eleitoral municipal na cidade de SP em 2020 que Boulos (prefeito) e Luíza Erundina (vice-prefeita) protagonizaram uma das mais belas e criativas campanhas eleitorais. Apesar dos inúmeros ataques, mentiras e fake news, às ações do MTST passam a ser pautadas nos espaços de debate, entrevistas e

---

<sup>3</sup> Entre os anos de 1997 a 2017 o MTST realizou mais de 50 ocupações a terrenos que não cumpriam com a função social de propriedade, conforme determina a Constituição Federal brasileira de 1988 e o Estatuto das Cidades.

atividades online, gradativamente sendo percebidas pela sociedade como instrumentos de luta e reivindicação.

Nesta seara, as ações estratégicas e políticas construídas pelo MTST se caracterizam “por um perfil contestador e de enfrentamento ao instituído”, destacando-se “pela organização de importantes segmentos da classe trabalhadora na luta cotidiana da vida” (FARAGE, 2014, p. 250-251).

Através da ocupação de espaços urbanos que não cumprem com a função social da propriedade, o MTST é notadamente reconhecido por denunciar as questões referentes à moradia popular e as demais determinações que constituem a questão urbana. Entre elas: trabalho, renda, saúde, educação, soberania alimentar e acesso às políticas públicas e sociais, assim como aprofundar as discussões em torno da produção do urbano e da justiça espacial no contexto brasileiro e latino-americano.

Para além do processo organizativo e autogestionado das ocupações, são necessárias atividades de mobilização e participação comunitária de militantes, apoiadores e comunidade em geral. A centralidade do debate presente nestas ações, no horizonte da “Reforma Urbana”<sup>4</sup>, direcionam as estratégias utilizadas pelo movimento nas diferentes comunidades e espaços de atuação.

Presente em 12 estados da federação, o MTST tem atuado na região Norte nos estados de Tocantins e Roraima, no Nordeste no Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, no Centro-Oeste em Goiás e Distrito Federal, no Sudeste em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e na Região Sul no Paraná e Rio Grande do Sul.

A pertinência do trabalho comunitário<sup>5</sup> com trabalhadores e trabalhadoras organizados em seus territórios, a partir da sua realidade, torna a organização política territorializada numa ação pedagógica e educativa, capaz de fornecer

---

<sup>4</sup> Para fins deste debate, compreendemos Reforma Urbana enquanto fenômeno necessário na promoção de um “horizonte de lutas” que possibilite à classe trabalhadora pautar e tencionar na esfera pública o direito à cidade. Apesar das inúmeras conquistas travadas pelos movimentos sociais referente à questão urbana no país, sabemos que no modo de produção capitalista, a vida urbana transformada em mercadoria, impossibilita a produção do espaço com vistas a atender às demandas sociais, sendo este, terreno fecundo para a valorização e reprodução do capital.

<sup>5</sup> Por trabalho comunitário, entende-se as ações práticas realizadas nos territórios de atuação, entre elas: cozinhas, hortas e bibliotecas comunitárias, formação de grupos temáticos de discussão referentes à temas relacionados à etnia, gênero, juventudes, entre outras.

subsídios para a construção das estratégias de resistência, participação e mobilização popular, contando com o apoio de diferentes atores sociais.

Conforme enunciado anteriormente, as experiências que permitiram maior aproximação junto ao MTST se estreitaram em agosto de 2017. A mobilização de moradores da Vila Nazaré, “Vila Dique, Vila Laranjeira e das Ocupações Progresso e Império” que ocuparam um grande terreno na Zona Norte da cidade, vetor de crescimento da especulação imobiliária de Porto Alegre” (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 97), permitiu agregar esta experiência ao trabalho profissional desenvolvido em Unidade de Saúde enquanto assistente social residente.

A proximidade das comunidades no entorno do Aeroporto Internacional Salgado Filho (AISF) tornou a permanência de mais de 2 mil famílias da região insustentáveis. A expulsão de trabalhadores e trabalhadoras das zonas centrais das cidades, para locais cada vez mais distantes dos polos de trabalho, somadas aos precários serviços de educação, saúde e assistência social reiteram a lógica organizacional do planejamento das cidades pela ótica do capital.

A Zona Norte da capital gaúcha, próxima a rodovias, grandes centros de indústria e comércio, aeroporto e largas avenidas, ainda dispõe de espaços “vazios” de terra, sinalizando o avanço da especulação imobiliária e o aumento dos aluguéis na região. Concomitante a isso, o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) - que atualmente está em processo de revisão - define a região enquanto “Macrozona 2 Corredor de Desenvolvimento”, ou seja, compreende as áreas entre a BR-290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil, como pontos estratégicos de desenvolvimento e infraestrutura, o que restringe a atividade residencial na mesma proporção em que fortalece o setor produtivo através da “integração de equipamentos como o Aeroporto e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA S.A” (PORTO ALEGRE, 2010, p. 43). Tal planejamento evidencia para quem de fato a cidade pertence e portanto, quem tem o direito de ocupá-la.

Estas mesmas pessoas, que resistem aos constrangimentos e assédios do poder público e privado, também circulam pelos espaços sócio ocupacionais em que se insere o/a assistente social. Nesta trilha, apresentam demandas e necessidades

que transcendem o acesso às políticas públicas e sociais, hoje focalizadas na administração da barbárie e seletividade dos usuários atendidos (YAZBEK, 2009).

Dessa maneira, entende-se que “compreender as expressões da questão social a partir dos processos de luta, organização e resistência de classe é uma perspectiva de análise fundamental para o Serviço Social” justamente “por tais processos constituírem uma das determinações centrais da demanda profissional” (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 112).

Conforme pesquisa realizada pela professora Santana (2018) que discute a abordagem da questão urbana e habitacional nos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil é possível verificar que:

O CNPq possui registro (para o ano de 2018) de 391 Grupos de Pesquisas na Área do Serviço Social, certificados pela instituição. Dentre esses Grupos, a sondagem realizada na plataforma Lattes/CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil) identificou 24 grupos relacionados ao tema da questão urbana e habitacional. A Região Sudeste concentra o maior número de Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social, liderança que também se expressa no número de grupos de pesquisa na temática em exame (12 grupos). (SANTANA, 2018, p. 226)

No que tange a relação da temática referente à questão urbana e habitacional desenvolvida no âmbito do trabalho profissional, a autora constatou que “dos 91 trabalhos, apenas 19 (21%) fazem essa articulação” (SANTANA, 2018, p. 231). Conforme pesquisa bibliográfica<sup>6</sup> desenvolvida para subsidiar o debate da referida proposta de estudo, verificamos que no âmbito da produção científica em periódicos da área tal abordagem se faz presente em poucos estudos, principalmente se considerada a articulação das categorias “direito à cidade, movimentos sociais e trabalho profissional”.

Na pesquisa de Santana (2018), foram identificados entre os anos de 2013-2017 a produção em nível pós-graduado de 2.545 trabalhos, sendo que 91 (3,6%) das produções discutem temas acerca da questão urbana e habitacional. Destes, 75 trabalhos foram desenvolvidos em nível de mestrado e 16 em doutorado e, ainda, dos “91 trabalhos, 73 (80,2%) enfatizam especificamente a questão da habitação” (SANTANA, 2018, p. 229).

Santana (2018, p. 228) evidência na pesquisa de ementas e referências

---

<sup>6</sup> O roteiro de análise das produções, se encontra disponível no Apêndice I.

bibliográficas, que o brasileiro bacharel em Direito e Doutor em Geografia, professor “Milton Santos é o autor mais recomendado para leitura nos PPGs em estudo (citado 15 vezes), seguido de David Harvey, Henri Lefebvre e Ermínia Maricato (citados 14 vezes cada um)”. A indicação de referidos autores reitera a “perspectiva crítica na formação pós-graduada em Serviço Social, no que se refere ao ensino da temática da questão urbana e habitacional”.

As inúmeras contribuições dos autores citados se fazem presentes nas discussões que subsidiam o arcabouço teórico em torno do debate que as categorias território, direito à cidade e questão urbana e habitacional são expressas nas produções.

Santana (2018) aponta também o avanço que o Serviço Social tem realizado sobre esta temática, sobretudo no âmbito da formação pós-graduada. O estudo realizado pela autora demonstrou que a categoria profissional tem contribuído com o debate referente à formação e ao trabalho profissional, oferecendo subsídios “a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, em consonância com as diretrizes curriculares do Serviço Social” (SANTANA, 2018, p. 235).

Realizamos pesquisa bibliográfica em produções do período de 2013-2019, referentes a temática discutida neste estudo em 9 periódicos vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social, sendo eles: Argumentum (UFES), Em pauta (UERJ), Katálysis (UFSC), Libertas (UFJF), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP- Franca), Serviço Social em Revista (UEL) e Textos e Contextos (PUC-RS).

Apesar da não vinculação a programas de pós-graduação, foram incluídas na pesquisa as revistas: Serviço Social e Sociedade (que se justifica por publicar as produções da área de maneira ininterrupta desde 1979) e Temporalis (por ser editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS), totalizando o conjunto de 11 periódicos, como consta no quadro abaixo:



**Quadro 1 - Periódicos e Produção Científica sobre a temática da pesquisa**

PERIÓDICO	PRODUÇÕES DE 2013-2019	ARTIGOS SOBRE A TEMÁTICA DE PESQUISA	ARTIGOS INCLUÍDOS NA PESQUISA
Argumentum	Total de Volumes: 17 Total de Artigos: 332	10	França (2019) Lima (2018) Pagani, Alves e Cordeiro (2015) Guimarães (2013)
Katálisis	Total de Volumes: 16 Total de Artigos: 221	7	Lopes (2019) Pagani, Alves e Cordeiro (2016)
Praia Vermelha	Total de Volumes: 10 Total de Artigos: 122	9	Burginski e Cariaga (2019) Simões (2014)
Serviço Social e Realidade	Total de Volumes: 8 Total de Artigos: 74	3	Guimarães (2014)
Libertas	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 130	10	Urvoy (2015) Gonçalves, Pessanha e Mororó (2015)
Textos e Contextos	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 206	10	Suave (2018) Diligenti, Dias e Teodoro (2016)
Serviço Social em Revista	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 119	18	Santana (2018) Pagani (2013)
Serviço Social e Sociedade	Total de Volumes: 21 Total de Artigos: 217	7	Duriguetto (2017) Guimarães (2015)
O Social em Questão	Total de Volumes: 14 Total de Artigos: 240	23	Tolentino (2018) Amoroso (2018) Freire e Sousa (2018) Neto e Veiga (2018) Sanches (2017)
Em Pauta	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 212	4	Vazquez (2017)
Temporalis	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 218	19	Oliveira, Santos e Bienenstein (2019)
11 periódicos da área	2091 artigos revisados	120 artigos relacionados à temática de pesquisa	29 autores/as discutem a questão urbana

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados do grupo de pesquisa junto ao sítio eletrônico das revistas. Coleta realizada no período entre maio de 2019 a junho de 2020.

Utilizamos enquanto critérios de pesquisa os seguintes descritores: Direito à Cidade (presente em 11 discussões de 120 artigos analisados), Questão Social (46 de 120), Movimentos Sociais e Luta(s) Social(s) (63 de 120), sendo este último descritor combinado com moradia, habitação, cidade e urbano. Ao todo, o banco de dados perfaz o montante de 146 volumes, totalizando 2091 artigos revisados, dentre os quais 120 possuem descritores relacionados à temática do presente estudo. Excluídas da análise estão artigos em língua estrangeira, editoriais e/ou apresentação de revista e resenhas.

Guimarães e Marques (2019) em levantamento realizado nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) de 2014 e 2016, revela que na pesquisa de movimentos sociais urbanos - entre eles o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), entre outros -, destaca que, nos artigos analisados, o MTST “é o mais recorrente objeto de estudos e pesquisas da categoria, além de ser frequentemente referenciado, mesmo nos trabalhos que não o pesquisam diretamente, como a principal organização de luta por moradia no país” (GUIMARÃES; MARQUES, 2019, p. 29) .

Sendo assim, observamos que a categoria profissional tem desenvolvido a abordagem das discussões referentes à questão urbana, ainda que de maneira tímida no trato das experiências de trabalho profissional em articulação com os movimentos sociais.

Para fins de análise<sup>7</sup>, dos 120 artigos encontrados, foram inseridas na pesquisa bibliográfica, 24 produções categorizadas nos seguintes eixos temáticos: a) questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade (8 artigos); b) movimentos sociais e lutas sociais articulada ao debate sobre o direito à cidade (5 produções) e c) direito à cidade (11 artigos), expostas no **Quadro 2:**

---

<sup>7</sup>Os critérios utilizados para a inclusão dos artigos na pesquisa bibliográfica e documental estão sistematizados em Apêndice II.

**Quadro 2 - Artigos inseridos na pesquisa bibliográfica segundo descritores**

DESCRITORES	ARTIGOS	AUTORES/ANO	ÁREA DO CONHECIMENTO
Questão social articulada com Movimentos Sociais, Lutas Sociais e/ou Direito à Cidade	8	Burginski e Cariaga (2019) Lopes (2019) França (2019) Suave (2018) Tolentino (2018) Santana (2018) Duriguetto (2017) Guimarães (2015b)	Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social
Movimentos Sociais e Lutas Sociais articulada com Direito à Cidade	5	Oliveira, Santos e Bienenstein (2019) Amoroso (2018) Diligenti, Dias e Teodoro (2016) Urvoy (2015) Simões (2014)	Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo História Arquitetura e Urbanismo  História Serviço Social
Direito à cidade	11	Neto e Veiga (2018) Lima (2018) Vazquez (2017) Sanches (2017) Pagani, Alves e Cordeiro (2016), Pagani, Alves e Cordeiro (2015) Gonçalves, Pessanha e Mororó (2015) Guimarães (2014) Freire e Sousa (2014) Pagani (2013) Guimarães (2013a)	Antropologia Serviço Social Serviço Social Ciências Sociais  Serviço Social Serviço Social  Direito, História e Serviço Social Serviço Social Antropologia Serviço Social Serviço Social
<b>TOTAL</b>	<b>24 Artigos</b>	<b>33 Autores</b>	<b>7 Áreas de Conhecimento</b>

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados da pesquisa documental. Artigos incluídos na pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica revelou que nas discussões referentes à questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade - categorias centrais abordadas na presente dissertação -, apenas 8 artigos desenvolveram o debate nesta perspectiva.

Assim como as demais cidades, POA também sofre com os rebatimentos do capital financeiro e especulativo nacional e internacional. Em termos históricos, a partir dos anos 1970 já havia uma configuração sócio espacial bastante definida,

tendo a elite estabelecida nas áreas mais altas e aprazíveis da cidade e as classes populares de baixa renda ocupando as áreas periféricas, desocupadas ou sujeitas à inundação.

Destaca-se que “em 1971, o DEMHAB já havia removido 13.303 famílias (mais de 60 mil pessoas) de áreas ocupadas por “malocas”,” processo que “aumentou o preço da moradia nas áreas centrais e inviabilizou-se a permanência de camadas de baixa renda nestas áreas” (MELCHIONNA; BECKER, 2015, p. 22). Seguindo tal tendência, as mesmas autoras apontam que nos anos 1980-1990 ocorre um processo particular de elitização em Porto Alegre:

[...] em 1980 os moradores das áreas de tipo popular representavam 14,5% do total de ocupados, em 1991 esse percentual era cerca de 30%, houve um aprofundamento das desigualdades sócio espaciais e um processo de homogeneização das condições de vida nos tipos extremos (superior e popular). (MELCHIONNA, BECKER, 2015, p. 22).

Já o período dos anos 1990-2000 corresponde ao início da terceira fase de constituição do espaço urbano sob hegemonia do capital financeiro e com forte presença da especulação imobiliária no Brasil e em Porto Alegre, aumentado a demanda por implantação de condomínios residenciais de luxo, o que se intensificou com Plano Diretor de 1999 que abriu novas possibilidades de negócios a partir da flexibilização de normas (MELCHIONNA, BECKER, 2015), agravando as desigualdades na cidade.

Análise dos indicadores sociais da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA (MAIA; TENHER, 2019) aponta que, no ano de 2015, havia um déficit de 96,6 mil moradias, o qual é 25% maior àquele registrado em 2012, destacando-se ainda a precariedade habitacional, pois em 2017 verificou-se 34 mil pessoas residindo em casas com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis e, ainda, 43 mil pessoas que não possuíam esgotamento sanitário. Ou seja, destaca-se que a realidade de Porto Alegre é marcada por

Um caráter cada vez mais dual da cidade, sendo ao mesmo tempo moradia de elites dirigentes – material e intelectualmente – e cidade de serviços que comporta categorias médias e populares sendo afastadas das zonas fundacionais e centrais da cidade. Seja por meio de remoções e reassentamentos (como vimos de forma intensa durante a Copa do Mundo 2014), seja pelas características do mercado imobiliário cada vez mais especulativo, a gentrificação promove, entre os mais pobres, a moradia em ocupações ou áreas irregulares, em áreas periféricas destinadas a pessoas

de baixa renda, ou mesmo a emigração e a habitação fora da cidade polo da RMPA em periferias de outras cidades próximas. Este movimento reproduz piores condições de moradia, baixos índices de bem-estar urbano e frequentemente empurra as classes trabalhadoras de mais baixa renda para territórios de criminalidade e intensa vulnerabilidade socioeconômica. (MELCHIONNA; BECKER, 2015, p. 45)

É nessa perspectiva crítico-dialética que destaca-se a relevância da definição de questão construída pela área de Serviço Social, expressando a fecunda interlocução da área com a teoria marxiana e marxista, sendo a mesma central a formação e ao trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros e aos processos de investigação da realidade brasileira. Ou seja, esta interlocução permite situá-la como “indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade”, conformando uma abordagem totalizante que “não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos” (CLOSS, 2017, p. 216). Ou seja,

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...). Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Considerando as implicações e afinidades pessoais da mestrandia, somados aos desafios presentes no trabalho profissional, a relação com o objeto de estudo associada à militância política junto ao MTST foram e são fatores constitutivos do processo de investigação. E afirmamos isso justamente por entender que é a partir desta experiência “direcionada para a realidade social e para as ações concretas, com vistas à sua transformação, a superação dos estudos contemplativos por investigações compromissadas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo” (PRATES, 2004, p. 124) que a dimensão ídeo política da ação profissional

(DURIGUETTO, 2014) se materializa, buscando

Portanto, uma inserção que dialogue e construa, na interface com outras áreas e atores sociais, as tão necessárias lutas sociais pela garantia de uma universidade socialmente referenciada, pautada numa lógica pública, na formação e na produção de conhecimento, porque atenta para as necessidades de democratização e efetivação da cidadania numa sociedade travejada por desigualdades sociais. (CLOSS, 2017, p. 12)

Partindo dessas premissas, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como as refrações da questão social na interface com a luta pelo direito à cidade se expressam no modo, condição de vida e organização política dos sujeitos que residem na OPSM de POA/RS? Neste horizonte, o referido problema se desdobrou nas seguintes questões norteadoras: 1) Como se dá a construção dos modos de vida dos sujeitos no cotidiano da Ocupação? 2) De que maneira os sujeitos desenvolvem estratégias de resistência frente às condições de vida disponíveis na Ocupação? 3) Como ocorre a participação e organização política dos sujeitos da Ocupação no MTST? 4) Quais as principais desigualdades e resistências sociais se expressam no cotidiano da Ocupação?

Consubstanciada por uma proposta teórico-metodológica norteadada pelo método dialético-crítico<sup>8</sup> associada à compreensão da dialética como o “movimento mais elevado da razão, no qual essas aparências separadas passam umas nas outras e se superam” (LEFEBVRE, 1991, p. 171) a aproximação com o objeto de estudo, perpassa a análise investigativa dos fenômenos sociais vinculados à luta pelo direito à cidade na sua relação intrínseca com a produção e reprodução do espaço urbano no capitalismo. Repleta de contradições, as nuances que perpassam ao universo das interações sociais mediadas pela relação capital/trabalho, configuram um terreno de disputas na materialização de distintos projetos societários.

Neste sentido, a escolha metodológica deu-se pela compreensão de que o método apresenta, “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele

---

<sup>8</sup> Conforme Prates (2004), o método “contempla no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade” (PRATES, 2004, p. 124).

as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53), ou seja, permite desvelar a aparência dos fenômenos a partir do movimento concreto da realidade social, na vivência cotidiana com vistas à superação. Compreende-se portanto, a mediação intrínseca entre teoria e realidade, uma vez que

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. (NETTO, 2011, p. 28)

Isso não significa que as interpretações acerca do objeto de estudo, ainda que mediado por intensas e sucessivas aproximações, seja possível dar-se por completo e de uma vez. Posto que, se fizemos da categoria cotidiano pressuposto fundamental para o desenvolvimento da investigação e análise das refrações da questão social expressas nas condições, modos de vida e organização política de sem tetos residentes numa ocupação, é preciso destacar que os achados da pesquisa revelam que:

[...] mais do que uma coleção de significados compartilhados, o senso comum decorre da partilha, entre atores, de um mesmo *método de produção de significados*. Portanto, os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados. As situações de anomia e desordem são resolvidas pelo próprio homem comum justamente porque ele dispõe de um meio para interpretar situações (e ações) sem sentido, podendo, em questão de segundos, remendar as fraturas da situação social. (MARTINS, 2000, p. 61)

Posto isso, é preciso popularizar e democratizar o conhecimento, não apenas daquele produzido academicamente, circunscritos aos muros e jardins verdejantes de campus e bibliotecas. É preciso fazer o caminho de volta, de retorno. Reiterando e fortalecendo processos emancipatórios, dispendo de maneira horizontal uma produção científica a serviço da mudança social. É fomentar a transformação daquele que pesquisa, permitindo assim adentrar na realidade cotidiana dos sujeitos e dela apreender outros significados e valores que possam qualificar e aprimorar o trabalho profissional, tendo em vista que no âmbito das lutas sociais, ainda precisamos avançar na produção do conhecimento. Neste sentido, faz-se imprescindível ultrapassar a concepção de teoria e prática enquanto perspectivas antagônicas, passíveis de ações isoladas, cujo rigor teórico não se aplica ao movimento do real.

O método dialético crítico além de promover a unidade entre esses dois

aspectos - prático e teórico - proporciona a transformação dos fenômenos sociais, além de compartilhar e democratizar a construção do conhecimento, numa relação dialógica entre pesquisador e participantes da pesquisa. Sendo assim, o presente estudo tem o delineamento de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Portanto, optamos pelo uso da metodologia utilizada em história oral, compreendida por Portelli (2001, p. 10) como “forma específica de discurso: *história* evoca uma narrativa do passado. *Oral* indica um meio de expressão”. Sobretudo, porque “na vida cotidiana não predomina o longo tempo; predomina o momento, o instante, o presente” (MARTINS, 2000, p. 104) e segundo Martinelli (2013):

[...] a história oral não busca generalizações, mas sim explicações históricas e culturais circunscritas, conhecer essas formas peculiares de entendimento da realidade social é um importante requisito a ser atendido pelo pesquisador. [...] O método de pesquisa é sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades. (MARTINELLI, 2013, p. 5)

Adentrar ao universo de privações materiais e de sentidos/significados forjados por reiterados processos de estigma e exclusão, como os evidenciados pelas trajetórias de vida e interpretações subjetivas das protagonistas dessa pesquisa, nos foi imputado, - enquanto pressuposto inalienável - o compromisso ético e político frente às demandas e necessidades reveladas, cujo véu que as encobria se desfez em mil pedaços.

Se faz necessário destacar, que os nomes das participantes foram substituídos em razão de preservar suas identidades e o vínculo de confiança presente na partilha de suas histórias e percepções. Já os nomes - cuidadosamente escolhidos como substitutos - sintetizam uma singela homenagem<sup>9</sup> às mulheres que de uma maneira outra são exemplos de luta, cujos percalços recentes da vida revelaram uma capacidade incrível de resistência, agora não mais vinculados às

---

<sup>9</sup> Homenagem feita às mulheres da família da mestranda enquanto expressão dos significados que também atribuímos aos desígnios da vida cotidiana enquanto pesquisadoras.



privações materiais, mas sim ao cuidado incondicional expressos nos vínculos de afeto dedicados às pessoas que amamos em processo de adoecimento e partida.

As entrevistas semiestruturadas vídeo gravadas foram realizadas na OPSM<sup>10</sup>, respeitando todas as orientações sanitárias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (2020), bem como a legislação vigente no âmbito municipal e estadual. Esta técnica de entrevista foi escolhida pois, além da ação ser mediada pelo diálogo horizontal entre “uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa”, é organizada a partir de “perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2014, p. 261-262).

Considerando que a História Oral congrega em si uma opção ética e política e que os sujeitos - na partilha de suas histórias - não se caracterizam como meros informantes de uma narrativa, esta metodologia “não busca generalizações mas sim explicações históricas e culturais circunscritas” e que “conhecer essas formas peculiares de entendimento da realidade social é um importante requisito a ser atendido pelo pesquisador” (MARTINELLI, 2019, p. 29).

Entendemos que, para responder aos objetivos que se propôs o estudo, o uso deste instrumento, constituído por questões instigadoras possibilita desvelar a construção dos modos, condições de vida e organização política das mulheres sem teto, bem como oferece subsídios ao trabalho desenvolvido por assistentes sociais em consonância com as lutas sociais.

Após o primeiro contato com o material das entrevistas, utilizamos a técnica de decupagem, que permite a fragmentação das cenas organizadas em unidades de análise. Utilizamos o programa de edição de vídeos Adobe Premiere, onde as cenas fragmentadas ficaram dispostas no programa, em pastas identificadas pelas

---

<sup>10</sup> Inicialmente, a coleta de dados prevista para ocorrer no espaço físico popularmente conhecido como “Barracão” ou Sede do MTST, precisou ser realizada na casa das entrevistadas, tendo em vista o destelhamento do espaço por conta das intempéries do tempo. Previamente e de comum acordo, as participantes consentiram com a proposta. O roteiro que norteou a coleta de dados está exposto no Apêndice III.

seguintes categorias: condições, modos de vida e organização política.

Para condições de vida, o conjunto dos depoimentos revelou a interlocução das categorias: moradia, trabalho e renda, como determinações que impactam diretamente no direito à cidade, discussão aprofundada no capítulo 2.4.

No que tange os modos de vida, os relatos apresentaram a conformação de sociabilidades permeadas pelo viver comunitário, pautado por laços de solidariedade, mas também evidenciaram o estigma da identidade sem teto e as inflexões da violência de gênero na vida das mulheres.

Em que pese a categoria organização política, os depoimentos indicaram como essencial à luta dos/das sem teto, o método de ocupação de vazios urbanos que não cumprem com a função social de propriedade, como principal estratégia organizativa do movimento, seguida pelo trabalho comunitário nos territórios em que atua o MTST.

Por conta dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, não conseguimos avançar na produção de documentário enquanto produto final proposto anteriormente. Dessa maneira, com a autorização do uso de imagem presente no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>11</sup>, as participantes concordaram, para além das entrevistas vídeo gravadas, o registro fotográfico da coleta de dados.

Dessa maneira, a devolutiva da pesquisa às participantes e demais moradores da OPSM será mediante exposição fotográfica<sup>12</sup> que será realizada no espaço coletivo conhecido como Barracão, cujos principais achados presentes na discussão sobre modos e condições de vida e organização política estarão dispostos em cartazes sob a forma de perguntas e respostas enquanto estratégia de fomento à reflexão crítica da realidade cotidiana em estudo. Para tanto, passamos a apresentar brevemente na sequência quem são as participantes da pesquisa<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> O termo está disponível no Apêndice IV, bem como o Termo de Consentimento Institucional (TCI) em Apêndice V.

<sup>12</sup> Parte dos registros fotográficos estão dispostos ao longo da dissertação como forma de ilustração às reflexões apontadas.

<sup>13</sup> As participantes fazem parte do grupo Mulheres Sem Medo, desenvolvido no espaço referência de atividades coletivas na OPSM no Barracão.

O primeiro relato coletado<sup>14</sup> é de Tuani. Mulher parda, 45 anos e militante do MTST há 4 anos. Nascida em Alvorada, vivia com a família na Vila Nazaré por 30 anos. Atualmente, reside com as filhas em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) e complementa o sustento da família através da coleta e reciclagem de resíduos. Atua no MTST integrando o grupo responsável pela cozinha comunitária no território que compreende o condomínio em que reside e nos recebe neste espaço com café preto recém passado.

A narrativa seguinte é de Lucinda. Mulher negra, 55 anos e residente da OPSM. Cedeu o barraco para um dos filhos e dividiu a casa nos fundos com a filha e netos. É beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e depende da ajuda dos filhos para sobreviver. De sorriso largo, nos recebe preocupada com a aparência, sobretudo com os cabelos - que segundo ela - estavam bagunçados.

Outra entrevistada se chama Iglea. Mulher negra, 45 anos, também residente da OPSM. Divide o barraco feito de compensado com o filho de 11 anos. Desempregada, sobrevive através de doações e também é beneficiária do PBF. Nos recebe com água fresca e na companhia dos gatos. Diversos foram os momentos em que a entrevista precisou ser interrompida, posto que na OPSM Iglea é considerada uma liderança entre os moradores.

Tábata tem 38 anos. Mulher, parda, está gestante e reside na OPSM com os filhos numa casa que até o momento da entrevista se encontrava destelhada por conta da forte tempestade que assolou a cidade de POA. Desempregada, conta com auxílio de vizinhos, familiares e amigos. Não é beneficiária de nenhum programa de transferência de renda e se mostra aflita com o futuro.

Frente a um universo de experiências: o que podemos inferir enquanto fio condutor capaz de trazer unidade à histórias tão singulares? Ousamos afirmar: a experiência da pobreza. Entendida como:

[...] expressão direta das relações vigentes na sociedade. É produto dessas relações que na sociedade brasileira, produzem e reproduzem a pobreza

---

<sup>14</sup> Considerando a atual condição sanitária do município de POA/RS, optamos pela execução mínima de 4 entrevistas, mediante compreensão e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

enquanto tal, quer no plano socioeconômico, quer no plano político, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam” os “pobres” em seu lugar social na sociedade. A concepção de pobreza configura-se em geral como uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade. De qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social. [...] Pobreza é também uma categoria política. (YAZBEK, 2009, p. 31-32)

E sendo isso, por que insistimos em desvelar a trama de relações existentes em cada relato? Ora, porque apesar de tudo, as mulheres que resistem forjam seus sonhos através da luta. Acordam quase sempre com a esperança de que dias melhores virão, tornando esta realidade de privações, numa experiência “suportável”, apesar de todas as dificuldades.

Considerando os dados analisados no cadastro socioeconômico de acampados/acampadas do MTST RS (2020), verificamos que a ocupação apresenta em sua maioria, famílias constituídas exclusivamente por mulheres, cujo protagonismo se faz presente nos espaços de coordenação e/ou reconhecidas por residentes enquanto lideranças comunitárias. Tal característica justifica a escolha pelo público-alvo do estudo, uma vez que são as mulheres que apresentam maior índice de participação nas atividades coletivas, na proposição de estratégias de luta e maior organicidade no âmbito da OPSM.

Dessa maneira, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão das participantes:

- Mulheres que participam do Grupo de Mulheres MTST;
- Mulheres que desempenham atividades de coordenação e apoio na OPSM de POA/RS e no MTST;
- Mulheres que residem na OPSM de POA/RS;
- Mulheres que desempenham atividades de coordenação estadual do MTST RS.

Os critérios de exclusão dos/das participantes serão:

- Crianças que residem na OPSM;

- Mulheres vinculadas à OPSM de POA/Rs e/ou ao MTST que não desejam participar da pesquisa.

Acreditamos que a pesquisa científica, além de apresentar, analisar e discutir de maneira aprofundada o objeto de estudo, precisa também servir como ferramenta de transformação da realidade na qual se propôs à investigação. Este objetivo percorreu toda a produção à qual nos propomos, buscando garantir de maneira mais adequada à realidade e as necessidades dos sujeitos, à devolutiva e produção do conhecimento no qual os sem tetos sejam protagonistas.

Portanto, temos clara a direção ética e a opção política que defendemos. O conhecimento produzido tem a intenção de colaborar com a projeção e visibilidade da luta dos/das trabalhadores/trabalhadoras sem teto, fortalecer suas estratégias de resistência e apontar o direito à cidade como pauta indispensável para a construção de uma sociedade avessa às desigualdades e opressões.

Para a análise dos depoimentos coletados, utilizamos as contribuições de Bardin (1977) em virtude do rigor teórico que a técnica de Análise de Conteúdo (AC) apresenta. Adentrar ao nível da subjetividade, promovendo a abordagem dos signos e sentidos vivenciados pelos sujeitos participantes do estudo e os significados por eles atribuídos, é possível através de

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos categorias teóricas para análise e compreensão do objeto de investigação, associadas às demais categorias empíricas presentes nos dados coletados, cuja discussão se faz presente ao longo da dissertação.

O estudo se estrutura em quatro capítulos, sendo a introdução o primeiro deles. Na sessão seguinte, a discussão apresenta o processo de urbanização brasileiro, abordando as estruturas que conformam a questão urbana erigidas sob as bases da propriedade privada e sua relação intrínseca com o Estado. A partir da

perspectiva histórica, apresenta-se a conformação da cidade de POA/RS mediada pelas intervenções e projetos urbanísticos de ordenamento e planejamento das cidades, cujos rebatimentos são duramente sentidos pela classe trabalhadora. A partir de análise crítica referente às políticas urbanas na atual conjuntura, no que tange principais conquistas e significativos retrocessos, observamos claramente as diretrizes que orientam as soluções para “crise urbana” presentes na gestão Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019) enquanto respostas que mascaram a gênese da questão da moradia, reforçando parcerias com a indústria financeira e o mercado de capitais. Encerramos o capítulo, apresentando os achados da pesquisa no que tange às condições e modos de vida apontadas pelas Mulheres Sem Medo, apresentando as principais refrações da questão social presentes na luta pelo direito à cidade.

No capítulo terceiro, o debate realizado versa sobre Serviço Social e a questão urbana apontando os fios analíticos que conectam à profissão a realidade social. O debate da questão urbana nas produções de conhecimento da área, demonstram significativos avanços no acúmulo científico construído pela categoria de assistentes sociais, sobretudo na interlocução do trabalho em articulação com organizações políticas de trabalhadores e trabalhadoras sem teto. Subsequente, trazemos a discussão acerca da categoria direito à cidade ancoradas nas contribuições de Henri Lefebvre, cuja abordagem infere noções ampliadas ao debate, ultrapassando os limites previstos pela organização e produção espacial no capitalismo. Concluimos o capítulo, partindo das experiências apresentadas pelas mulheres organizadas politicamente no MTST num cotidiano de possibilidades e desafios postos na luta diária pela moradia e direito à cidade.

Por fim, as considerações finais abarcam a síntese dos achados do estudo demonstrando as possibilidades de articulação do Serviço Social com os movimentos sociais enquanto expressão que traz vitalidade ao projeto profissional, através da vinculação orgânica da categoria pela via das organizações políticas e autônomas da classe trabalhadora.

## 2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

*Se todo o atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda a propriedade privada? (MARX, 2017, p. 82)*

A cidade do capital comporta tanto prédios luxuosos como barracos de lona e casas de compensado. Cozinhas planejadas e armários sob medida, na mesma proporção em que embalagens metálicas de tinta abrigam vestígios de arroz e de feijão. Os cães e os gatos com suas coleiras suntuosas desfilam pelas calçadas planas, assim como as galinhas e cavalos circulam pelas ruas esburacadas. Crianças brincam no playground e manuseiam a última versão de aparelhos eletrônicos, enquanto outras correm descalças por becos e vielas, dividem a cama e até mesmo as roupas. A depender do bairro em que residem e da cor da pele, jovens estampam as manchetas de jornais identificados como “fornecedores de entorpecentes”. Enquanto outros têm o espaço de moradia invadido ilegalmente pelo aparato policial, são torturados e sem titubear, classificados como traficantes.

Homens e mulheres dirigindo seus carros pelas largas avenidas, enquanto outros estão a puxar os carrinhos de reciclagem na ânsia de coletar o sustento da família. Discrepantes realidades mediadas pela contradição, emergem no cotidiano enquanto expressões da questão social, cuja gênese está diretamente vinculada ao “caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada dos meios e dos produtos do trabalho alheio” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2017, p. 72), acabam por habitar e disputar o mesmo território urbano no contexto brasileiro.

Os empreendimentos imobiliários de alto padrão prometem assegurar uma vida de luxo, conforto e bem estar. Acesso a piscina, a academia, ao salão de festas. Uma gama de bens e serviços dispostos a atender qualquer necessidade que o dinheiro possa comprar, ou seja, quanto mais desenvolvido o modo de produção capitalista, mais o fetichismo da mercadoria acaba por incidir diretamente nas relações sociais (IAMAMOTO, 2015), produzindo subjetividades calcadas em valores

que garantem a manutenção e reprodução do capitalismo, permeados por acentuados processos de alienação.

O que se vê, é um consumo exacerbado de mercadorias, cuja finalidade ultrapassa as necessidades da vida humana, inculcando nos sujeitos cotidianamente outras “carências”. Carências por sua vez, que novamente serão satisfeitas - até o surgimento de novas necessidades - , traduzindo o que Lefebvre (1991) aponta como “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

O fim, o objetivo, a legitimação oficial dessa sociedade é a *satisfação*. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas. Em que consiste a satisfação? Em uma saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. Desse modo, o consumo organizado não divide apenas os objetos mas a satisfação criada pelos objetos. O jogo em torno das motivações as desmente e destrói, na própria medida em que pode agir sobre elas. Mas nem por isso confessa as regras desse jogo. (LEFEBVRE, 1991, p. 89)

Nas construções improvisadas das ocupações urbanas, veremos abrigando consigo tanto o desemprego como a esperança. Tanto a fome como a horta comunitária. A criminalização da luta por moradia assim como os espaços de autogestão e poder popular. Abriga em si sonhos, histórias de vida e estratégias para melhor resistir. É também local de criação, de convívio, de outra sociabilidade que muitas vezes não se adequa à vida verticalizada, aos costumes e à moralidade burguesa, tampouco ao moderno ideário urbanístico.

As ocupações urbanas surgem em decorrência das contradições engendradas por este modo de produção capaz de condensar em polos distintos tanto a pobreza como a riqueza. Pensar a dinâmica das cidades no capitalismo, sobretudo no estágio contemporâneo, requer compreender que sua organização - e os elementos que o compõe<sup>15</sup> - atendem aos interesses do capital e está presente

---

<sup>15</sup> Segundo Bottomore (1988), “o conceito de forças produtivas de Marx, abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado (BOTTOMORE, 1988, p. 255-256).



tanto no modo como organiza, como na forma em que produz e se apropria do espaço. Até aqui: nenhuma novidade.

Expressa em si - o espaço, enquanto produto social - valores de uso e valores de troca. O mesmo está presente nos elementos que configuram as forças produtivas e as relações de produção e portanto, funcional a sua reprodução. Em outras palavras: “O sistema capitalista, [...] cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p. 43).

Não se restringe a um espaço geográfico. Abarca todas as instâncias da vida cotidiana. O espaço e as determinações que o conformam na sua produção e reprodução, torna-se - nesta sociedade - um conteúdo eminentemente “político e estratégico” (LEFEBVRE, 2008, p. 61). E neste sentido, seria inviável iniciar uma discussão sobre o processo de urbanização sem compreender a relação intrínseca entre Estado e propriedade privada.

Em consonância com o método de investigação e exposição em Marx - ao qual se alicerça o presente estudo -, iniciamos a discussão apontando as mediações constitutivas presentes entre Estado e Propriedade Privada, enquanto fundamentais para a compreensão do movimento concreto do real, pois:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte e nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 15)

Na sequência, discorreremos sobre a constituição sócio histórica do processo de urbanização de POA, enquanto pressuposto indispensável para apreensão dos desdobramentos presentes que interligam campo e cidade, trazendo à luz as transformações das atribuições dos centros urbanos no Estado brasileiro no capitalismo. Portanto, esse princípio lógico é necessário, considerando que “a razão não pode avançar sem o entendimento e sem a análise” (LEFEBVRE, 1991, p. 137) e para isso, se torna primordial a realização do movimento de *detour*: onde “o

concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte” (KOSIK, 1976, p. 36).

Esta mediação que conecta a abstração teórica à realidade concreta também se faz presente na discussão das políticas urbanas na atual conjuntura, encerrando o capítulo com a análise dos avanços e retrocessos presentes nos governos dos Presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019.

Nesta perspectiva, encerramos o capítulo, com as narrativas das mulheres que residem na OPSM sobre as condições e modos de vida presentes numa ocupação urbana, cujos significados e sentidos atribuídos trazem luz às interfaces da questão social expressas na luta pelo direito à cidade.

## **2.1 A relação entre Estado e Propriedade Privada**

O processo de urbanização brasileiro iniciado no século XX, é um fenômeno considerado recente e está diretamente ligado ao desenvolvimento das forças produtivas, enraizado na particularidade do capitalismo dependente latino-americano. A aparente dicotomia entre campo e cidade obscurece a relação intrínseca entre agrário e urbano, sobretudo num país de dimensões continentais. Aprofundaremos no decorrer do texto, algumas ponderações.

Historicamente, o Brasil se constitui a partir da usurpação de direitos consuetudinários<sup>16</sup> dos povos originários, dos humanos escravizados, das camadas populares expropriadas. A transformação da terra em mercadoria rentável, remonta aos anos de 1850, quando é instituída a Lei de Terras<sup>17</sup>, a qual favoreceu a concentração de vastas extensões territoriais sob os domínios da oligarquia brasileira.

Para Ribeiro (2018), a referida lei condensou diferentes estratégias de

---

<sup>16</sup> “O direito consuetudinário consiste na construção de normas e leis pautadas em modos de vida, cultura e costumes. A crítica de Marx faz referência ao uso do direito como instrumento de defesa da propriedade privada, reivindicando portanto, o direito consuetudinário da classe trabalhadora” (MARX, 2017, p. 84).

<sup>17</sup> D. Pedro II, Imperador do Brasil, aprovou em 1850 a Lei de Terras, constituída por uma série de normas referentes ao uso, posse e comercialização da terra durante o segundo reinado (BRASIL, 1850).

apropriação e uso do solo, impedindo o reconhecimento de posse a camponeses e a ex-escravizados. Este processo se assemelha ao que Marx (1996, p. 339) denomina por acumulação primitiva<sup>18</sup>, ou seja, “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”, sobretudo, se considerarmos a particularidade do Brasil e sua entrada na dinâmica mundial do capitalismo. Convém fazer aqui, um paralelo com a realidade contemporânea.

A OPSM<sup>19</sup> é composta em sua maioria por pretos e pardos. Neste segmento estão pessoas que apresentam renda familiar em torno de R\$1039 reais, sobrevivendo através de “bicos” e vínculos informais precários. Famílias compostas por mulheres e crianças, cuja escolaridade não ultrapassa o Ensino Fundamental Completo. No contexto da pandemia, muitos trabalhadores e trabalhadoras sem teto, não acessaram o Auxílio Emergencial (AE), dadas as condicionalidades impostas. A carência material, o acesso às tecnologias, a compreensão de direito desvinculada ao atendimento de necessidades humanas legítimas - e portanto dever do Estado -, não apenas influencia posturas fiscalizadoras de beneficiários uns sobre os outros, como encobre as contradições do modo de produção capitalista, tão evidenciadas pela crise sanitária do século XXI.

Precisaríamos adensar o presente debate agregando demais fios analíticos, que por ora temos a pretensão em aprofundar posteriormente ao longo do texto. De fato, podemos adiantar que: as análises que emergem da realidade, a partir dos relatos e histórias de vida permitem inferir que a construção de laços comunitários ultrapassa a dimensão privativa do lar - que na particularidade de uma ocupação, é entendido enquanto local transitório de moradia. Os vínculos estabelecidos favorecem relações protetivas e de auto preservação de determinados segmentos no âmbito coletivo - a exemplo, o Grupo de Mulheres MTST - mas também a coletivização das singularidades num jogo de complexas interações subjetivas.

---

<sup>18</sup> A acumulação primitiva é entendida enquanto processo histórico e social extremamente violento, que proporcionou a conversão dos meios de subsistência em capital, combinado com a subordinação dos/das trabalhadores/trabalhadoras expropriados aos novos proprietários dos meios de produção (MARX, 2013).

<sup>19</sup> Conforme cadastro realizado pelo MTST RS (2020), a OPSM é composta por 71 famílias, totalizando 147 pessoas (54 homens, 45 mulheres e 48 crianças e adolescentes). A sua maioria se autodeclara negra, com Ensino Fundamental Incompleto (51 pessoas). Grande parte das famílias obtém renda através de trabalho informal com reciclagem, complementando-a através do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

Tal dinamismo do real, nos leva a crer na incidência de inúmeras determinações históricas, sociais, econômicas e culturais que circundam a realidade da população brasileira que luta pelo acesso à moradia digna, lembrando que, os resquícios da “Lei de Terras”, da “abolição da escravidão”, da “imigração europeia”, da “divisão sexual do trabalho”, entre muitos outros que podemos citar, não são processos esquecidos na história:

No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo<sup>20</sup>, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver. (MARTINS, 2013, p. 46)

Há milhas de distância, separados por alguns anos, um jovem colaborador da Gazeta Renana, inicia a publicação de um artigo crítico. Ao tecer considerações acerca da lei<sup>21</sup> referente ao furto da madeira, apresenta brilhante análise na qual pauta a relação entre Estado e propriedade privada:

Não há maneira mais elegante e ao mesmo tempo mais simples de derrubar o direito das pessoas em favor do direito das árvores novas. Se, por um lado, o parágrafo for aprovado, será necessário cortar uma massa de pessoas sem intenção criminosa da árvore verdejante da moralidade e lançá-la qual madeira seca no inferno da criminalidade, da infâmia e da miséria. Se, por outro lado, o parágrafo for rejeitado, haverá a possibilidade de que algumas árvores novas sofram maus-tratos, e alegar isso é quase desnecessário! Os ídolos de madeira obtêm a vitória e as vítimas humanas são abatidas! (MARX, 2017, p. 80)

Dessa maneira: não seria semelhante às ações de criminalização proferidas pelo Estado, pautadas num arcabouço jurídico, fortalecidas pela influência midiática ao incriminar a luta por moradia e direito à cidade, no que tange a ocupação de vazios urbanos que não cumprem com a função social? Ou ainda: por que são

---

<sup>20</sup> Sugerimos a substituição por Escravizados.

<sup>21</sup> A lei tratava sobre a criminalização da coleta de madeira em terras privadas e, portanto “o desafio da nova legislação é fazer valer o direito de propriedade, distinguindo com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de troca da economia de subsistência. Em consequência, a evolução do dispositivo de sanções penais institucionaliza novas formas de delinquência e criminalidade social” (MARX, 2017, p. 17)

assegurados aos especuladores imobiliários o direito da auto valorização e preservação da propriedade?

Neste processo - as ocupações urbanas - são alvo de ações de cunho repressivo do Estado através de remoções violentas, criminalização dos movimentos sociais urbanos ancoradas a uma narrativa falaciosa de garantia do desenvolvimento econômico, segurança e convívio social. A esta realidade: qual seria o papel do Estado? Voltemos ao furto da madeira:

Se o Estado se degradar desse modo em apenas um ponto e, em vez de atuar à sua maneira, atuar à maneira da propriedade privada, a consequência imediata disso é que ele terá de acomodar-se, na forma dos seus recursos, às limitações da propriedade privada. O interesse privado é esperto o suficiente para extrapolar essa consequência no sentido de fazer com que sua forma mais limitada e pobre se torne o limite e a regra da ação do Estado, do que inversamente decorre, à parte a degradação completa do Estado, que os meios contrários à razão e ao direito são postos em movimento contra o réu, pois o escrúpulo máximo para com o interesse da limitada propriedade privada descamba para a inescrupulosidade desmedida para com o interesse do réu. (MARX, 2017, p. 98).

Para Marx (2017), a ação do Estado é determinada a partir das relações de produção estabelecidas, numa espécie de “universalidade” às avessas. Ao defender os interesses de uma classe - porventura aquela que detém os meios de produção e consequentemente a gestão do próprio trabalho no ato de produzir - acaba por submeter suas necessidades, mediante a adoção de mecanismos que legitimam a defesa e a manutenção da propriedade privada<sup>22</sup>, através de leis, normas, instituições.

Mais que isso: reitera a exploração e a dominação de uma classe sobre a outra, submetendo os trabalhadores e as trabalhadoras a toda forma de constrangimentos: tanto na esfera da produção material da vida como na dimensão espiritual. E neste processo, as expressões de condições e modos de vida presentes no cotidiano dos/das sem teto, por exemplo, manifestam tanto a violência

---

<sup>22</sup>Para Marx (2004) “a *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado*. (MARX, 2004, p. 87), ou seja, não se refere apenas a propriedade dos meios de produção (maquinário, insumos e exploração da força de trabalho alheio), mas também ao processo gradativo e violento em que os sujeitos deixaram de “reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção [...] aparecem-lhes como alheias e estranhas” (NETTO, 1981, p. 74), traduzindo o que Marx (2004) refere enquanto trabalho alienado.

das desigualdades sociais, como também a introjeção de valores que renovam as relações de dominação, submissão e “desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social”, consideradas características “negativas e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe” (YAZBEK, 2009, p. 73). Portanto,

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47)

Nesta seara, os interesses individuais burgueses sobressaem-se às necessidades coletivas da classe trabalhadora, numa constante relação social permeada por conflitos de classe. Uma vez que o Estado emana da configuração histórica dessas lutas, hegemonizado pela burguesia, atuando na perspectiva de abrandar o antagonismo de interesses entre as classes sociais (ENGELS, 2015). Ainda que possa ser entendido enquanto um instrumento de reprodução das relações dominantes, em sua dimensão contraditória, comporta resistências sociais, múltiplas formas de organização e processos participativos.

Importante ressaltar que a obra marxiana tratou de analisar criticamente as relações capitalistas no estágio concorrencial<sup>23</sup>: período em que o modo de produção evolui sob a égide da grande indústria, impactando diretamente nas condições e modos de vida da classe trabalhadora no século XIX. O pauperismo - fenômeno que dá visibilidade à questão social, e portanto, indissociável da questão urbana - se tornava evidente não pela escassez de produção material e social, mas justamente, pela “capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

Conforme Engels (2015) a migração do campo para a cidade foi responsável pelo processo que favoreceu a criação da “moderna classe revolucionária do proletariado”, precisamente por ter permitido “cortar o cordão umbilical que ainda prendia o trabalhador do passado à sua terra” (ENGELS, 2015, p. 45):

E foi justamente por meio dessa Revolução Industrial que a capacidade de produção do trabalho humano atingiu um nível tão elevado que - pela

---

<sup>23</sup> Segundo Netto e Braz (2012) é neste estágio de desenvolvimento que “surgem as lutas de classes na sua modalidade moderna, ou seja, as lutas fundadas na contradição entre capital e trabalho” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 186), mostrando o protagonismo da classe trabalhadora no cenário político, irrompendo para a esfera pública o pauperismo.

primeira vez desde que existem seres humanos - está dada a possibilidade de produzir, com uma distribuição sensata do trabalho entre todos, não só o necessário para o consumo farto de todos os membros da sociedade e para juntar um fundo de reserva polpudo, como também para proporcionar a cada qual um tempo de lazer suficiente não só para preservar aquilo que merece ser preservado da cultura historicamente transmitida - ciência, arte, formas de relacionamento, etc. - , mas também para convertê-lo de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade, aprimorando-o cada vez mais. (ENGELS, 2015, p. 47-48)

Pensará de maneira precipitada, aquele cuja análise não ultrapassa a superfície: devemos ser gratos às péssimas condições de vida em que se encontra a classe trabalhadora? Devemos agradecer a todos os infortúnios vividos pelos sem teto, por exemplo? A fome, o desemprego, a insegurança, a precariedade da moradia? Ou ainda: sacrificamos algumas vidas pela sonhada revolução? Ora, quanta sandice!

Nos escandalizamos com a violação de direitos, com a exploração dos subempregos, com a miséria exposta sobre a mesa. Chamamos de violência o abuso de autoridade policial, o racismo, o sexismo, sem associar estas mesmas expressões ao processo eminentemente violento com o qual “o capital realizou o veloz desenvolvimento das forças produtivas desinibido de considerações moralistas humanitárias” (GORENDER, 2013, p. 36).

No tempo presente, nega-se ao sem teto o acesso à saúde por considerar a ocupação um território ilegal. Nega-se o acesso à educação, enviando para locais distantes às crianças e adolescentes. Nega-se o emprego, a alimentação, a mobilidade urbana, o lazer, a moradia desvinculando do capitalismo a responsabilidade pela produção de tantas mazelas. Diante do exposto, retornemos ao questionamento inicial: e o Estado?

Netto (2001), ao fazer um recorte histórico na análise do pauperismo no século XIX, aponta o protagonismo da classe trabalhadora no enfrentamento das desigualdades, que, mediante o processo de lutas organizadas passa a se constituir como uma ameaça real às instituições sociais existentes” (NETTO, 2001, p. 43). Portanto, com a insurgência do proletariado na esfera pública - exigindo respostas às suas demandas sociais - que o Estado é convocado a reconhecer e legalizar direitos, até então invisíveis (IAMAMOTO, 2001).

Portanto, é no bojo das relações entre as classes sociais, nas lutas travadas e na capacidade político-organizativa da classe trabalhadora que o Estado se vê impossibilitado de atuar apenas na dimensão coercitiva - ainda que continue a assegurar as condições necessárias para acumulação e reprodução do capital. Seria possível, com a complexidade gradativa que nos deparamos frente aos processos de produção e reprodução social, este mesmo Estado conservar-se a tal ponto, que consiga engendrar respostas às expressões da questão social ocultando em si os avanços conquistados pelos trabalhadores ao longo da história?

Apesar de inúmeras e profundas discussões sobre o Estado, a tradição marxista não apresenta uma única teoria para o debate. As análises dessa relação - Estado e Sociedade Civil - são conduzidas por diferentes determinações em contextos variados (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), ou seja, a análise marxiana de Estado nos marcos do capitalismo concorrencial esbarra nos demais estágios de desenvolvimento com outras e/ou novas determinações<sup>24</sup> até então não vivenciadas, entre as quais, podemos citar: a) o advento e a conformação das políticas públicas e sociais; b) as metamorfoses do mundo do trabalho (a partir da flexibilização e desregulamentação); c) a diversidade tecnológica e científica; d) as organizações políticas segmentadas em movimentos identitários; e) o esvaziamento dos espaços sindicais; f) o negacionismo político e científico, entre tantas outras determinações históricas.

Por mais que a gênese das desigualdades permaneça intacta e que “todas as transformações implementadas pelo capital tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 230), no que compete ao Estado - no que tange sua relação com a propriedade privada -, novas funções lhes são apresentadas:

No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo - ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista a

---

<sup>24</sup> Ao fazer referência ao termo, temos por objetivo enfatizar os elementos presentes em dada realidade, num tempo e contexto histórico, pois “No pensamento de Marx, a questão do Estado é explicitada a partir de uma análise do Estado moderno, [...] que se caracterizou pelas reduzidas possibilidades de participação política do proletariado nascente” (SIMIONATTO, 2011, p. 67)



*preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio. (NETTO, 2001, p. 26)*

Num Estado cuja prerrogativa de sustentação e de legitimidade se alicerça numa relação de consenso e coerção, outros atores políticos são incorporados ao debate. É a partir da “institucionalização de direitos e garantias civis e sociais” (NETTO, XXX, p. 27), que a classe trabalhadora, mais uma vez avança na disputa política do Estado, ainda que nos limites da hegemonia burguesa. Esta complexificação das relações estabelecidas entre as classes e lutas sociais, no contexto histórico estudado por Antonio Gramsci, ou seja, nas transformações presentes no âmbito do Estado Moderno, passa a ser denominado pelo autor como a “socialização da política” e portanto, importante categoria que subsidia a concepção de Estado Ampliado<sup>25</sup>.

Se para Marx, as funções do Estado apresentavam um caráter majoritariamente coercitivo/punitivista, sob grande influência da sociedade civil (sociedade burguesa), em Gramsci este caráter não é negado, porém, ao abordar o conceito de sociedade civil, o mesmo passa a enriquecer a análise marxiana, compreendendo-a como a “esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 45). Em outras palavras:

[...] onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições. Nele, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política e não, como em Marx, da base real. Essas esferas, contudo, não são independentes, pois estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente. (SIMIONATTO, 2011, p. 70)

---

<sup>25</sup> Segundo Simionatto (2011, p. 69), é no bojo da socialização da política que Gramsci passa a analisar o Estado. Para a autora, não existe um rompimento com a contribuição “de Marx, Engels e Lênin, mas a torna mais rica, na medida em que acrescenta a ela novos elementos, novas determinações. No campo da teoria política, este ponto de inflexão no pensamento gramsciano apresenta-se como uma reflexão ampla e inovadora a respeito do conceito marxista de Estado. São contribuições que permitem compreender que a concepção de Estado elaborada a partir do marxismo clássico não dava mais conta das transformações ocorridas no século XX. Gramsci não rompe, portanto, com as concepções teóricas desenvolvidas sobre essa temática no âmbito do marxismo, mas busca, através de um movimento dialético de “superação/renovação”, reinterpretar as novas configurações do capitalismo nesse período histórico”. Apesar de tal concepção ser abordada por outros pensadores marxistas, faremos o debate ancorados às contribuições de Gramsci por considerar a incidência de sua teoria no Brasil, bem como a influência no Serviço Social brasileiro. Posto que a categoria profissional vem, ao longo dos anos, adensando tais concepções.

Na leitura gramsciana, encontraremos compondo a superestrutura duas esferas distintas: a sociedade civil e a sociedade política<sup>26</sup>. São distintas pois desempenham diferentes funções no cerne do Estado. Não significa, porém ruptura e antagonismo pois, o “momento unificador dessas duas esferas [...] está presente na forma como o grupo social realiza sua “supremacia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 46). No que tange tal hegemonia, veremos que esta se expressa na direção intelectual, moral, cultural, nos mecanismos de dominação presentes nesta sociedade onde um grupo exerce poder sobre o outro.

Importante ressaltar, que a concepção de hegemonia formulada por Gramsci, não se refere apenas a mera “dominação”, abrange diferentes estratégias capazes de promover a direção ideológica e o consenso entre as classes sociais. Em outros termos: manipula e influencia, encobre e mascara, com aval de amplos segmentos da sociedade, ideias antagônicas às necessidades dos sem tetos, por exemplo<sup>27</sup>. Tais mecanismos estão presentes na mídia, na educação, nos modos de vida, nos costumes, na religião. Permeiam todas as instâncias da vida social, espraiando-se pela vida cotidiana.

Sendo assim, se faz necessário entender no âmbito da formação social brasileira, como foram/são estabelecidas essas relações. Erigida sob herança de um passado colonial escravocrata associada a forma como se deu a inserção do país no modo de produção capitalista, tais elementos foram/são componentes indispensáveis para a imposição de “uma forma política que implicaria a

---

<sup>26</sup> Conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 46): “na sociedade política a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura, através dos “aparelhos coercitivos do Estado”, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Aqui, os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas manifestações sociopolíticas através dos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja adesão é voluntária ou “contratual”.

<sup>27</sup> Vide à machete: “O estuprador do direito de propriedade quer ser prefeito” escrita pelo jornalista Augusto Nunes: “Amparado nesse falatório (fazendo referência à função social de propriedade), o MTST invade casas vazias ou habitadas, ocupa imóveis envolvidos em disputas judiciais, ocupa hotéis em situação falimentar, monta acampamentos na Avenida Paulista, sitia com barracas o prédio da Prefeitura de São Paulo, apossa-se de terrenos – faz o diabo em defesa da “função social”. Boulos acaba de formalizar sua candidatura a prefeito pelo Psol, com o apoio de devotos de Lula e do PT. Caso se eleja, centenas de invasões serão consumadas na maior metrópole do Brasil. Como reagirá o estuprador do direito de propriedade? Defenderá a cidade que governa ou os delinquentes que lidera?” (UOL, 2020).

determinação “pelo alto” das condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção burguesas” (IASI, 2019, p. 419).

Fernandes (1975, p. 176), nos atenta o fato de tal processo ter encontrado nos países periféricos, sobretudo na América Latina, fatores que favoreceram um desenvolvimento capitalista dependente<sup>28</sup>, ou seja, uma “combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima”. Posto que nesta transição:

[...] a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando às vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 1976, p. 204)

Segundo Iamamoto (2015), com a conservação do poder político nas mãos da burguesia brasileira - notadamente concentrada no setor agrário - teremos ao mesmo tempo a dominação e dependência do capital internacional e o aprofundamento das desigualdades sociais, favorecendo a “concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder” (IAMAMOTO, 2015, p. 132).

Temos assim, a manutenção das estruturas sociais que exercem poder e domínio de classe na esfera econômica e agora também na política, sem alterações significativas que pudessem lograr violentas rupturas e/ou superação das condições vigentes, aprofundadas agora, pela dinâmica do capitalismo mundializado. Ao passo que, para os setores populares, veremos expressas no aglomerado urbano as péssimas condições de moradia, emprego, saúde, educação, mobilidade urbana, entre outros.

Comumente, cremos que as cidades se desenvolvem exclusivamente a partir da entrada brasileira no circuito da produção capitalista, com a migração de trabalhadores do campo às grandes metrópoles. De fato, tal fenômeno aconteceu

---

<sup>28</sup> Ver em Florestan Fernandes: “A Revolução Burguesa no Brasil” (1976) e “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (1975).

(em partes), mas não de maneira isolada, obscurecendo - como citado anteriormente - as relações existentes entre estruturas rurais e urbanas.

Importante salientar isso, posto que: grande parte das análises que discorrem sobre o processo de urbanização - sobretudo na América Latina - partem de prerrogativas urbanas, ou seja, o urbano determinando o processo de dependência do campo, vinculada a uma aparente naturalidade com que se desenvolveram as forças produtivas. Neste sentido, propomos alargar o horizonte de análise, estabelecendo uma relação dialética entre campo e cidade.

Singer (1977) analisa o fenômeno da migração rural a partir de dois condicionantes distintos que se complementam: 1) redução da mortalidade no campo e aumento da população, o que significou uma pressão populacional sobre a terra; e 2) a partir do processo de reestruturação das relações de produção que acabam por favorecer a integração da economia de subsistência ao mercado. A combinação desses fatores favoreceram a concentração de terras nas mãos daqueles que tinham condições financeiras de se “apossar por compra, arrendamento ou execução de dívidas de mais e mais terras, cujos antigos donos são proletarizados” (SINGER, 1977, p. 71). Já associado com o processo de produção direcionado por técnicas especializadas, o cultivo para consumo local (agricultura de subsistência) dá lugar ao consumo de mercadorias industrializadas, barateadas pela expansão das redes de transporte. “O resultado, em geral, é uma liberação da força de trabalho, que é obrigada a emigrar. O deslocamento da população é produzido, neste caso, por *fatores de mudança* das relações de produção” (SINGER, 1977, p. 71).

Diferente da realidade dos demais continentes, cujo desenvolvimento da indústria e modernização alcança outro estágio, no Brasil, a conjuntura de seu tempo era configurada por um excedente populacional rural para uma “agricultura capitalista”, associada à elevada concentração da propriedade do solo.

Se o proletariado se desenvolve ao curso em que ascende a burguesia, seria possível a organização política de trabalhadores do campo no respectivo tempo? Ora, se estamos de acordo com as inferências de Fernandes (1975) no que tange a constituição de uma burguesia brasileira destituída de caráter organizativo coletivo

de interesses comuns, como a europeia, seria possível imaginar uma organização do campesinato capaz de resistir às transformações de sua época? Muito improvável, ainda que se tenha no decurso da história expressões de luta e resistência, mas que dadas às condições históricas não conseguiram alcançar avanços considerados revolucionários.

Nesta seara, estamos de acordo com Singer (1977, p. 84) de que: “os monopólios internacionais, ao penetrar em cada economia nacional, se aproveitam do grau de desenvolvimento em que se encontram aquelas economias para atingir os seus objetivos (deles, monopólios)” e que portanto, “o desenvolvimento “precoce” do capitalismo monopolista na América Latina se deve a numerosos fatores, sendo que um se liga à dependência: a inovação tecnológica. Importante este adendo: a cidade sempre foi dependente do campo, pois é neste setor que encontramos a produção primária (matéria-prima) incapaz de ser cultivada na metrópole em decorrência da organização espacial em que se conforma. No entanto, o campo só passa a depender da cidade no momento em que as atividades desenvolvidas no perímetro se especializam. Nesta lógica, é preciso submeter o rural para dele extrair excedente.

Por que este adendo é tão importante? Ora, porque a realidade expressa no campo de estudo, revela fragmentos desta relação, mediadas pelo processo histórico em que se conforma a sociedade brasileira na lógica do capitalismo contemporâneo. Portanto, os modos de vida e a luta política dos que resistem não está “deslocada”, como sugerem análises críticas à urbanização, reforçando certos estigmas de “exclusão, dependência, periferização”<sup>29</sup>. A adoção de tais categorias enquanto determinantes que condicionam a classe trabalhadora a um protagonismo político de menor relevância, até o presente momento, não estiveram explicitadas na realidade, sob a perspectiva da dialética marxista.

Se existe (e não negamos sua existência, em partes) tais fatores são resultados das contradições engendradas pelo modo de produção capitalista e

---

<sup>29</sup> Não estamos tratando de fazer uma análise teórica dos conceitos de “marginalidade urbana” presentes nas obras de Aníbal Quijano (1978) e “urbanização dependente” de Manuel Castells (1973), que por ora precisam ser aprofundados, mas ao uso indiscriminado de tais conceitos para determinar as condições de desenvolvimento e modernização do processo de urbanização brasileiro de maneira pejorativa.

portanto, é primordial a análise aprofundada destas mesmas contradições, ou seja, não é o aglomerado urbano de condições precárias que determina o processo de exclusão, dependência e periferização, mas a relação dialética que se estabelece no seio das contradições de classe. Isto é: existe uma relação de interdependência que faz emergir - de maneira concreta - tais processos e a forma com que estão relacionados no acesso aos bens e serviços fruto da (re) produção material e espiritual da vida. Não são condições distintas (sob a perspectiva teórica e, portanto do real concreto), tampouco dispensáveis. São condições eminentemente necessárias à acumulação e reprodução do capital e portanto não devem ser apontadas enquanto anomalias que decorrem de um processo de modernização, apartado das mediações que elucidam a sua gênese. Em outras palavras: tratar de exclusão, dependência e periferização excluindo os fios analíticos que abarcam a totalidade da realidade concreta é cair em ardis teórico-práticos que acabam por negar o arcabouço científico que fundamenta o presente estudo.

É compreender de maneira fragmentada a produção dos ditos “marginais, segregados, desvalidos”. É pressupor que tal condição é balizada na relação mediada pelo padrão de vida eminentemente burguês, calcado em valores e moralidades antagônicas aos modos de vida da população brasileira. É legitimar um modo de ser e de estar fetichizado. É padronizar uma forma exemplar de sociabilidade, cujas alternativas contra-hegemônicas construídas no cotidiano da classe trabalhadora são criminalizadas, desprovidas de qualquer legitimidade. É solucionar a crise urbana a partir da produção de “moradia adequada e bem localizada” (BRASIL, 2013), mas tudo isso, é em comparação ao que? Que padrão determina o que é adequado e bem localizado? O mesmo padrão sócio-histórico que produz tal antagonismo? Nesta perspectiva, é preciso repensar nossos valores:

A questão da moradia só poderá ser resolvida quando a sociedade tiver sido revolucionada a ponto de poder se dedicar a supressão da oposição entre cidade e campo, levada ao extremo pela atual sociedade capitalista. A sociedade capitalista, longe de poder suprimir essa oposição, é forçada, ao contrário, a exacerbá-la diariamente. [...] não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia. (ENGELS, 2015, p. 80)

Se estamos a tecer críticas às relações estabelecidas no âmago do Estado, entendendo-o enquanto o guardião protetor da manutenção da propriedade privada dos meios de produção, é imprescindível ter clareza que: as soluções apresentadas por este mesmo Estado, ainda que sob presença/influência da organização política da classe trabalhadora na incorporação - em partes - das suas necessidades sociais, civis e políticas, enquanto não pautar e/ou indicar processos com vistas a socialização dos meios de produção, a questão da moradia, da crise urbana, da pobreza, serão aspectos constantes, pois a gênese, o núcleo central produtor e reproduzidor das desigualdades sociais, se manterá intacto. Em outros termos,

[...] ainda que essa ordem solicitasse e comportasse, como de fato ocorre, uma série de reformas, desde que essas reformas não toquem nos fundamentos econômicos desta ordem. [...] Não é um pensamento reacionário, é um pensamento conservador que tem propostas e reforma social – sem tocar, evidentemente, nos fundamentos socioeconômicos fundamentais da ordem capitalista – e que supõe que com boa administração, boa gestão e boa alocação de recursos seja possível resolver a Questão Social. (NETTO, 2013, p. 89-90)

Diante do exposto: devemos sucumbir à barbárie? Crer na supremacia burguesa abrigando em si passividade e imobilidade? De forma alguma. Sobretudo num contexto de pandemia mundial que desnuda da maneira mais cruel e avassaladora a falência dos valores e relações de exploração que fundamentam a sociedade capitalista. Portanto, uma análise do movimento contraditório da realidade social, precisa revelar para além da “tensão e antagonismo, refere-se a aspectos contrários que são inter-relacionados, a uma oposição inclusiva que engendra transformação, superação” (CLOSS, 2017, p. 22). E desta maneira, compreendemos que:

[...] mesmo reformas de alcance limitado (mas que podem reduzir as dimensões da Questão Social) podem ser incorporadas numa perspectiva que não se limite ao pensamento conservador que joga e julga as reformas à medida que elas interessam à conservação. É extremamente importante fazer essa observação para que não se passe a ideia de que uma concepção revolucionária acerca da Questão Social leva ao imobilismo diante das suas expressões mais brutais, mais escandalosas. (NETTO, 2013, p. 92)

Sendo assim, se revela indispensável que tais ações sejam acompanhadas por propostas organizativas dos segmentos populares, desencadeando processos emancipatórios, cuja participação política dos sujeitos permita o acesso à riqueza socialmente produzida para além dos mecanismos propostos pelo Estado burguês.

Sem que isso inviabilize a participação, o protagonismo e o tensionamento que os coletivos organizados - nas diferentes instâncias de controle social - passam a exercer no Estado.

Portanto, enquanto fenômeno histórico, podemos dizer que o Estado congrega em si inúmeros e complementares aspectos temporais, numa articulação mediada por passado, presente e futuro. Apresenta também um caráter relacional, composto por diferentes atores sociais e mecanismos ideológicos que interagem entre si não só decorrentes de forças e pressões que lhe são externas, mas justamente por carregar no bojo dessas relações, dinâmicas internas que colocam em confronto interesses contrários. Não queremos dizer com isso, que o Estado não possua certa autonomia, mas esta será maior quanto menos democrático for o Estado, a exemplo do que vivemos na atualidade.

Nesta perspectiva, podemos inferir que: a mediação dialética presente na relação estabelecida por ele, agrega em diferentes esferas, sujeitos e forças sociais que apresentam interesses e objetivos opostos, comportando simultaneamente antagonismos e reciprocidades. Nessa interação entre forças desiguais e contraditórias, ambos segmentos são por elas impactados. Em que pese esta relação de reciprocidade e antagonismo e suas diferentes refrações nas lutas e conquistas das classes sociais, precisamos nos atentar ao fato de que: os significativos avanços no que tange conquistas políticas, econômicas e sociais serão maiores ou menores tendo em vista a posição que os sujeitos coletivos ocupam nesta sociedade. E aqui se fazem necessárias diferentes reflexões, considerando a realidade que permeia o presente estudo.

Se levarmos em conta que os sem teto travam árduas e constantes batalhas em torno de questões básicas para a sobrevivência humana, entre elas o acesso à alimentação e saneamento básico, lutas essas anteriores à conquista da moradia, veremos que muitos dos “avanços” estão vinculados às necessidades mais elementares da vida. Em outras palavras: aos trabalhadores e trabalhadoras sem teto que residem na OPSP, a luta inicia na busca de condições humanas que propiciem a possibilidade de lutar, o que os coloca - assim como a um grande contingente populacional - numa incessante batalha por acesso à condições



materiais de vida que os demais segmentos sociais não vivenciam. Ou seja, no cotidiano da OPSM, antes de qualquer avanço, as estratégias se concentram em possibilidades que possam favorecer em maior ou menor escala a participação política dos sujeitos na vida social, ainda que durante as reuniões de grupos e assembléias ao retornar para o barraco, sejam acolhidos pelas panelas vazias ou pela falta de energia elétrica. Pois, enquanto constitutivos da classe trabalhadora em situação de maior vulnerabilidade:

A sua sobrevivência depende da produção direta dos meios de vida ou da oferta de emprego pelo capital – cada dia mais restrito e carente dos correspondentes direitos – para obtenção do equivalente necessário à sua sobrevivência e preservação de patrimônio cultural. (IAMAMOTO, 2008, p. 118)

Portanto, é primordial compreender com profundidade as diferentes realidades que permeiam as lutas da classe trabalhadora considerando que é no cotidiano de condições extremamente precárias, atravessadas por modos de vida distintos, impactadas diretamente pela retração dos direitos sociais conquistados, que muitas delas são travadas, sobretudo sob a influência das artimanhas do capitalismo financeiro. Ao estabelecer novas e inéditas diretrizes para o processo de acumulação, acaba por incidir em todas as dimensões da vida social, obscurecendo as contradições da relação capital/trabalho e o reconhecimento das necessidades sociais presentes na luta das organizações políticas de trabalhadores e trabalhadoras (IAMAMOTO, 2015). Ou seja,

[...] o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de *Welfare State* é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 237-238)

E neste processo, o Estado - sob a ofensiva neoliberal - acaba se apresentando “muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil” (IANNI, 1999, p. 131), ou seja, ainda que o Estado venha a responder pontualmente às necessidades da classe trabalhadora, sob a adoção de políticas públicas e sociais associadas ao

protagonismo político e reivindicatório das lutas sociais, ainda sim teremos mantidas e ampliadas a preservação dos privilégios burgueses e portanto, um Estado eminentemente de classe.

Como vemos, é uma disputa que congrega em si um cenário complexo de desafios e possibilidades que na concepção gramsciana de Estado Ampliado, passa a incluir a sociedade civil na esfera da superestrutura retrabalhando as categorias (estrutura e superestrutura e suas devidas mediações) contidas na teoria marxiana.

A partir das transformações urbanas presentes no processo sócio histórico de constituição da cidade de POA/RS, abordaremos a seguir as refrações da questão social e suas expressões na luta pelo direito à cidade com base nos achados encontrados pelo presente estudo.

## **2.2 Urbanização brasileira: a cidade de Porto Alegre**

Podemos considerar o Brasil como o país dos “privilégios”. Somos privilegiados com uma vasta extensão territorial, composta pela diversidade de cores e nuances: brancos, pretos, amarelos, pardos, indígenas. Temos o privilégio de contar com uma belíssima flora e fauna e ter nesta imensidão de terras o “pulmão do mundo”. Somos heteros, bi, pan, homo, assexuais. Somos também católicos, evangélicos, ateus, umbandistas, espíritas. Temos o carnaval, o futebol, a bossa-nova e o samba de raiz. Temos muitas coisas e outras mais que nos colocam na lista de “privilegiados”:

[...] o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema. (OXFAM BRASIL, 2017, p. 21)

A Fundação João Pinheiro (FJP)<sup>30</sup>, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (FJP, 2018) mostra que a realidade brasileira referente à temática habitacional apresenta dados preocupantes: o ônus excessivo com o aluguel chega a uma estimativa de 60% das

---

<sup>30</sup> Para maiores informações, sugerimos consulta a página da fundação: <http://www.fjp.mg.gov.br/>

questões referentes à moradia nas regiões Sul,<sup>31</sup> Sudeste e Centro-Oeste, seguida pela coabitação familiar que atinge em torno de 25% da população.

O processo que deflagra a urbanização no Brasil em decorrência do aumento populacional no campo, associada às mudanças presentes nas relações de produção, são fatores indispensáveis que desencadeiam transformações no âmbito das cidades. À primeira vista, tal abordagem sugere inferir a inexistência de uma malha urbana relativamente constituída - o que seria, a nosso ver, uma análise superficial. De fato, o que decorre neste período é uma gradativa transformação das atribuições dos centros urbanos no Estado brasileiro, mais precisamente na esfera política e econômica.

Na imagem abaixo, - pintura do imigrante alemão Emílio Wiedmann - podemos observar que nos anos de 1851, Porto Alegre já apresentava um relativo perímetro urbano localizado às margens do Guaíba:

**Imagem 1:** Núcleo urbano Inicial



Porto Alegre, capital 1840 Domínio Público

**Imagem 2:** A cidade de POA.



Margens do Guaíba - E. Wiedmann, 1851.

Segundo Pechman (2008), até o século XVIII as cidades não apresentavam grande protagonismo na esfera produtiva, tampouco dispunham de influência política capaz de desencadear um desenvolvimento urbano como vemos na contemporaneidade. De fato, podemos constatar que as cidades estavam integradas ao processo de produção de excedente agrícola (iniciado no campo, na produção de bens primários) e serviam como território de circulação de mercadorias para

<sup>31</sup> Fator presente nos cadastros realizados pelo MTST com os moradores que residem na OPSPM em 2020, quando questionados sobre as circunstâncias que os/as levaram a fazer do espaço da ocupação o seu espaço de moradia.

exportação, ou seja, a cidade, apesar de abarcar infraestrutura e equipamentos públicos, não concentrava poder político, capaz de influenciar e conduzir as relações de produção em curso no País.

A sociedade colonial, apesar da metrópole, do Estado português e seus representantes locais, era derradeiramente uma sociedade de senhores. Insisto nisso porque essa parece ser a chave que explica o não-surgimento de uma esfera pública onde, pela política, a vida, em todas as suas dimensões, pudesse ser *negociada*. Negócio que, neste país tão colonial, era entendido como só aquilo que arrancava à natureza sua qualidade de mercadoria ou então no sentido literal da palavra, de *negar-o-ócio* (negócio), imagem fundamental para manter o escravo<sup>32</sup> a lida. É por isso mesmo que essa sociedade começa e acaba no senhorio e não se afasta dele. Quando o faz ela vira outra coisa, vira sociedade urbana, vira cidade. (PECHMAN, 2008, p. 209)

Conforme Pesavento (2002), em comparação aos demais estados brasileiros e a “colonização” da América Latina, o Rio Grande do Sul foi integrado ao processo de exploração de recursos naturais apenas um século após a invasão portuguesa. A estas terras, a mercadoria a ser extraída era a força de trabalho de indígenas catequizados e escravizados<sup>33</sup>. Singer (1968) é categórico ao afirmar o fato de que: “pela conversão, tornaram os Jesuítas os indígenas mais aptos a servir de mão de obra para os colonos paulistas, que passaram a encarar estas populações sedentárias como reservas potenciais de escravos” (SINGER, 1968, p. 142). O desprezo pela cultura indígena, a negação de seus contributos para a sociedade brasileira, a constante tentativa de apagar sua história permanecem vivas até os dias atuais.

Cotidianamente, vemos estampadas nas manchetes de jornais o descaso por parte do governo federal com a questão indígena: “Com Bolsonaro, fazendas foram certificadas de maneira irregular em terras indígenas na Amazônia” (PÚBLICA, 2020), “Os 5 principais pontos de conflito entre governo Bolsonaro e indígenas” (BBC, 2020), “Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas” (EL PAÍS, 2019)<sup>34</sup>.

Nem mesmo a pandemia foi capaz de mascarar a aversão do então

---

<sup>32</sup> Por escravo, entendemos por trabalho escravizado e/ou pessoa escravizada.

<sup>33</sup> Não verificamos nas produções científicas maior protagonismo indígena no processo de desenvolvimento dos territórios da região sul no respectivo período.

<sup>34</sup> Verificamos no período, diferentes reportagens sobre a questão indigenista e os ataques aos direitos dos povos originários pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, entres os veículos de imprensa pesquisados estão: Pública, BBC Brasil e El País Brasil.

presidente Jair “Messias” Bolsonaro com a questão indígena: com 16 vetos, sancionou lei de proteção às comunidades indígenas durante a maior crise sanitária mundial (BRASIL, 2020). Entre as medidas vetadas está: “acesso das aldeias a água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares e respiradores mecânicos”, além da “distribuição de materiais informativos sobre a covid-19 e pontos de internet nas aldeias” (BRASIL, 2020). Como podemos ver, o ataque aos povos originários é presença constante em nossa formação social.

No decurso histórico, Porto Alegre acaba se tornando importante território de produção agrícola, inicialmente de subsistência, passando à comercialização do excedente produzido às demais regiões. A capital gaúcha, portanto se consolida enquanto “entreposto comercial e ponto de escoamento da produção regional” (MELLO, 2011, p. 45).

**Imagem 3:** Cais do Porto, 1865



Centro Histórico - SCHENKEL, 1865.

Conforme Monteiro (2012), os investimentos em infraestrutura urbana tornam-se mais evidentes na segunda metade do século XIX: Teatro São Pedro (1858), Hidráulica Porto-Alegrense (1865), primeira Linha Férrea entre Porto Alegre e São Leopoldo (1874), Regularização da Coleta de Lixo (1876), início do Saneamento (1878), Serviço Telefônico (1886) entre outros. A ampliação e modernização dos serviços de infraestrutura urbana proporcionaram o crescimento do comércio e concomitantemente da indústria.

Com a Proclamação da República, inicia-se uma nova fase do fenômeno urbano. Fase caracterizada pela complexificação e reorganização social no espaço urbano, decorrentes das mudanças nas estruturas política, social e econômica da sociedade brasileira. As alterações da ordem social eram, decorrentes da abolição da escravidão, do novo conceito de cidadania e participação política, da imigração maciça de trabalhadores livres para atender a demanda de braços na agricultura comercial e da indústria nascente, bem como a ampliação das camadas médias, com o crescimento do comércio, dos serviços urbanos e da burocracia do estado republicano. (MONTEIRO, 2012, p. 27)

Localizada às margens do Guaíba e favorecida pela navegação fluvial enquanto “único meio de transporte economicamente viável [...] torna Porto Alegre o escoadouro privilegiado de toda produção das colônias alemãs e italianas” (SINGER, 1968, p. 159). Boa parte das economias coloniais no Rio Grande do Sul avançam na produção comercial em detrimento da produção de subsistência, sendo fortalecida e impulsionada pelo sistema de comunicações em plena expansão no estado. Ou seja: “havia desenvolvido um ponderável mercado interno para produtos agrícolas no Brasil” (SINGER, 1968, p. 169).

Atualmente, a agricultura familiar, assim como os pequenos agricultores organizados coletivamente, produzem 70% de todo alimento que chega à mesa dos brasileiros (MST, 2020). Em meio a pandemia de Coronavírus, assistimos vertiginosamente a alta dos preços sobre produtos indispensáveis ao consumo, entre eles: feijão preto 28,9%, arroz 19,3%, óleo de soja 18,6% e leite longa vida 23% (FGV, 2020). Chegamos ao segundo semestre de 2020, com 12,8 milhões de desempregados (IBGE, 2020), mostrando que a realidade presente no cotidiano da população brasileira, tem os mantido alheio ao acesso integral dos produtos alimentícios que compõem a cesta básica (DIEESE, 2020)<sup>35</sup>.

Ainda que a produção alimentícia para consumo interno no Brasil seja majoritariamente realizada pela agricultura familiar camponesa, na atualidade não conta com os mesmos “benefícios” destinados ao agronegócio e aos grandes varejistas. É assim que o modo de produção capitalista impulsiona “verdadeiras

---

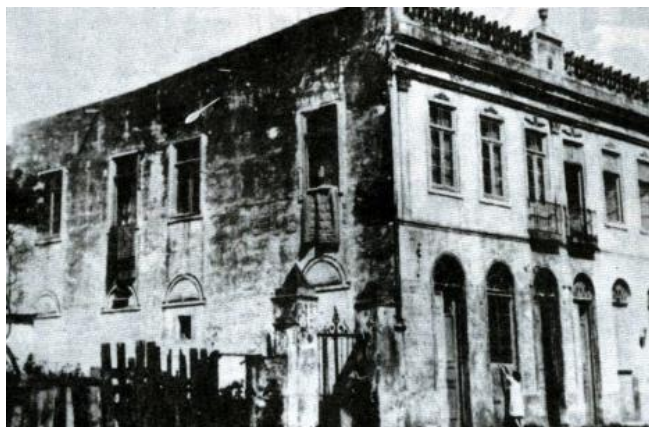
<sup>35</sup> Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (Tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020): “Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (alterado para 7,5% a partir de março de 2020, com a Reforma da Previdência), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em novembro, na média, 56,33% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta”. (DIEESE, 2020, p. 2).

revoluções”: torna as necessidades humanas mais elementares à sobrevivência - como a alimentação, por exemplo - em mercadoria rentável e de quebra conduz os rumos da “soberania alimentar” dos povos e nações. Eis, uma das maravilhas do capitalismo!

Na obra literária “O cortiço”, escrita em 1890 por Aluísio de Azevedo, alguns trechos do livro nos permitem vislumbrar o cotidiano daqueles cuja habitação coletiva mostrava sua funcionalidade: “as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem” e portanto “havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. (AZEVEDO, 1890, p. 7).

Com o advento da industrialização e o trabalho fabril em plena expansão no século XIX, a dinâmica e organização das cidades apresenta inúmeros desafios ao poder público, entre eles a questão da moradia e saneamento básico. Vejamos a expressão dessa realidade histórica em POA:

**Imagem 4:** Cortiço da Rua General. Caldwell no Menino Deus



Domínio Público, 2020.

Críticos ao processo de urbanização, afirmam que as cidades ao ponto que se desenvolvem não conseguem atender a grande e intensa massa de trabalhadores advindas dos mais recônditos lugares. Alegam incapacidade do Estado em incorporar aos serviços existentes, as demandas por educação, saúde, segurança, emprego, creditando tal fenômeno à ausência de planejamento urbano.

Outros, por sua vez, justificam o aumento da violência, da população em situação de rua, do desemprego, em decorrência do processo demográfico

desencadeado pelas classes populares, expressos na capacidade reprodutiva, no desinteresse pelo trabalho, na irresponsabilidade. Em outras palavras: “a crítica da urbanização tem por pressuposto básico de que não há uma relação necessária entre o crescimento da população e a expansão da economia da metrópole” (SINGER, 1973, p. 120).

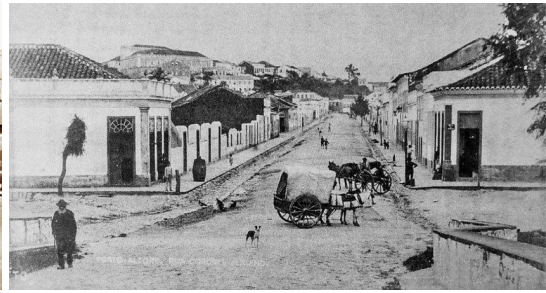
Nesta perspectiva: seria realmente possível crer que - numa realidade hipotética -, o desemprego tem como gênese a discrepância entre determinado número de postos de trabalho associado a um excedente de trabalhadores? Seria, por sua vez, o fenômeno da urbanização a força motriz responsável por movimentar o exército industrial de reserva?

Entre a abolição da escravidão (1888) e a Revolução de 1930, houve no Brasil importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Iniciou-se o processo de desenvolvimento mediante substituição de importações, com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis (tecidos, roupas, alimentos) principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, e de uma ampla agricultura comercial voltada para o mercado interno, nos estados de colonização alemã e italiana (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). A imigração europeia avolumou-se fortemente, atingindo seu auge pouco antes da 1ª Guerra Mundial, integrando-se os imigrantes na cafeicultura e nas novas atividades do Setor de Mercado Interno. Iniciou-se um tímido processo de urbanização, com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros de mercados regionais: Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. (SINGER, 1973, p. 121)

Não seria surpresa alguma inferir que, neste período, as ações estatais passaram a investir em melhorias de portos, ruas e avenidas, transporte, iluminação e comunicação. Como podemos verificar, a produção do espaço urbano, bem como as estratégias de urbanização, estão diretamente ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas, e portanto, precisam responder às demandas postas pela tecnologia e modernização dos setores de produção.

Com as mudanças, todos ganham! E a cidade está em festa!”. Como podemos observar nas expressões históricas desse processo:



**Imagem 5:** Mercado Público, 1870**Imagem 6:** Rua Cel. Genuíno, 1880

Av. Borges de Medeiros, Ricardo Eckert, 2020.

Centro Histórico - Schatschneider, 2020.

É inegável que as melhorias promovem qualidade de vida aos cidadãos. Além de proporcionar a valorização do solo, o loteamento de terrenos, a construção e venda de casas. O modelo arquitetônico confere à POA um “ar Europeu”. Uma cidade limpa e organizada beneficia a todos – todos aqueles que possam arcar com o acesso a tamanho desenvolvimento.

Vale a ressalva de que os cortiços - espaço de moradia de trabalhadores urbanos próximos aos locais de trabalho- eram considerados insalubres, focos de doenças, de modos de vida, de costumes e de moralidades questionáveis. Do ponto de vista moral e sanitário as derrubadas foram as estratégias mais eficazes para a solução das questões que envolviam a moradia. Com isso, o aumento dos preços do aluguel mudaram a paisagem urbanística, afastando dos grandes centros a massa de trabalhadores.

Esta realidade, porém, se faz presente na capital gaúcha nos dias atuais. Basta um breve passeio pelas ruas e avenidas centrais que veremos pessoas em situação de rua expulsas das portas dos comércios, ambulantes agarrados aos seus produtos driblando a fiscalização municipal, pessoas com deficiência sem acesso à mobilidade urbana e tantos outros exemplos que poderíamos citar. Contudo, foram nos processos de remoções coletivas de comunidades inteiras, decorrentes dos espaços sede da Copa Mundial de Futebol no Brasil, que presenciamos de maneira didática a perversidade do legado dos megaeventos, rememorando experiências do passado:

[...] o propósito da higienização, da ‘faxina social’, para o uso futuro de terras de alto valor imobiliário ou onde o Estado deseja repassar a

mais-valia decorrente de seus vultosos investimentos à iniciativa privada. A estratégia inclui ainda a periferização das comunidades expulsas para longe de suas redes de inserção econômica, social e cultural, via de regra em locais carentes de serviços públicos, o que causa total transtorno ou impossibilidade de assimilação, por exemplo, nos postos de saúde e escolas. São grandes obras viárias, em sua maior parte relacionadas pelo Poder Público aos estádios da Copa ou a projetos de mobilidade que incluem ligações a instalações aeroportuárias, sempre abrindo novas frentes imobiliárias em suas margens ou em seus destinos. (Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2016, p. 23-24)

Neste sentido e considerando os impactos destas condições: é possível crer num processo de urbanização “à revelia”? Desprovido de questões políticas, ideológicas e comerciais? Contando com a “ausência” de planejamento urbano?

Notadamente, as intervenções urbanísticas são majoritariamente promovidas pela ação direta do Estado que busca responder às demandas promovidas pelo “caos urbano”. Segundo Villaça (1999) é possível distinguir os objetivos, impactos e características das intervenções urbanas, agrupando-as em fases.

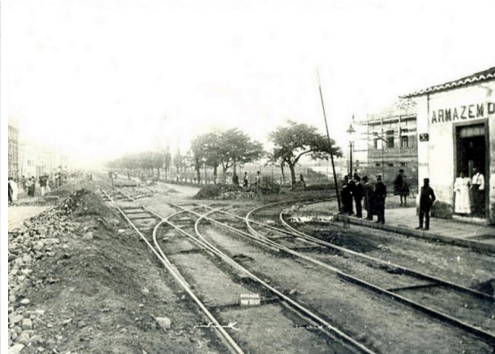
Pensar nessa perspectiva, permite compreender o caráter político e ideológico de classe presente no urbanismo e, portanto, sua capacidade de impacto não apenas na estética urbana, como no acesso, permanência, sentidos e usos do espaço para os distintos grupos sociais.

Conforme Villaça (1999), a primeira fase é conhecida como Plano de Embelezamento, que data entre os anos de 1875 e 1930. Neste enfoque, se faz presente uma abordagem higienista do espaço restrita às zonas centrais: surgem as primeiras avenidas e a derrubada de habitações populares.

O período é marcado também pelo processo de urbanização informal em decorrência da ocupação de vazios urbanos próximos aos grandes centros. É a partir de 1890 que Porto Alegre inicia notadamente sua fase de industrialização (SINGER, 1968), contando com serviços essenciais de saneamento, transporte e comunicação, como podemos observar a seguir:

**Imagem 7:** Rua dos Andradas, 1890.

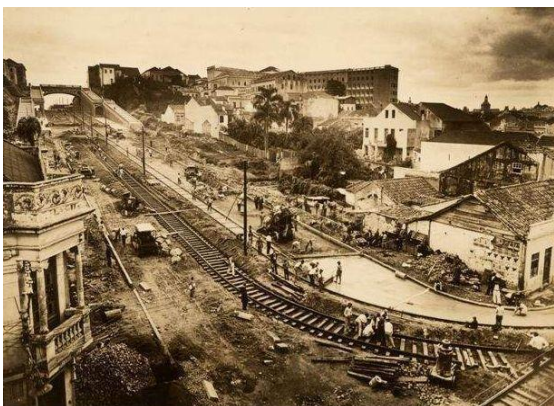
Centro Histórico - Prati, 2017.

**Imagem 8:** Avenida João Pessoa, 1907.

Centro Histórico - Domínio Público, 2020.

Denominada como Planos de Conjunto e caracterizada pela criação de arcabouço jurídico que busca regulamentar o uso e ocupação do solo, a segunda fase se inicia em meados dos anos 1930 perdurando até 1965. Este período é marcado pela irrupção do contingente populacional rural na esfera urbana e portanto se fazia necessária a construção de um arcabouço de normas capazes de estabelecer uma urbanização “ordeira”.

Curiosamente, entre as décadas de 1920 e 1940, Porto Alegre contraria a realidade das demais capitais, apresentando um decréscimo populacional. Singer (1968) aponta como possível impacto a diminuição territorial da capital gaúcha que passa em 1935 de 470 Km, para 415Km em 1940. Observamos nos registros históricos a nova geografia da cidade:

**Imagem 9:** Viaduto Otávio Rocha

Centro Histórico - Domínio Público, 1932.

**Imagem 10:** Fábrica da Neugebauer

São João, 1940 - Prati, 2017.

A partir do Plano Diretor<sup>36</sup>(1943), desenvolvido pelo urbanista Arnaldo Gladosch:

[...] formulou-se um projeto de reformas urbanas com a realização de grandes obras viárias, como a Avenida Farrapos e a 10 de Novembro (atual Salgado Filho), para as quais foi necessário demolir toda uma parte do Centro da cidade composta de antigos casarões no estilo colonial, além de um conjunto de habitações populares. Essas demolições causaram uma redução no número de habitações disponíveis no Centro, gerando a elevação dos preços dos aluguéis e migração de grupos de baixa renda para áreas mais distantes. (MONTEIRO, 2012, p. 69)

Faz-se necessário compreender que a conjuntura nacional sob o período varguista apresentava uma economia capitalista em pleno crescimento, contando com amplo apoio popular às iniciativas desenvolvimentistas. Os impactos globalizados pela Segunda Guerra Mundial, incidiram diretamente na elevação dos itens de consumo básico da classe trabalhadora. E portanto, alternativas de “defesa da economia popular” foram imprescindíveis:

O decreto-lei que instituiu a Lei do Inquilinato em 1942 regulamentou as relações entre locadores e inquilinos, provocando um forte impacto na produção e acesso à habitação. A medida, tomada por Vargas no momento em que o país entrou na 2ª Guerra Mundial, determinou o congelamento dos valores locativos e a proibição dos despejos, rompendo a tradição liberal que rejeitava qualquer interferência do Estado no mercado de locação. [...] A medida pode ser considerada a primeira iniciativa pública que introduziu, de modo implícito, o conceito de função social da propriedade. O decreto criou uma severa limitação ao direito de propriedade e ao rentismo, sendo aplicada não à terra urbana, mas aos imóveis construídos com a finalidade de gerar uma renda. Esse sentido da lei, no entanto, nunca foi verbalizado explicitamente, malgrado a alegação de alguns defensores da medida, sobretudo a partir de 1946, de que a lei buscava impedir que qualquer cidadão vivesse de renda, ou seja, sem trabalhar. (BONDUKI, 2018, p. 16)

Segundo Bonduki (1994), tal estratégia favoreceu ampliar as bases de apoio social à dinâmica política e ideológica do populismo e ainda orientar os investimentos de capitais aos setores em crescimento, entre eles à indústria. Longe de constituir uma política urbana de viés público e equânime de uso e apropriação do solo, as soluções convergiram para o estabelecimento das parcerias público/privado, concedendo “favores” à iniciativa privada em contrapartida à construção das vilas operárias. Estas, por sua vez, emergem em consonância das necessidades das empresas em fixar “seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um

---

<sup>36</sup> Porto Alegre é a primeira cidade brasileira a instituir o Plano Diretor (1914), a partir do Plano Geral de Melhoramentos do arquiteto João Moreira Maciel. (POA, 2020).

mercado de trabalho cativo” (BONDUKI, 1994, p. 715).

Em Porto Alegre, o conjunto habitacional da Vila IAPI, construído com recursos administrados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPIs) é considerado não apenas o maior, como também o mais antigo conjunto habitacional do continente, construído entre as décadas de 1940 e 1950:

**Imagem 11:** Inauguração do IAPI



Vila do IAPI - Lenskij, 2016.

**Imagem 12:** IAPI, 1950.



Vila do IAPI - Domínio Público, 2020.

Atualmente, travestidas de parcerias e contrapartidas, estas iniciativas que o setor público estabelece com o setor privado, mostram que a realidade vivida em 2020 carrega consigo heranças do passado. A construção do Barra Shopping Sul<sup>37</sup> no ano de 2006 na zona sul da capital gaúcha evidencia quem de fato tem o direito de ocupar o solo urbano.

Viviam na área mais de 700 famílias em condição considerada “irregular”: sem perspectivas de mudanças, sem respostas da gestão municipal. Com o avanço das obras aquele contingente populacional foi reassentado em locais distantes do território de origem, passando a viver em empreendimentos construídos pela Multiplan na forma de contrapartidas. Passados 14 anos o que vemos no entorno do shopping é uma nova paisagem urbana, composta de prédios suntuosos, apartamentos de alto padrão e salas comerciais disponíveis para uma “parcela” da

<sup>37</sup> A proximidade da mestrandia com a comunidade residente no entorno do Barra Shopping Sul, no bairro Cristal ocorreu durante o processo de residência em Saúde Coletiva. As inquietações provenientes do trabalho profissional no campo da saúde, alicerçada em sua concepção ampliada, favoreceu o desenvolvimento de ações articuladas com o MTST. Neste sentido, realizamos denúncias referentes às inúmeras violações de direitos humanos ocorridas na desapropriação e remoção da comunidade em virtude do Projeto Integrado Socio-Ambiental (PISA, 2018).

população<sup>38</sup>:

A violenta transformação das áreas onde se estabelecem os novos projetos expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo. [...] uma nova “ordem” se estabelece a partir da ação dos promotores imobiliários vinculadas às estratégias do sistema financeiro que orienta e reorganiza o processo de reprodução espacial através da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado - através do poder local -, intervindo no processo de produção da metrópole, reforça a hierarquia dos lugares, criando novas centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta). (CARLOS, 2018, p. 27)

Convém ressaltar que, antecedendo a terceira fase do conjunto de propostas de intervenções urbanísticas, notadamente conhecido como Planos de Desenvolvimento Integrado, teremos o período ditatorial brasileiro iniciado em 1964<sup>39</sup>. Apoiado por parte da sociedade, somada à articulação entre burguesia e forças repressivas do Estado, a Ditadura Civil Militar promoveu o acirramento das desigualdades sociais e repressão às formas de resistência e expressão popular. A influência do imperialismo norte americano, consubstanciado pela financeirização do golpe (um dos muitos que veremos no país) colocam o Brasil na trilha do “Milagre Econômico”, o que também se expressa no espaço urbano de Porto Alegre:

**Imagem 13:** Rodoviária de POA, 1970.



Centro Histórico - Domínio Público, 2020.

**Imagem 14:** Freeway, 1973.



BR-290 - Simon, 2013.

<sup>38</sup> Para maiores informações, ver o documento, construído pelo Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES, 2013), intitulado: Desenvolvimento Urbano e Violação dos Direitos Humanos, 2013.

<sup>39</sup> Conforme série especial do Jornal Sul 21, com o tema Gentrificação: “até 1968, 80% dos financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH) eram destinados para a recuperação de vilas. Um ano depois, o Banco passa por uma grave crise estrutural. [...] Logo, eles decidiram mudar de público-alvo. Após 68, 80% dos financiamentos do BNH foram dirigidos para as classes média e alta” (SUL21, 2017), ou seja, ao não receber retorno em capital do investimento destinado às classes populares, o Estado passa a atender cidadãos de alta classe com grande poder aquisitivo e retorno aos cofres públicos.

Os Planos de Desenvolvimento Integrado estabelecidos nos anos 1965 até 1971, caracterizam-se pela abrangência das propostas que passam a incorporar demandas sociais. Conforme Tochetto e Souza (2019) POA inicia os anos 1960 “com a maior taxa de crescimento demográfico que já tivera, 4,9% ao ano. A população praticamente duplicou de 1950 a 1960, o que representava 2,3 vezes mais pessoas do que em 1940” (TOCHETTO; SOUZA, 2019, p. 2), somando consigo, demandas por habitação, saneamento, educação, saúde.

O grau de complexidade que permeiam estes planos encontram inúmeros entraves para a execução das propostas de intervenção urbanística, pois traziam no bojo de proposições demandas essencialmente populares e portanto contrárias aos interesses das classes dominantes<sup>40</sup>.

O envolvimento da comunidade no sistema de planejamento da cidade, segundo análise do plano, introduzia variáveis locais de difícil percepção exterior, que fluíam da sensibilidade da população envolvida e permitiria sentir os efeitos das proposições dele decorrentes. A participação ampliava a legitimação do processo na medida em que o plano passava a considerar, além dos objetivos globais de harmonia de crescimento do município, também os interesses peculiares ao ambiente e ao bem-estar comunitários no âmbito local. (TOCHETTO; SOUZA, 2019, p. 17)

Este período também é marcado pela expansão da região metropolitana, transformando os municípios vizinhos, entre eles Guaíba, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul “em subúrbios industriais da capital, em relação às quais há perfeita continuidade urbana, o que nos permite falar em uma Grande Porto Alegre” (SINGER, 1968, p. 184).

A quarta fase do planejamento urbano no Brasil é denominada como Planos Sem Mapas (1971-1992) apresentando uma abordagem simplificada e genérica do cenário urbano como resposta ao modelo anterior. É considerado um período que não apresentou grandes avanços na perspectiva do planejamento urbano, ocultando inclusive, as contradições presentes na produção do espaço. Em suma, demonstrava “preocupação ideológica referente ao planejamento urbano brasileiro

---

<sup>40</sup> Importante ressaltar, que a década de 1960 inaugura um período de intensas disputas políticas no País, entre elas podemos citar: renúncia do então presidente Jânio Quadros (1961), a tentativa de golpe orquestrada para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, a articulação de forças sociais o em defesa do Estado de Direito (Movimento da Legalidade), a Ditadura Civil Militar (1964), entre outras.

que os precedera, dissimulando conflitos pela apropriação do espaço urbano por meio de medidas abrangentes e diretrizes genéricas” (JASAR; ULTRAMARI, 2018, p. 197). Em Porto Alegre,

As obras realizadas impressionavam e davam a ideia de que a cidade se transformara num enorme canteiro de obras. Além das obras da I Avenida Perimetral, foram alargadas e asfaltadas as avenidas Oswaldo Aranha, João Pessoa, Azenha, Bento Gonçalves, Cristovão Colombo, Benjamin Constant, Assis Brasil (viaduto Obirici), Sertório, Saturnino de Brito, estrada do Forte, Cristiano Fischer, José de Alencar, Borges de Medeiros (viaduto D. Pedro I), Icarai e Nonoai, além das estradas da Cavahada, Lami, Lomba do Pinheiro, Belém Velho e Serraria. (MONTEIRO, 2012, p. 94)

É válido elucidar que o governo militar instituiu através da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Plano Nacional da Habitação e criação do Banco Nacional da Habitação, cujo objetivo visava orientar a “iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (BRASIL, 1964).

Em 1969, a política de habitação popular tinha se revelado o mais completo fracasso, devido ao total descompasso entre os rendimentos da clientela popular (e sua lenta velocidade de correção) e as dívidas relativas ao financiamento da casa própria (e sua velocidade de correção). A inadimplência (três meses de atraso nas prestações) atinge por volta de 30% do total dos mutuários entre 1971 e 1974. (MARICATO, 1987, p. 38)

Estava a pleno vapor, um projeto societário radicalmente vinculado aos interesses burgueses e de subordinação ao imperialismo, ancorado na superexploração do trabalho favorecida pela repressão e terrorismo de Estado. De fato, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) beneficiou grandes empreiteiras ligadas à construção civil, como também favoreceu a “estruturação de uma rede de agentes financeiros privados”, permitindo não apenas a “realização do financiamento à produção”, como também “o financiamento do consumo” (MARICATO, 1987, p. 30).

Neste cenário, se criou a ilusão de acesso ao direito à moradia num contexto de grande abertura ao capital estrangeiro, favorecendo a concentração de renda e ampliação do mercado imobiliário.

Os setores da população beneficiados por essa política constituíram, sem dúvida, um sustentáculo político ao governo ditatorial. E não é apenas nas faixas dos privilegiados que a propriedade privada da casa exerce seu papel conservador. Também os deserdados desta política habitacional são envolvidos pelas promessas da casa própria: ao organizar a provisão de residências em moldes capitalistas, centralizada fortemente por organismos



federais, de forma autoritária, o Estado exclui desse mercado a maior parte da população submetida ao arrocho salarial. Isso representa aproximadamente 77% da população que ganha de cinco salários mínimos para baixo. (MARICATO, 1987, p. 30-31)

Sendo assim, a alternativa encontrada pelo grande contingente populacional excluído da política habitacional e portanto, espoliado do direito humano à moradia, fez com que inúmeras famílias tornassem a aquisição de lotes irregulares distantes dos grandes centros, a autoconstrução ou ainda a ocupação de vazios urbanos, como alternativas de acesso à casa própria.

Importante ressaltar que o gradual processo de reabertura democrática consubstanciada pela efervescência dos movimentos sociais e a mobilização popular impulsionaram a promulgação da Constituição Federal em 1988. O Capítulo II, destinado à Política Urbana inaugura uma grande vitória do Movimento Nacional pela Reforma Urbana<sup>41</sup> (MNRU), iniciado em 1960 e interrompido pelo período ditatorial (AMANAJÁS; KLUG, 2018). Segundo Bonduki (2018, p.16 ), o termo Reforma Urbana “passou a ser utilizado, sobretudo pelos arquitetos e urbanistas progressistas, para definir um conjunto de medidas visando combater a especulação com terras ociosas”. O Artigo 182, prevê que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988)

Dessa maneira, temos a quinta fase dos modelos de melhor gerir e pensar a dinâmica das cidades, revelando o caráter político existente no planejamento urbano (1992-2001). A participação e controle social surgem enquanto mecanismos de disputa pelo direito à cidade, bem como a orientação prevista pelos planos diretores, nascendo assim um conjunto de normas e leis referentes à política urbana, entre elas o Estatuto das Cidades.

---

<sup>41</sup> Para Bonduki (2018, p. 9): “O sentido que temos do conceito de reforma urbana é amplo, relacionado às tentativas de regulamentar normas e intervenções urbanas visando garantir o direito à cidade e à habitação, na perspectiva de fazer valer a função social da propriedade e de limitar o direito absoluto de propriedade”. Considerando os achados da pesquisa, podemos observar os limites presentes no capitalismo para a materialização do direito à cidade, bem como as diferentes estratégias utilizadas para a conservação e manutenção da propriedade privada, mostrando como essencial, “o retorno à utopia e a obra” como vemos nas contribuições de Henri Lefebvre.

### 2.3 Políticas Urbanas na atual conjuntura: o legado de Temer e Bolsonaro

Primeiro de janeiro de 2003: toma posse o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, primeiro operário eleito como presidente do país pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A eleição de Lula trouxe alento aos segmentos mais pauperizados. PBF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Luz para todos, PROUNI entre outros, passaram a compor a realidade de milhares de brasileiros, proporcionando um mínimo acesso a bens e serviços. Neste cenário, as questões urbana e fundiária também apresentaram inúmeros avanços.

A criação do Ministério das Cidades (2003) que atualmente integra o Ministério de Desenvolvimento Regional (2019/2020), representou um importante marco para as lutas pelo direito à cidade: de maneira articulada às demais políticas urbanas, tinha como pressuposto superar a tônica setorial e fracionada de atendimento às necessidades sociais de habitação, saneamento, transporte, mobilidade urbana, entre outros, historicamente presentes em programas e projetos destinados a mitigar os impactos do processo de urbanização (TONELLA, 2013). Outra característica presente no período de administração das gestões petistas, foi a participação popular proporcionada através das Conferências das Cidades (2003, 2005, 2007, 2009, 2013 e 2017) e a constituição do Conselho das Cidades<sup>42</sup> - órgão colegiado, consultivo e deliberativo, regulamentado através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Um divisor de águas na luta por moradias de interesse social foi a aprovação pelo Senado, em 2005, do Projeto de Lei 2710/92, de iniciativa popular, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular. O projeto transformou-se na Lei Federal 11.124/05, que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/ FNHIS) e seu Conselho Gestor, criando as condições legais e institucionais para a consolidação do setor habitacional como política de Estado. [...] Já como resultado do novo sistema, a Secretaria Nacional de Habitação estruturou o Plano Nacional da Habitação (PlanHab). O PlanHab vem a se somar a um conjunto de ações e medidas de natureza institucional, econômica e jurídica, que têm por objetivo dar corpo e consistência ao Sistema Nacional de Habitação. (TONELLA, 2013, p. 33-34)

Também percebemos avanços nos setores de Saneamento Básico (Lei Nº 11.445, de 05/01/2007), obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética

---

<sup>42</sup> Importante ressaltar que até o presente momento, não encontramos qualquer informação referente às Conferências e atuação do Conselho das Cidades nos veículos formais de informação do governo federal.

promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007), que associadas à medidas de caráter econômico, buscaram promover estabilidade à economia brasileira e o “cumprimento dos acordos internacionais assinados ainda na década anterior” (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 131).

Como exemplo dos impactos referentes às obras do PAC podemos citar a remoção de moradores da Vila Nazaré em Porto Alegre (POA), Rio Grande do Sul (RS). Vencedora da licitação que permite a exploração do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a empresa alemã Fraport está em processo de ampliação da pista de pouso e decolagem, o que segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) “traria competitividade à indústria e às exportações gaúchas, reduzindo o custo das empresas” (FIERGS, 2020). No entanto, para que a economia se torne atrativa é preciso a urgente retirada das comunidades que residem no entorno, o que fica evidenciado em depoimento a seguir, obtido na pesquisa.

Nós fomos separados, né. O certo era pra todos nós vim junto, mas aí foi erro deles lá, né. Botaram separado e fiquemos assim: um pouco ali um pouco lá. E quem separou foi os alemão, né (em referência a Fraport). Porque nas reunião disseram que não ia ter aluguel social e que tinha que ser assim. Por que eles não colocaram todo mundo junto? [...] Os vizinhos lá eram tudo junto, tudo unido. A associação (de moradores) ficou tudo lá. Cadê a associação daqui? (TUANI, militante do MTST, 2021)

Este processo de remoção, iniciado décadas atrás, acontece de maneira um tanto obtusa e acelerada com a entrada do capital estrangeiro. Sem a intenção de realocar as famílias em áreas ainda disponíveis na região - como denuncia a OPSM - o intuito do poder público é alocar 15% das famílias no loteamento Nosso Senhor do Bom Fim e portanto próximo a comunidade, e os outros 85% no loteamento Timbaúva, “distante de serviços básicos como escolas, hospitais e transporte público” (AMIGOS DA TERRA, 2019, p. 5).

Esse descaso do poder público e do capital internacional com a vida, sentido e história das pessoas mostra que:

[...] a intenção de governos e Fraport era de avançar sobre as casas e as pessoas, os pátios com árvores e hortas, bares e restaurantes e mercados e padarias e oficinas e igrejas das mais variadas crenças e deuses, as ruas de barro, carros e bicicletas e galinhas e porcos e tudo que há em um ajuntamento de pessoas que se desenvolve em uma mesma região há mais de 60 anos, enfim, a intenção era de fazer tudo ruína até dezembro de

2018; a organização popular, porém, somada à desorganização de órgãos públicos e privados interessados na retirada de gente pobre dali, adiou a “tragédia” - entretanto, não a encerrou, e o horizonte ainda é nebuloso. (AMIGOS DA TERRA, 2019, p. 5)

Não apenas avançou e avança sobre a vida das pessoas, deixando um rastro de entulhos e destruição, como também impacta diretamente na maneira como são rompidas as relações afetivas que os sujeitos estabelecem com os locais onde nasceram e viveram. Nesta dimensão, palco das relações comunitárias, onde a solidariedade está presente no cuidado com os vizinhos, na preocupação com a segurança das crianças, com os animais adotados pela comunidade, nos vínculos construídos a partir da exclusão e segregação, temos a espoliação violenta da vida cotidiana. Portanto,

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, os movimentos sociais. (SOUZA, 2000, p. 56-57)

Em que pese, a vida dos sujeitos entendemos que as “necessidades que, histórica e socialmente produzidas, não se limitam a objetos materiais, referindo-se também ao campo da espiritualidade dos indivíduos” (YAZBEK, 2009, p. 26), isto é, não se restringe à conquista da casa e do teto, de outro local de moradia e endereço. Requer o respeito e preservação da memória, dos encontros e da sociabilidade horizontalizada, incapaz de ser aprisionada em alguns metros quadrados, dispostos uns sobre os outros. Pressupõe o cuidado com a história e as relações afetivas que sobrevivem e renascem sob novas configurações nos processos de remoção e reassentamento.

Neste sentido, temos visto que as respostas estatais, desconsideram - quase sempre - a totalidade que permeia a vida dos sujeitos. Norteados pelas exigências e demandas econômicas, assim como nos valores construídos pelo atual modo de produção, creditam ao consumo (da casa, do teto, do lar), de *condições dignas* de moradia, a pretensa ideia de igualdade social, esquecendo-se que estes mesmos bens, no âmbito comunitário e nos espaços vazios deixados pela ausência do Estado, são construídos pela coletividade. Esse processo fica evidenciado em depoimento obtido na pesquisa:

Aqui nós começamos como uma brincadeira da cozinha pra fazer um sopão. Eu e o vizinho do outro lado do prédio. E daí de manhã cedo ele: vamo? E tava friozinho. Vamo fazer? Daí eu disse, não vão fazer nada, vocês tão brincando. Daí ele: vamo tentar! Ele botou o fogão a lenha na rua aqui e daí eu chamei a mulher dele e disse: vamo tentar. Eu vou passar prédio por prédio pra ver (busca por alimentos). Aproveitei que tinha um montinho de mulher conversando e eu disse: e aí, quem é que topa de fazer um sopão aí pra nós, todo mundo? Mas cada uma tem que ajudar com uma coisa. Uma trouxe massa, a outra arroz... Cada um trouxe uma coisa, né? Só disse que dinheiro eu não queria. Quem quisesse colocar um osso, uma carne na sopa que fosse lá comprar e trazer. E foi muito bom. Começamos pela sopa. Da sopa, começamos com as marmitas com o MTST e temo aí: lutando e não vamo baixar a cabeça. (TUANI, militante do MTST, 2021)

No contexto brasileiro, vivenciávamos os rebatimentos da crise financeira de 2009, protagonizada pelo “estouro duma bolha imobiliária nos Estados Unidos” (SINGER, 2009, p. 91), conhecida carinhosamente como “marolinha” (LULA, 2009). Uma das estratégias utilizadas pelo governo federal para mitigar os efeitos da crise, foi a canalização de substanciais recursos financeiros destinados à construção civil, que não apenas pretendia responder ao déficit habitacional de 7,9 milhões de moradias em todo o país (IPEA, 2009) como também ampliar a oferta de trabalho, impactando indiretamente demais setores da economia (TONELLA, 2003). O PMCMV, inaugurado em 2009 e instituído pela Lei de N° 11.977, de 7 de julho de 2009, demarca um novo capítulo para a questão urbana.

Nesta perspectiva, a ofensiva neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) permanecia em curso. Além da direção do Banco Central ser entregue ao homem de confiança do mercado - Henrique Meirelles - a Reforma Previdenciária na gestão Lula, figurou um duro golpe à classe trabalhadora (NETTO, 2003). Tal fato, reforçou a política conciliatória de classes do governo petista, reiterando o domínio político e econômico da hegemonia burguesa:

Não sejamos ingênuos, numa sociedade capitalista, no âmbito da social democracia, nada que se confronte diretamente com a lógica e os interesses do capital será implementado, a não ser por via revolucionária. As conquistas parciais e restritas que logramos como trabalhadores, assim como as políticas, são contraditórias; no caso das primeiras são fruto da luta, mas também de concessões, as últimas são espaços de resistência, mas também de conformação. Reconhecer a existência da contradição como negação inclusiva e parte dos processos é fundamental para que tenhamos clareza do que está em disputa sistematicamente. (PRATES, 2017, p. 276)

É neste sentido que citamos enquanto “avanços” as conquistas referentes à moradia e habitação e portanto, se faz necessário clarificar que: o processo de

financeirização do setor imobiliário, direcionado para a “produção de empreendimentos voltados para um mercado de alta renda”, (CARDOSO; JAENISCH, p. 3, 2017), impactou diretamente na produção do espaço e na dinâmica do meio urbano.

O gradativo processo de remoção e reassentamento de famílias vulneráveis para locais distantes dos grandes centros e metrópoles acabaram por aprofundar as desigualdades sociais e o direito à cidade, expressas na produção de específicos territórios destinados para aqueles, cuja capacidade econômica, os inviabiliza de acessar o direito constitucional de moradia. Nas palavras dos autores, entende-se que:

Seguimos enfrentando a carência de espaços públicos de qualidade e acessíveis a todos, a existência de áreas densamente povoadas sem redes de infraestrutura básica e transporte, o aumento da segregação espacial das classes populares, além de um déficit habitacional significativo, mesmo considerando os avanços feitos nos últimos anos por iniciativas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (CARDOSO; JAENISCH, 2017, p. 3)

Tal direcionamento seguiu perpetuado pela gestão petista no mandato de Dilma Rousseff (2011-2016), presidenta eleita e deposta pelo processo de Impeachment (2016) amplamente denunciado pelos segmentos da esquerda brasileira como Golpe. Michel Temer, assume o cargo presidencial como interino (2016-2018) e inaugura um novo arranjo das políticas públicas para habitação.

Neste cenário, a aquisição da casa própria mediante o PMCMV<sup>43</sup>, passa a ser privilégio das camadas sociais incluídas nas condicionalidades das faixas 2 e 3, cuja renda varia entre R\$ 2,351 a R\$ 6,500 reais. Com a suspensão dos contratos que atendiam a faixa 1, com renda mensal de até R\$ 1,800 reais, definitivamente a aquisição da casa própria tornou-se um sonho distante, conforme relata moradora da OPSPM: “Eu cheguei a tentar fazer o Minha Casa, Minha Vida e não consegui. Bah, era muita burocracia, principalmente com o comprovante de renda, fora as outras coisas” (TÁBATA, moradora da OPSPM, 2021).

Além de configurar como forma de exclusão e segregação socioespacial das

---

<sup>43</sup> Atualmente o Governo Federal prevê anúncio de mudanças quanto a modalidade de financiamento. A nova proposta prevê a criação de voucher para atender as demandas da população de baixa renda que não se enquadra nas condicionalidades do programa, como os segmentos populacionais que não alcançam a Faixa 1 (UOL, 2019).

camadas populares, também contribui para a institucionalização gradual de novos modos de vida. Com a funcionalidade do espaço fragmentado, outras necessidades, equipamentos e serviços são ofertados. Sob o discurso da sustentabilidade, da qualidade de vida e segurança, os altos empreendimentos de luxo conferem à vida urbana um status diferenciado. Aqui veremos a “segregação como forma de sociabilidade, a do não encontro, do evitar o diferente” (PADUA, 2018, p. 91) expressas no elevador de serviço, no quarto da empregada e nas desigualdades encobertas por muros e enclausuramento:

Tem-se de maneira gradual a criminalização e aversão pelas expressões culturais e relações sociais advindas dos segmentos populares. As roupas não comportam a elegância de renomadas grifes e a organização das comunidades, vilas e ocupações são alvos da violência estatal e do estigma. Vínculos são desfeitos, histórias apagadas. Remoções forçadas da pobreza ganham os jornais e as redes sociais. O habitar é destituído. A vida urbana é instrumentalizada a partir de ideias, perspectivas e ideologias, tornando as cidades “mais como um conjunto de coações do que de realização da vida” (PADUA, 2018, p. 90). Essa tendência pode ser apreendida nas denúncias de moradores reassentados, conforme observa-se a seguir:

Na vila (Nazaré) eu era feliz. Eu trabalhava, sem carteira assinada. Assava pão, entregava gás, abastecia as prateleiras e limpava todo o mercado. Ganhava 300 pila por semana, mas eu precisava tirar as passagens do bolso depois que vim pra cá (moradora reassentada). Daí eu comecei a ficar doente: tipo uns formigamento, dor no peito, como sinais de infarto, sabe? Quando eu vim pra cá, eu entrei em depressão. Depois que eu comecei a sair daqui pra ir trabalhar lá e ter que voltar pra cá e ver as coisas desse jeito, daí começaram as crises. Eu posso dizer que a minha vida e felicidade, ficou lá” (Moradora Reassentada, 2020).

Como temos visto, a produção do espaço no contexto brasileiro é permeada por antagonismos de classe e conflitos que fazem emergir no cenário contemporâneo organizações políticas que pautam o debate em torno da questão urbana e habitacional, como o MTST por exemplo. Movimento social cuja trajetória histórica e protagonismo na conjuntura brasileira, busca a proposição de alternativas para a construção de poder popular, através de propostas desenvolvidas em âmbito nacional e regional que serão discutidas posteriormente.

Com a ascensão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, pouco ou nada se

tem feito em relação à questão urbana e habitacional. Na era das fake news, propagação de notícias falsas, operadas por mecanismos que sistematicamente tem desferido “ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às instituições, com conteúdo de ódio, subversão da ordem democrática e incentivo à quebra da normalidade institucional” (UOL, 2020), se torna um desafio passar incólume diante de tantos absurdos.

Importante ressaltar que, entre as medidas antidemocráticas efetivadas pelo então presidente, está o Decreto N° 9.759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, o que significa o “fechamento dos espaços de participação e controle social, no qual se destaca o fim do conselho das cidades” (JÚNIOR; DINIZ; JÚNIOR, 2020, p. 5).

Segundo os autores, apesar das atribuições em boa parte de caráter consultivo, o Conselho das Cidades serviu como amplo espaço de discussão e aprovação de medidas em torno da questão urbana, com destaque para as seguintes ações:

a) O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS (originalmente apresentados como um projeto de lei de iniciativa popular, elaborado pelos movimentos populares nacionais ligados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, em novembro de 1991). Aprovado em junho de 2005 na forma da lei n° 11.124. 7; b) A elaboração da lei nacional de saneamento básico (Lei n.º 11.445 de janeiro de 2007); c) A elaboração do Plano Nacional de Habitação e Interesse Social (2010); d) A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587 de janeiro de 2012); e) A campanha Plano Diretor Participativo (2005-2006), envolvendo mais de 1.600 municípios, reunindo cerca de 10 mil pessoas, em um processo de mobilização em torno da elaboração dos Planos Diretores sem precedentes na história do país; f) O Grupo de Trabalho (GT) de Prevenção aos Conflitos Fundiários, instituído no âmbito do Conselho das Cidades. g) Os grupos de trabalho, instituídos no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, tanto no âmbito federal como nos diversos estados da federação, que promoveram a destinação de terras da União para fins de habitação de interesse social. (JÚNIOR; DINIZ; JÚNIOR, 2020, p. 11-12).

O horizonte que se apresenta para a sociedade civil organizada, mostra que, no campo das resistências sociais, participação e mobilização popular, urge a necessidade de maior articulação entre as organizações políticas da classe trabalhadora, considerando a compreensão das contradições estruturais presentes e as possibilidades objetivas de participação política na sociedade burguesa.



Associado ao contexto de regressão dos direitos sociais e desmonte dos espaços institucionais de controle social, temos também a ampla campanha de criminalização dos movimentos sociais endossadas a partir das declarações de caráter conservador, alinhados aos segmentos de extrema direita da família Bolsonaro. O atual presidente, tem utilizado

[...] no seu discurso uma retórica de enfrentamento aos movimentos sociais, por considerá-los uma ameaça a ser combatida. Em seu plano de governo, consta claramente uma proposta de tipificação como “terrorismo” das ocupações de propriedades rurais ou urbanas. Esta proposta, ao buscar criminalizar um dos repertórios utilizados por movimentos sociais urbanos e rurais, traz consigo o não reconhecimento da importância das demandas e reivindicações de diversos movimentos sociais, assim como a previsão de pouca abertura ao diálogo com a sociedade civil organizada. (SORAGGI; ARAGÃO; CORRÊA, 2019, p. 9)

Informações desencontradas<sup>44</sup>, inauguram 2019 com mudanças significativas no maior programa habitacional brasileiro, o PMCMV. Através da Medida Provisória 966/2020 o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) é apresentado como substituto ao anterior, trazendo como objetivo atender mais de 1 milhão de famílias de baixa renda, além de investimentos destinados para a regularização fundiária e subsídios para reformas e melhorias residenciais.

Conforme o MTST, essa MP “representa a perversa linha geral do governo Bolsonaro, de atender, em primeiro lugar, o interesse dos grandes empresários e deixar de lado o das maiorias” (MTST, 2020). Se atentarmos para a crescente agudização das expressões da questão social, veremos que no cenário urbano:

Cerca de 92% do déficit habitacional brasileiro é composto de famílias que ganham até três salários mínimos. Elas não são sujeitos de crédito bancário. Ou seja, não passam em critérios como capacidade de pagamento, fundo de garantia, entre outros. Esse programa, portanto, reforça a lógica segregadora do governo de atender a classe empresarial em detrimento dos direitos sociais. Com o agravamento da crise econômica, pesquisas indicam que a pobreza extrema irá dobrar, em decorrência da pandemia e o déficit habitacional tende acompanhar a mesma tendência de aumento, atingindo principalmente as famílias mais carentes que tiveram uma redução considerável na renda e não conseguem arcar com os altos valores dos aluguéis. (MTST, 2020)

O que podemos esperar do PCVA, a partir da apresentação e assinatura da MP pelo Presidente Bolsonaro é o aprofundamento das relações entre Estado e a

---

<sup>44</sup> Utilizamos o presente termo considerando a discrepância entre as informações apresentadas pelo Governo Federal em tempos de Fakenews.

indústria financeira, ou seja, longe de atender aos segmentos mais pauperizados, o desenho do presente programa, tem como diretriz a concessão de crédito imobiliário, que a partir do endividamento das famílias, torna a financeirização da habitação num espaço privilegiado do mercado. E por que afirmamos isso? Porque a MP 996 não infere a retomada de construção habitacional destinada à faixa 1 - justamente onde o chamado déficit habitacional é mais evidente - mas reitera o investimento de pesados recursos para a regularização fundiária e reformas habitacionais (ROLNIK, 2020).

O texto aprovado pelo Senado, em dezembro de 2020 e a inclusão de 8 emendas parlamentares<sup>45</sup>, complementam os objetivos e diretrizes do presente programa, aguardando a sanção presidencial. Entre as emendas estão: isenção à pessoas com deficiência e/ou familiares responsáveis pelo mesmo, mediante apresentação de laudo psicossocial, no que tange ao recolhimento de encargos referentes à documentação de escritura pública e registro de imóveis adquiridos pelo PCVA; avaliação de renda para acesso ao financiamento habitacional que contabilize os rendimentos de todos integrantes da família; destinação de recursos financeiros do programa e de Emendas ao Orçamento Geral da União para propostas vinculadas à habitação de interesse social para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico); ampliação do estoque de moradias para regiões que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) associado à populações de baixa renda; destinação de 50% das unidades habitacionais a famílias com renda mensal de até R\$ 2.000; bens e imóveis da União, destinados (por doação ou alienação gratuita ou onerosa) à entidades privadas, cooperativas e associações habitacionais com ou sem fins lucrativos.

Importante salientar que as MP 554 e 555 que tratam dos bens e imóveis da União, asseguram ainda sua destinação à iniciativa privada sem autorização do poder legislativo, viabilizada por meio de licitações, ou seja:

Quando a União destinar um terreno a entes privados no âmbito do programa, as contrapartidas serão definidas pelo Ministério do

---

<sup>45</sup> São elas: Emenda 548 de autoria do Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR); Emenda 549 e 550 da Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES); Emenda 551 da Senadora Kátia Abreu (PP/TO); Emenda 552 do Senador Jader Barbalho (MDB/PA); Emenda 553 do Senador Weverton (PDT/MA); Emenda 554 do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (BRASIL, 2020).

Desenvolvimento Regional (MDR). Após cumprir as contrapartidas, o empreendedor terá liberdade para explorar economicamente a parte do imóvel não vinculada a elas. Assim, um terreno grande poderá ser dividido para que uma parte seja destinada à construção de moradias para o programa e outra parte fique com a empresa, que poderá vender outras unidades produzidas. (AGÊNCIA SENADO, 2020)

Ora, as ditas “melhorias” propostas pelo PCVA - substituto do PMCMV - marcam a estreita relação do Estado com os agentes financeiros, renovando o ciclo de parcerias público-privado. O que se tem na prática, no âmbito da produção habitacional, principalmente aquelas destinadas para faixa 1 e portanto a população presente nesse estudo, são empreendimentos de péssima qualidade e distantes dos postos de trabalho e serviços básicos de educação, assistência social e saúde. Como podemos verificar nas condições de moradia presentes no cotidiano de famílias reassentadas no Condomínio Irmãos Maristas:

Pelo menos 62 pessoas precisaram ser removidas, na madrugada deste sábado, de um prédio localizado no Loteamento Irmãos Maristas, no bairro Rubem Berta, na zona Norte da Capital, devido ao risco de desabamento. [...] O prédio de cinco andares foi interditado e os moradores tiveram que deixar suas residências até que um profissional especializado avalie a segurança da estrutura. Antes da remoção, os moradores de maneira ordenada e em duplas, orientados pelos bombeiros, acessaram seus apartamentos para retirar pertences essenciais. As famílias que moram no Loteamento Irmãos Maristas foram realocadas da Vila Nazaré, nas imediações do Aeroporto Salgado Filho, em 2019, para a ampliação da pista do terminal. (CORREIO DO POVO, 10/10/2020)

Já no Condomínio Nosso Senhor do Bom Fim, verificamos a rápida degradação de paredes, pinturas, fiação elétrica, acabamentos e infiltrações nos imóveis, cujos moradores residem em torno de um ano, conforme denúncia obtida:

Quando vou lavar roupa, não posso ligar a água muito forte, pois o registro salta fora. A parte elétrica também é ruim. Às vezes sai até fiação da tomada da televisão. Quando chove pinga pra dentro. Até na janela entra água. De tanto reclamar, até fizeram uma tapeação, mas volta a estragar tudo de novo. (Moradora Reassentada, 2020)

Portanto, se atentarmos para a constituição dos assentamentos populares urbanos, veremos que, para além da precariedade material, os vínculos que se estabelecem entre moradores e territórios está aquém ao título formal de propriedade, quem dirá às normativas estabelecidas pelo poder público e os modelos de urbanização. Permeia uma produção social do espaço engendrada na contradição: se dá no processo de inclusão mediado pela exclusão. A criação (da casa, da rua, da rede elétrica, da pracinha) enquanto expressão material da

humanidade, produzida pela informalidade das legítimas necessidades sociais, são espaços que se conformam pelo encontro de subalternidades, muitas dessas concentradas em contextos geográficos de enclausuramento, apartados da cidade, conformando o traçado de uma linha imaginária que define quais extratos sociais são detentores de direitos, o que fica evidenciado no depoimento a seguir:

Lá era melhor (Vila Nazaré) porque tu saia e já voltava com um troco pros filhos, entendeu? Ou era pertinho do hospital. Tu ganhava teu filho a pé mesmo. Aqui já é ruim (Condomínio Irmãos Maristas). [...] Lá era bom porque tu saia e deixava teus filhos à vontade. Traz as coisas pros filhos comer e arruma um biscoquinho aqui, outro lá. Tu se agiliza. Agora não consigo fazer os bicos que eu fazia. Minha renda agora é só o benefício e às vezes a gente se aperta. Aqui a gente se aperta um monte. Que nem lá: eu podia sair e fazer uns bicos. Pegava um carrinho, sai aqui, saia lá e voltava com as coisas para os filhos: leite e o resto das coisas. Aqui tem que ser tudo na ponta da caneta. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Num contexto de acirramento do desemprego e avanço da informalidade - mascarada como empreendedorismo - é possível crer que aqueles que mais necessitam de moradia (e aqui incluímos não apenas a casa mas a gama de serviços e equipamentos sociais que viabilizam o acesso à saúde, educação, trabalho, renda, lazer, mobilidade urbana, entre outros) estarão aptos ao crédito imobiliário?

Quais condicionalidades serão exigidas num País que atinge quase 13 milhões de trabalhadores desempregados (IBGE, 2020) e mais de 60 milhões de pessoas na fila da inadimplência (PEIC, 2020)? E ainda: investindo na regularização fundiária e reformas habitacionais, serão ampliados e investidos recursos destinados a rede socioassistencial que presta atendimento a estas populações?

A proposta apresentada não vislumbra o montante de recursos que serão determinados para a política habitacional, quiçá se teremos continuidade do Programa Crédito Solidário, sucedido pelo PMCMV Entidades. Através de subsídios financeiros provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) eram destinados à organizações, movimentos sociais e grupos cooperativados enquanto ferramenta de participação social na modalidade de autogestão:

Com 69 anos, Dona Adalgisa e outras 909 famílias celebraram no último domingo, 17 de março, a inauguração dos Condomínios Novo Pinheirinho e Santo Dias, na periferia de Santo André, no ABC Paulista. Com apartamentos de 54 m<sup>2</sup>, os condomínios contam com elevadores, varanda, quadra e churrasqueiras. As moradias foram construídas por meio do Minha

Casa Minha Vida – Entidades. [...] Cada um desses 910 apartamentos não tem só as paredes. Tem os sonhos dessas famílias, que moraram debaixo de lona preta por sete anos. Porque ninguém deu de presente essas casas; elas foram alcançadas com muita luta, por meio do movimento, o MTST. O que se vê, mais uma vez, é que a política de moradia popular vale a pena! (MTST, 2019)

Ainda que possamos tecer críticas referentes às relações complexas estabelecidas no bojo das articulações, avanços e retrocessos políticos desenvolvidos no âmbito do programa, este por sua vez esteve “voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda organizadas” (BRASIL, 2004) e portanto, uma significativa, ainda que diminuta estratégia de participação social. Considerando o cariz autoritário presente na agenda federal e nos discursos da base de sustentação do atual governo, com a ausência de mecanismos de participação e controle social, temos claros sinais de abertura ao mercado de capitais para a execução de ações de regularização fundiária:

No que tange ao papel dos governos locais no âmbito do programa, o mesmo não segue o modelo do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) – Lei 11.124/05, que prevê a aplicação dos recursos federais de forma descentralizada, no qual o poder local é responsável pela constituição de fundo, conselho e pela formulação de um Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda. Portanto, seguindo a problemática do PMCMV, o novo programa não se vincula obrigatoriamente a uma política habitacional local, inclusive abrindo brechas maiores para um descolamento da produção em relação às necessidades de moradia dos municípios. Dessa forma, serão atribuições dos poderes municipais apenas ações complementares e a responsabilidade por parte dos custos dos empreendimentos, referentes à infraestrutura, como a provisão de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica através de suas concessionárias. Da mesma forma, as novas ações de regularização fundiária e de melhorias habitacionais não serão desenvolvidas através de projetos de iniciativa local e sob gestão das administrações municipais, mas com protagonismo do setor privado. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2020).

Neste sentido, o processo de regulação da terra antes realizado pelo Estado, passa para as mãos do mercado, atendendo a um modelo de urbanização que não contempla as necessidades humanas dos segmentos populares, muito menos a efervescência da realidade cotidiana. Além de mascarar a gênese do déficit habitacional - entendida enquanto processo de injustiça espacial decorrente do modo de produção capitalista -, fará a inauguração de 600 mil habitações contratadas anteriormente pelo PMCMV, apresentando com novas roupagens as antigas ações, agora sob o nome do PCVA.

Outra particularidade que convém ressaltar é a ausência na MP de qualquer referência às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e/ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)<sup>46</sup> que podem se caracterizar por ZEIS/AEIS ocupadas e de vazios urbanos. Dessa maneira, sinaliza tendências quanto à promoção de uma política urbana destinada para a produção habitacional de alta renda. Aliado a isso temos o fato de que o ano de 2020 traz consigo também a revisão dos Planos Diretores, cuja participação e mobilização popular são dificultadas pelo contexto pandêmico.

O que podemos inferir, diante do exposto é que, à guisa de uma totalização provisória sobre a conjuntura recente:

a) o lançamento da PCVA sinaliza a estreita relação do Estado com o mercado financeiro nacional e internacional e portanto uma resposta eminentemente política e econômica;

b) a existência de enorme discrepância simétrica entre as questões habitacionais e as propostas apresentadas pela esfera federal, considerando a exclusão da participação popular e controle social para além dos mecanismos estatais, entre eles a atuação e diálogo junto aos movimentos sociais;

c) o aprofundamento das desigualdades sociais no meio urbano, expressos pelo acesso à moradia a partir da financeirização da habitação, que neste desenho, não abarca os segmentos que conformam o déficit habitacional;

d) a ausência de diretrizes que possam abarcar a demarcação de ZEIS e/ou AEIS nas metrópoles, favorece a agudização da segregação socioespacial da classe trabalhadora, apartada dos espaços com maior acesso à equipamentos sociais e estrutura urbana;

e) a extinção de espaços institucionais de controle social, entre eles o Conselho das Cidades, inviabiliza a participação popular via Conferências das Cidades, compreendido enquanto retrocesso nos avanços conquistados a partir dos movimentos populares de luta e Reforma Urbana e,

---

<sup>46</sup> Entende-se por Zona Especial de Interesse Social (ZEIS): “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (BRASIL, 2009).

f) a agenda governamental não apresenta qualquer estratégia de enfrentamento à especulação imobiliária, reiterando o discurso governista de defesa intransigente da propriedade privada.

Como vimos, a ofensiva antidemocrática, deflagrada a partir do impeachment de Dilma Rousseff, se intensificou com o legado de Temer e apresenta um horizonte nebuloso sobre a questão urbana e a produção do espaço - tema central do presente estudo - na administração de Jair Messias Bolsonaro. O descaso com as demandas e necessidades dos setores populares, entre eles habitação, trabalho, renda e alimentação, sobretudo no panorama sanitário de 200 mil mortes por Coronavírus (BRASIL, 2021), demarca a diferença com que são abordadas as expressões da questão social, como podemos observar do depoimento a seguir.

Olha, tem bastante diferença: aumentou a comida, emprego não tem muito. Eles mentem um monte: que vão botar isso, que vão botar aquilo, mas cadê as coisas? Falar é bonito. Na hora de pedir voto qualquer um fala. Faz mil promessas, mas cumprir que é bom, não. As coisas pioraram de um tempo pra cá. Eu espero que melhore, mas daí a gente tem que ver pra crer. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Portanto, se torna indispensável a tarefa de fortalecer e travar a luta dos que resistem em todas as dimensões da vida social: nos espaços sócio ocupacionais, na produção do conhecimento, nos partidos políticos e organizações autônomas de trabalhadores e trabalhadoras. Numa profissão cuja implicação ética e política está totalmente em consonância com um projeto societário avesso às diretrizes do capital, a neutralidade não encontra espaço na vertente crítica de análise e intervenção do real.

Se a pandemia por COVID-19 escancarou as questões referentes à moradia, saneamento básico e alimentação agudizadas pela austeridade econômica, também tem propiciado terreno fértil para ações de solidariedade classista, organizações comunitárias e articulações entre diferentes atores sociais.

Passemos a compreender como as refrações da questão social na interface com a luta pelo direito à cidade estão expressas na condição e modo de vida dos sujeitos que residem na OPSM de POA/RS.

## 2.4 As refrações da questão social expressas nas condições e modos de vida das trabalhadoras sem teto da Ocupação Povo Sem Medo

*“Sou uma pessoa que luta desde sempre pela moradia. Luto por uma vida melhor pra mim, pra minha família e para meus filhos”. (IGLEA, moradora da OPSM/POA, 2021)*

Cotidianamente, estamos acompanhando a degradação permanente das condições de vida da classe trabalhadora e as diferentes expressões de pobreza que se agudizam violentamente no contexto atual de crise globalizada do capitalismo. Expressões estas que ganham materialidade nos espaços sócio ocupacionais em que trabalham os/as assistentes sociais, nas lutas travadas pelos movimentos sociais e organizações comunitárias, nas manchetes dos principais telejornais e nos registros presentes nas redes sociais.

Basta circular rapidamente pelas ruas das principais capitais brasileiras que veremos o aumento significativo de pessoas em situação de rua, crianças nas sinaleiras e pontos de ônibus, munidos de balas de goma e sacos de pipoca. Veremos também mães acompanhadas pelos filhos nas portas de supermercados e agências bancárias suplicando por pão e leite. Ou ainda, nas filas quilométricas que presenciamos no decorrer de 2020 das pessoas aptas a acessar o Auxílio Emergencial, na busca por melhor sobreviver, apesar da exposição ao Coronavírus<sup>47</sup>.

Nesta seara é preciso destacar que entre 2012 e 2020, a taxa de desemprego no Brasil duplicou, chegando a marca de 14,6 milhões de pessoas em idade e condição de trabalho que não encontram formas de inserção seja de maneira formal ou informal (IBGE, 2021)<sup>48</sup>. Associado a isso, o atual contexto de pandemia e austeridade econômica presente na agenda ultraneoliberal (SANTOS, 2019) traz

---

<sup>47</sup> Se o benefício financeiro, pode ser considerado como uma das maiores estratégias de transferência de renda num estado de calamidade pública, como referiu o Senador Elmano Férrer (Agência Senado, 2020) no atendimento direto e indireto de mais de 124,2 milhões de pessoas, segundo o DATAPREV (2020), ele também evidencia os impactos da crise econômica, política e social que atinge a população brasileira.

<sup>48</sup> Estes dados estão presentes na Série Histórica “Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 - set-out-nov 2020” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2021.



consigo uma maior retração do Estado brasileiro e portanto menores investimentos em políticas públicas e sociais que possam garantir os direitos de cidadania previstos na Constituição Federal de 1988. Mostrando claramente os limites das ações estatais em responder às necessidades sociais evidenciadas pela questão social - objeto de intervenção profissional das/dos assistentes sociais.

O debate da questão social no âmbito da profissão se tornou mais evidente na década de 1980, destacando as contribuições precursoras de Yamamoto e Carvalho (2012), as quais ofereceram subsídios às discussões amplamente difundidas na década seguinte. Compreender a questão social como elemento fundamental da mediação do Serviço Social com a realidade (CLOSS, 2017), justamente numa profissão que atua “na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo” (IAMAMOTO, 2008, p. 120) é o que proporciona vitalidade ao projeto ético-político e às intervenções profissionais em consonância com processos sociais emancipatórios.

Apesar dos avanços presentes na produção de conhecimento e na abordagem da categoria questão social no processo de formação dos/das assistentes sociais, Closs (2017) aponta que “ainda é possível identificar no meio profissional a menção à questão social de forma difusa, sem o devido aprofundamento teórico-crítico” indicando tendências presentes na dimensão técnico-operativa de “trato moralizante e individualizante na ótica de problemas sociais” (CLOSS, 2017, p. 102).

Nesta perspectiva, compreende-se a *questão social* a partir dos elementos que fazem parte da economia política marxiana, sendo elas: “teoria do valor trabalho, a lei geral de acumulação capitalista e a (re)produção das relações sociais” (CLOSS, 2017, p. 104). Convém ressaltar a importância da abordagem e articulação dos referidos fios analíticos no trato da questão social. Posto que, é na realidade cotidiana de trabalho dos/das assistentes sociais, que suas expressões aparecem como demandas dos usuários e dos serviços, na imediatividade do cotidiano. E, a partir de uma perspectiva reducionista, corremos o risco de aprendê-la exclusivamente pela via das expressões de desigualdade, “obscurecendo as mediações a serem construídas no trabalho cotidiano para o fortalecimento das

resistências sociais latentes na vida social” (CLOSS, 2017, p. 133).

Portanto, se mostra urgente e necessária a tarefa de aprofundar as mediações teórico-práticas desenvolvidas por profissionais de Serviço Social na perspectiva de articulação com as demandas e necessidades presentes no âmbito das organizações políticas da classe trabalhadora. E afirmamos isso, justamente pela tendência presente no cotidiano profissional repleto de rotinas e demandas institucionais, muitas vezes estas postas em espaços precarizados com vínculos informais de trabalho que direcionam a intervenção dos/das assistentes sociais na solução de respostas imediatas às demandas mais elementares da vida, encobrendo a riqueza presente no cotidiano como espaço que

[...] se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro. Essa contestação não pode desaparecer, pois é o rumor e a sombra prenhe de desejo e de expectativa que acompanham a ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado. (LEFEBVRE, 1973, p.97)

Neste sentido: Como podemos desvelar e compreender a vida de todo dia dos/das trabalhadores/trabalhadoras sem teto no âmbito de uma ocupação urbana? Como intervir em realidades tão adversas, com sujeitos que sofrem todo tipo de constrangimento, estigma e exclusão?

No percurso da pesquisa “o caminho escolhido foi dar-lhes a palavra, ouvir sua versão” (YAZBEK, 2009, p. 95), não como porta vozes dos “oprimidos”, mas como “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” reiterando o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24) como asseguram os princípios fundamentais do Código de Ética dos/das Assistentes Sociais.

É, neste sentido, que apontamos como uma estratégia fundamental à profissão, o retorno ao trabalho de base em articulação com os movimentos sociais e as organizações comunitárias e territoriais, - entre elas o MTST - nos processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais, cuja experiência tem se mostrado como terreno profícuo para o exercício da dimensão pedagógica e

ideopolítica da profissão na perspectiva emancipatória.

Portanto, é em setembro de 2017 que nasce a OPSM de POA/RS - cenário do presente estudo -, organizada em parceria com o MTST e as comunidades da Vila Nazaré, Vila Dique e Ocupação Progresso enquanto estratégia de denúncia e enfrentamento à violação de direitos humanos presentes nas ações do poder municipal e do capital internacional sob a vida das pessoas.

Localizado na Várzea do Rio Gravataí, na Zona Norte da capital gaúcha, o terreno representa um dos últimos estoques de terra da região e portanto, essencial para o desenvolvimento econômico e os interesses especulativos, sobretudo numa área que recebe "vultosos investimentos em infraestrutura, o que, por si só, eleva sobremaneira o preço da terra" (MELLO; LERSCH; ROVATI; FINGER; MACHADO, 2020, p. 34).

As personagens e os distintos papéis que representam trazem materialidade aos conflitos fundiários presentes na organização espacial das cidades na sociedade capitalista, abarcando a relação intrínseca entre "cotidiano e urbano, indissoluvelmente ligados, ao mesmo tempo produtos e produção" (LEFEBVRE, 2008, p. 17-18). Abaixo, podemos observar as características do terreno ocupado referido pelos autores:

**Imagem 15:** Ocupação Povo Sem Medo



Bairro Sarandi - Google Maps, 2021.

Assim como o processo de revitalização e valorização do espaço que

compreende a Avenida Severo Dullius, próxima a OPSPM:

**Imagem 16:** Obras no entorno da OPSPM



Rua Sérgio Jungblut Dieterich - Rosa, 2021.

Entendemos como fundamental à categoria profissional de assistentes sociais, mergulhar em contextos sociais que são “marcados por um conjunto de carências, muitas vezes desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares” exatamente porque é nesta realidade que os “sujeitos que pouco conhecemos e que devemos “descobrir” (YAZBEK, 2009, p. 95) acabam por construir estratégias de melhor resistir - como a ocupação de áreas nas cidades que não cumprem com a função social de propriedade - contrariando a lógica dos valores burgueses tão bem introjetados em todas as dimensões da vida social.

A imagem abaixo, ilustra a maneira como moradores da OPSPM apresentam artisticamente a luta por moradia, mostrando que os processos de resistências sociais - alvo de criminalização e repressão - expressam a conquista da casa como sinônimo de melhores condições de vida:

Imagem 17: Placa exposta no Barracão



Barracão da OPSM - Rosa, 2021.

Portanto, o material empírico que se faz presente no estudo é fruto das sucessivas aproximações com mulheres, moradoras e/ou participantes do Grupo de Mulheres “Mulheres Sem Medo” desenvolvido na OPSM<sup>49</sup>, cujas trajetórias de vida são marcadas por experiências de carências materiais - com maior destaque para a moradia, trabalho e renda -, mas que adentram a esfera da cotidianidade revelando fragmentos de uma realidade comum às trabalhadoras sem teto: a vida forjada pela luta, revigorada cotidianamente por sonhos e esperanças, arregimentadas pela pertença a um coletivo.

Os relatos a seguir, trazem materialidade às expressões da questão social presentes nas categorias *condições* e *modos de vida* apontando os significados que a luta por moradia e pelo direito à cidade, - mediada pela experiência das múltiplas carências objetivas - acabam por constituir a vivência de mulheres sem teto. Uma vez, que partimos do pressuposto de que:

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História - o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível possível. (MARTINS, 2000, p.

<sup>49</sup> Incluída nessa trajetória podemos destacar a participação no ato prático de ocupar área que não cumpre com a função social de propriedade; Apoio às ações desenvolvidas com as temáticas de saúde, educação e assistência social aos moradores da OPSM; Participação em reuniões com a coordenação estadual do MTST, apoiadores e militantes; Participação em espaços de formação desenvolvidas pelo MTST; Planejamento das ações realizadas no âmbito da OPSM; Participação nas assembleias, reuniões de coordenadores de grupos e moradores da OPSM, entre outras.

63)

Dessa maneira, entendemos que as *condições de vida* estão vinculadas ao acesso aos meios materiais de existência e a satisfação de necessidades sociais e que dizem respeito aos níveis objetivos de: moradia e saneamento básico, alimentação, trabalho e renda, condições de saúde, acesso a políticas públicas (saúde, assistência social, educação, habitação, previdência social) e a equipamentos culturais e de lazer. Mais que isso, está relacionada também aos sentidos atribuídos à dignidade e pertencimento expressos em símbolos e códigos, como o CEP e o comprovante de endereço, indicando entraves para o acesso às políticas públicas e sociais, entre elas saúde, educação e assistência social:

Eu tô aqui desde o primeiro dia que a gente ocupou em setembro de 2017 e tô aqui até hoje. Pra ver como é a necessidade, né, de uma moradia. A gente só se sujeita a esse tipo de coisa se tu precisa. E eu acho que aqui em cima só tá quem realmente precisa de uma moradia, de um teto sabe, de um endereço, pelo menos um CEP, que nem isso a gente tem. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Por causa da falta do comprovante de residência a gente não tem acesso à saúde, escola. Eu tinha acesso ao CRAS quando eu morava na Santa Rosa de aluguel, mas como eu saí de lá eu fiquei sem acesso. Eu até fui lá tentar regularizar o bolsa, né, o cadastro, mas não consegui. E toda vez que eu vou lá eu tenho que usar o endereço de alguém de lá, não posso dizer que sou daqui porque se não eles não me atendem. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Para além da falta de moradia, os depoimentos expressam reiteradas formas de exclusão, dentre elas o acesso às políticas públicas e equipamentos sociais. A ausência de comprovação formal de endereço - fato comum na realidade de sem teto - condiciona o grau de acesso ao atendimento, à acolhida e aos benefícios sociais justamente dos segmentos alvo dessas mesmas políticas. Em outras palavras: decorrentes de sucessivos processos de exclusão - do direito à cidade e a moradia, do trabalho e renda e das políticas públicas e sociais, entre outras - os sem teto vivenciam diariamente a luta pelo direito à sobrevivência.

**Imagem 18:** Condições de vida na OPSM



OPSM - Rosa, 2021.

Não bastasse a experiência da pobreza e a dureza das condições de vida presentes numa ocupação urbana - tais como: o acesso precário a luz e água, ausência de saneamento básico, além da alimentação inadequada e pouco nutritiva -, precisam formular meios de acesso que oculte sua condição de maior vulnerabilidade - a ausência da moradia digna<sup>50</sup> - uma vez que o desenho das políticas públicas e sociais não contempla a diversidade de demandas presentes na atualidade, como podemos verificar nas palavras de Tábata (moradora da OPSM, 2021): “olha, na verdade não tem como a gente chegar num lugar e dizer que não tem comprovante. Se a gente falar eles mandam a gente pra outro lugar e a gente vai e não consegue” (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021).

Nesta seara, cabe ao profissional de Serviço Social, inserido em processos de trabalho onde são materializadas as políticas sociais e/ou vinculado às organizações políticas da classe trabalhadora a

[...] tarefa de decifrar a realidade, conectando seu projeto ético, político e profissional com as necessidades sociais da população, colocando em xeque os diagnósticos prontos, as receitas homogêneas, problematizando o campo do moralismo como problema/solução para as demandas da população. (COUTO, 2015, p. 672)

<sup>50</sup> Para fins desse debate, entendemos que moradia digna está relacionada ao acesso a bens e serviços, estrutura residencial que possa contemplar as necessidades de seus residentes, o direito à liberdade cultural e religiosa preservada, o pertencimento e construção do espaço no território vivido, entre outras, excluindo do conceito análises de cunho moral referentes aos modos de vida e os locais de moradia que carregam em si uma compreensão superficial das condições e sociabilidades, cujos rebatimentos estão eminentemente ligados à relação capital/trabalho no modo de produção capitalista.

E com isso, fazer o uso da relativa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2009) - no âmbito de articulação com os movimentos sociais - que nesta abordagem não encontra a rigidez e os entraves presentes nas determinações institucionais, ou seja, é possível encontrar nesta relação mecanismos que possam aprimorar a intervenção profissional, sobretudo no reconhecimento e aproximação com as demandas da população a partir da compreensão de suas condições e modos de vida.

Apesar das diferentes trajetórias e experiências, destaca-se nos depoimentos a presença central da categoria família associada à luta por moradia, bem como a participação e protagonismo das mulheres nos espaços de liderança, sejam eles no âmbito comunitário ou nos setores organizativos do MTST. Essas referências, que se forjam no cotidiano e de maneira orgânica, acabam por transversalizar os processos de formação e atuação política das mulheres. Sendo assim, podemos inferir que: as inflexões da questão social, atravessadas por classe, gênero e raça<sup>51</sup> - sobretudo nos segmentos mais pauperizados - acabam por reforçar tal identidade, atribuindo às mulheres destaque no trabalho comunitário. E portanto, a vinculação orgânica ganha densidade nos processos coletivos de luta, territorialmente referenciados como podemos verificar no depoimento a seguir:

Sou uma pessoa que luto desde sempre pela moradia, por uma vida melhor pra mim, minha família e meus filhos. Tanto é que a gente tá morando aqui um pouco mais de 3 anos, lutando por moradia e o direito de uma vida melhor. Que a gente não tenha mais que pagar aluguel e sujeito a tá ocupando as áreas sem uma resposta. A luta total aqui na Povo Sem Medo é por moradia, por uma saúde melhor, por diversas coisas. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

No que tange a categoria família, - primeiramente relacionada aos laços sanguíneos, cuja necessidade de prover uma “vida melhor para si e os filhos” , se torna pressuposto fundamental à participação, organização e permanência das mulheres na ocupação - também se evidencia como expressão das relações e vínculos constituídos a partir de experiências coletivas de mobilização e autogestão junto ao MTST, mostrando uma sociabilidade pautada por valores de solidariedade:

Eu me acho como uma família junto com eles (em referência ao MTST). Eu acho muita falta das nossas reunião que a gente sempre tinha junto. Alguma coisinha errada, eu metida... Corrige, né. Mas isso acontece. Pra mim o

---

<sup>51</sup> Essa discussão será aprofundada em estudos posteriores, considerando os limites a importância de tal debate, que dado os limites, não conseguimos



movimento eu agarrei como num abraço. Agarrei como uma família toda junta. (TUANI, moradora da OPSM, 2021)

Neste sentido, a categoria família precisa ser compreendida na sua diversidade de configurações, constituindo-se “como um espaço altamente complexo” (MIOTO, 2010, 167) que não se limita à dimensão individual e privativa do lar. E aqui se faz necessário um adendo: para além do trabalho circunscrito pelas políticas sociais - sobretudo na Política de Assistência Social - as refrações das desigualdades expressas na realidade cotidiana das famílias de sem teto permitem unidade às ações comunitárias do MTST e à intervenção profissional numa perspectiva de auto organização e participação popular.

Nessa perspectiva, os achados de pesquisa mostram que os vínculos permeados por processos de luta, protagonismo e participação dos sujeitos nos espaços em que se expressam as resistências sociais são permeados por valores pautados na solidariedade, uma vez que as ações orientam a construção de uma sociabilidade coletiva, cujas demandas extrapolam a dimensão individual e tornam-se questões a serem discutidas em processos grupais com abertura ao diálogo e construção de alternativas de enfrentamento às refrações da questão social. Engels (1985, p. 107) já apontava que: “se os trabalhadores não se ajudassem mutuamente tanto quanto possível, cada crise varreria sem dúvida multidões de *excedentes* que morreriam de fome”.

Posto isso, concordamos com Farage (2014) no que tange a inserção de assistente sociais nos movimentos sociais, apontando como essencial o avanço

[...] para além da retórica, da formação profissional e da luta institucionalizada, materializando o projeto de sociedade apontado no Código de Ética dos Assistentes Sociais, na Lei que regulamenta a profissão e no Projeto Ético- Político. Reafirma-se o pressuposto de que a direção social da ação profissional deve e pode direcionar a intervenção, tanto nos espaços autônomos de organização de trabalhadores como em espaços institucionais. E para tal, é fundamental reforçar os movimentos sociais urbanos, que reivindicam o direito à cidade, provocando reflexões e lutando por outro projeto de sociedade, em que os indivíduos sejam considerados em sua totalidade. (FARAGE, 2014, p. 258)

Para tanto é preciso compreender que “não é possível reproduzir valores éticos de forma consciente se eles não forem legitimados internamente” (BARROCO, 2010, p. 214), ou seja, os valores ético-políticos do Serviço Social, não devem ficar circunscritos apenas em normativas e códigos, precisa ganhar

materialidade nas intervenções propostas dos/das assistentes sociais cujas implicações estejam diretamente comprometidas com as transformações societárias no horizonte da emancipação humana.

Apesar dos limites impostos pela pandemia de COVID-19 e a adoção das orientações sanitárias de isolamento e cuidado social, o estudo não tem por pretensão esgotar as discussões apresentadas pela luta cotidiana das mulheres sem teto, ao contrário: se propõe como instrumento de apreensão da vida social numa realidade marcada por desigualdades e resistências sociais expressas na cotidianidade.

E neste sentido, compreendemos enquanto *modos de vida* as particularidades das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos em dados contextos, no âmbito da vida cotidiana e da sociabilidade engendrada pelo capitalismo. As contradições presentes na produção do urbano apresentam diferentes nuances de práticas sociais a partir do meio e da realidade social em que vivem os sujeitos, considerando os significados atribuídos à realidade cotidiana em suas dimensões subjetivas e culturais expressas nas: relações familiares, comunitárias e com os serviços das políticas públicas, no pertencimento ao território vivido (a OPSPM e as comunidades vizinhas), nas trajetórias, experiências e perspectivas de vida e nas formas de convivência na OPSPM. Tais experiências também são expressas nas interações sociais mediadas por jogos e brincadeiras tradicionais preservadas na ocupação:

**Imagem 19:** Jogo de Bolita



OPSPM - Rosa, 2021.

Conforme o depoimento a seguir, podemos inferir que apesar de legítimas, as

ocupações urbanas são repletas de contradições que carregam em si a linha tênue entre o direito social das coletividades e a dignidade dos sujeitos, uma vez que, a condição de sem teto e de residente de uma ocupação é vista como a última opção de moradia. Esta condição, acaba por ser reiterada majoritariamente pela necessidade e sujeição às condições precárias de vida, a que são submetidos os/as trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam a experiência do desemprego, como se observa nos depoimentos a seguir:

No começo eu não gostava não (em relação morar na OPSM), pela distância do mercado que era longe, mas acabei me acostumando. Fiz a minha casa com o meu suor, catando madeira aqui, madeira ali, porque a gente não pode investir muito. E mora eu e meu filho de 11 anos. Aqui a gente não tem uma estrutura sabe. A gente dorme aqui pensando: a gente pode ser reintegrado. Acho que se a gente conseguir uma moradia, um teto, ia ser bem melhor, porque dignidade é acima de tudo. Qualquer coisinha sendo uma casinha de uma peça, mas sendo teu, tu já tem uma dignidade enorme. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Viver aqui é bom. Eu gosto muito daqui. Gosto do lugar. A minha casa é humilde e mora eu e meus dois filhos. A gente até tem acesso a luz e água, mas ao esgoto a gente não tem não. As condições de vida aqui poderiam ser melhor. Esgoto, água, luz, né e mais apoio aqui pro pessoal. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

O campo das representações relacionadas ao direito à propriedade acaba por conferir dignidade a vida dos sujeitos, posto que é na condição de proprietários, donos da terra e de “si” que passam a conquistar não apenas o direito formal de residência e portanto, a localização no espaço, como também a possibilidade de realização do sonho da casa própria. Sonho este, impossibilitado pelo crescente nível de desemprego ou ainda, mediado pela inserção precária em espaços informais e de “empreendedorismo”, cujos processos laborativos são caracterizados por intensa exploração (ANTUNES, 2021), como evidenciados nos seguintes depoimentos:

A minha renda é o Bolsa Família. Não posso trabalhar por ser de fator de risco. Eu tava trabalhando, mas precisei me afastar e atualmente dependo do bolsa. [...] A minha vida com a pandemia só piorou. Eu fiquei desempregada. Na verdade eu dependo de doação desde que eu fiquei desempregada. Não só eu. Creio que essa pandemia afetou o rico, afetou o pobre, o país todo e tudo que é lugar. Tá difícil pra todo mundo. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Eu sou faxineira. Gosto muito de fazer faxina. Eu trabalhava de varreção de rua e também trabalhei numa pastelaria de ajudar a fazer pastéis. Daí eu saí porque o homem vendeu o terreno dali. Senão eu tava até hoje lá. Eu gostava muito dali. Porque eles eram muito bons pra mim. Era pais pra mim, né? Até eu falei pra eles que eu não tinha casa e eles perguntaram pra mim:

se tu arrumar um terreno eu faço uma casa pra ti. No fim eu saí de lá, né, porque era de herdeiros e eles venderam aquilo lá e eu tive que sair de lá. Eu quero trabalhar. Não me vejo assim, sabe, eles me ajudando (em referência aos filhos). Eu pra mim queria ter um trabalho pra eu ter as minhas coisas, o que é meu, entendeu? Tu querer comer alguma coisa e tu ter o teu dinheiro pra comprar ou tu querer fazer alguma coisa. Eu tenho os meus dentes pra arrumar, não tenho dinheiro. Tá todo quebrado os meus dentes aqui na frente e eu queria ter um dinheiro para poder arrumar os meus dentes, tudo isso também faz parte do meu sonho. Vou te dizer bem francamente: pra realizar os sonhos, tem que trabalhar. Senão trabalhar, tu não realiza. Tem que ter o teu ganhar. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Minha profissão é de cozinheira, fora isso eu era cuidadora. Eu gostava. Na verdade eu gosto do que faço, de cuidar das senhoras. Era bom, só que acabou, né. Ela acabou falecendo e eu fiquei desempregada. E era sem carteira assinada, daí acabei ficando sem seguro desemprego e sem conseguir o Bolsa Família. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Sendo assim, verificamos que para além do acesso às condições objetivas de moradia, trabalho e renda, das inúmeras experiências de desproteção social, temos também necessidades primordiais que ultrapassam a aquisição de demais bens de consumo, mas que repercutem nas funções mais elementares da condição humana, como os dentes de Lucinda, por exemplo.

E neste processo visível de empobrecimento e níveis de miséria extrema, podemos evidenciar também os impactos das questões de classe, gênero e raça enquanto centrais para a situação de grande vulnerabilidade em que vivem as mulheres residentes da OPSM.

Eu perdi a minha vida toda, a metade da minha vida com o pai deles e com o segundo marido que eu tive. Esse pai deles me batia muito e esse segundo agora que faleceu, ele era alcoólatra. Ele vivia me incomodando. Ele me incomodava assim dia e noite. Eu vivia uma vida assim... Até a minha nora fala: hoje em dia tu tá feliz, porque do jeito que tu se incomodava, agora tu tá feliz. E eu digo: eu tô realizada. Aqui neste lugar eu tô realizada, porque eu vivia uma vida terrível, terrível. Eu apanhava, guria. Chegava o pai deles e já chegava, vinha e me dava cada tapão assim e soco. Pra tu ver, na gravidez do meu guri eu levei uma facada na cabeça e sem ninguém dentro de casa. Trancou a porta da casa com a chave e me deixou eu em cima da cama. E eu gritava e gritava. Agradeço à minha comadre que tava passando, ouviu os gritos e foi lá e chamou a minha mãe. Eu morava longe, né. Daí veio a polícia, mas não acharam ele. Tava escondido em Canoas na casa da mãe dele. Eu passei coisas terríveis. Bah, se eu vou contar tudo que eu passei eu vou levar horas. e graças a Deus, hoje em dia eu tô bem. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Ainda que as condições materiais de vida sejam precárias, que a realidade esteja repleta de contradições, que o Estado reitere a criminalização dos movimentos sociais e que a sociedade lhes atribua inúmeros estigmas, reiteradas

pela “apologia conservadora da ordem capitalista” no combate e aniquilação dos direitos sociais “reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (BARROCO, 2015, p. 625), estabelecem-se resistências, construídas a partir das determinações de classe, raça, gênero, enfeixadas na dinâmica do espaço urbano.

Nesta perspectiva, fazem da OPSM um espaço de moradia - ainda que transitório - e acabam por imprimir no território um modo de viver que pouco se enquadra nas rotinas determinadas pela vida urbana, mostrando os diferentes ciclos geracionais presentes no espaço:

**Imagem 20: Moradores da OPSM**



OPSM - Rosa, 2021.

Outra questão apontada nos depoimentos diz respeito à violência e ao receio das ações de reintegração de posse. No decorrer das entrevistas ficaram evidenciadas expressões de medo e de aflição, sobretudo nas narrativas de Iglea e Lucinda - ambas moradoras da OPSM - cuja história de vida revela a perpétua situação de pobreza presente na processualidade sócio-histórica que repercute nas condições de vida da população brasileira, sobretudo nas famílias que enfrentam os rebatimentos das questões raciais.

A gente ficou na Ocupação Progresso por 4 anos e a gente veio a ter o despejo. O despejo é triste. É horrível ser despejado sem um direito a nada, nem direitos humanos. Não teve ninguém do Conselho Tutelar por conta das crianças, apenas o choque (polícia militar). Intimidando, nos correndo, nos empurrando, mandando nós sair. Esse momento de reintegração de posse que a gente teve pra mim foi bem marcante, porque meu pai tinha acabado de ter um AVC e ele não tinha os movimentos e a gente conseguiu

uma cadeira de plástico pra carregar ele nesse dia de despejo. Foi bem desumano mesmo e bem triste. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Foi horrível aquilo lá. Bah, tava chovendo ainda... Foi horrível. Eu tirei a minha casa de lá abaixo de chuva, tava uma chuvarada, guria. Aí nós peguemos as crianças e tiramos de lá, pra desmanchar a casa né. Ainda bem que o meu guri foi lá e desmanchou. Senão não tinha ninguém pra desmanchar, sabe? Foi horrível. Foi terrível a situação lá, foi horrível mesmo. Muito policial... Bah, tá louco. Eu fiquei muito triste com aquilo ali. Foi muito triste pro povo que morava ali. Quanto tempo, né (em referência ao período de permanência na Ocupação Progresso)? Nós se dava com muitas pessoas e vendo aquilo ali... Teve uma mulher que gastou 40 mil por uma casa lá e entrou em depressão por causa da situação. Os brigadianos correndo e tirando o pessoal e os haitianos. Eu fiquei muito triste, muito triste mesmo. Eu fiquei com meu coração partido, sabe? Sempre que eu vejo eles lá perto das minhas irmãs (que um pouco deles moram lá) eu fico triste de ver, sabe? Apesar que eles alugaram casa lá, né. Mas eu fico triste porque eles tinham casa e o pessoal fazer aquilo ali, principalmente o dono, né. É triste, é muito triste. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Ambos relatos trazem à tona a falência dos valores “morais” das ações de um Estado classista, pautado na defesa intransigente da propriedade privada. Uma vez que as necessidades sociais de sobrevivência - e aqui apontamos o lar, como condição básica para a manutenção da vida - são tratadas como demandas de cunho individual que reforçam a perspectiva meritocrática, encobrendo as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista. Mesmo assim, na vivência cotidiana da exclusão, o que podemos verificar nos depoimentos é a presença de valores pautados pela solidariedade, expressos na preocupação em torno do outro e nas estratégias organizativas em torno de melhor responder às necessidades dos mais vulneráveis, como a cadeira de plástico utilizada na locomoção do pai de Iglea - moradora da OPSM - no ato de despejo. São situações e atitudes como estas que presenciamos na realidade das relações sociais estabelecidas entre as camadas populares. Questões que não passam pelo crivo da criticidade no ato da ação, mas representam os níveis de humanidade e empatia presentes “na sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2000), mostrando ser possível a construção de um modo de viver, que apesar dos desafios, das tensões e conflitos, pode ser pautado por laços de solidariedade classista.

Sendo assim, entendemos que a riqueza da vida cotidiana está justamente nos

[...] momentos e situações do protagonismo oculto e mutilado do simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas

indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta. (MARTINS, 2000, p. 13)

Ou seja, para além da cadeira de plástico, da preocupação com a situação dos haitianos ou o anseio pela conquista do teto para todos, observamos uma leitura de mundo e um modo de viver que confronta a lógica hegemônica do individualismo, da meritocracia e da caridade. São perspectivas pautadas pela resolução coletiva dos conflitos, das disputas, das problemáticas que permeiam a dureza da vida presente numa ocupação.

Nesse contexto de relações sociais permeadas pelo viver comunitário, partilhado e construído num tempo de vida repetitivo de demandas imediatas e condições escassas, a fé é presença constante na vida das mulheres. Inicialmente se apresenta como elemento que torna suportável as adversidades da vida e, segundo, como uma rede social capaz de responder às necessidades de sobrevivência - tais como a doação de alimentos, peças de vestuário e utensílios domésticos e, aqui, neste segmento, encontra a vulnerabilidade presente nas mulheres em situação de desemprego, responsáveis unicamente pelo sustento e provedoras do lar. Aspectos que se evidenciam nas narrativas a seguir:

Por ser diabética, era pra mim ter um acompanhamento com nutricionista. Me inscrevi no posto pra isso. Até hoje não fui chamada. Eu como o que tiver na mesa, mas eu não tenho muita opção. [...] Lá na Progresso a gente não tinha ninguém. Não era assistido como aqui. Aqui é uma ocupação que o movimento também nos ajuda com cestas básicas, tem a questão da feira orgânica, onde vem a verdura, vem a fruta. Lá a gente não tinha ninguém. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Quando eu tenho desejo de comer algo eu peço pros filhos, né. Porque eu não tenho muitas vezes dinheiro pra comprar. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Eu considero a minha alimentação mais ou menos. Não que falte um arroz e feijão, mas pelo fato de eu não estar trabalhando não dá pra comprar frutas e verduras, essas coisas. É só o básico mesmo. A gente mais consome arroz, feijão, massa, pão, leite. Eu não considero adequado para meus filhos, porque nem sempre tem frutas, que eu considero importante, e verduras, nem sempre dá pra comprar uma carne... Mas a gente vai conseguindo, né. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Não entraremos no mérito de promover uma análise que venha a discorrer sobre a atuação das igrejas evangélicas em comunidades e/ou em referência ao

trabalho comunitário desenvolvido por diferentes congregações e religiosos - ainda que necessária seja abordagem, dadas as tendências sócio-políticas contemporâneas no país. Para fins deste estudo, nos ateremos a evidenciar o impacto das ações religiosas no modo de vida e na compreensão de mundo que permeiam as reflexões da mulheres, uma vez que a espiritualidade está presente na OPSM, como veremos nas narrativas a seguir:

Espaço dentro da ocupação pra esse tipo de atividade não existe. Eu creio que cada um com sua fé, com a sua religião, independente, né. Porque Deus é para todos em todas as religiões. Eu sou evangélica. De vez em quando eu vou em cultos. Eu tava fazendo cultos todas as quintas-feiras na minha casa , mas daí pelo grande índice do COVID e dessa bandeira vermelha que tem aumentado demais, eu dei uma segurada. Até por mim, né! (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Eu ia nos cultos na casa da vizinha. Realmente eu sou evangélica, mas só que eu sou, eu não fico tanto tempo assim na coisa dos evangélicos, sabe? Eu saio. Me dá uma recaída e eu tenho que sair, sabe? Daí eu sou evangélica mesmo. Eu me batizei em 1993 e assim eu vivo e convivo. Mas eu não faço acepção de placas de igreja nem de católica, nem de nada. Não faço. Essas coisas pra mim não voga em nada. Se tu é batuqueira, evangélica... Pra mim não voga nada. Até porque cada religião tem um Deus, né. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

A única coisa que eu participo fora daqui é a igreja que eu vou. No mais é nas atividades do MTST. Eu me sinto bem na igreja, me sinto bem. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Aqui eu não participo de nenhuma religião. Lá na vila, primeiro, eu participava de uma igreja e depois eu saí fora. Não sinto falta da igreja, porque eu ia só por ir. Passo na católica se ela tá aberta e dou um chego, nem que seja um pouquinho, mas eu chego. Eu sempre fui mais na minha. (TUANI, militante do MTST, 2021)

O que podemos inferir nos relatos acima é que existe coletivamente uma compreensão religiosa pautada no respeito às crenças e na fé professada pelo outro, sem a necessidade de imposição dos valores cristãos às normas sociais, como temos visto nas expressões conservadoras presentes na sociedade. Não queremos com isso, atestar que essas mulheres não possam se opor a legalização do aborto ou tecer opinião favorável à liberdade de uso recreativo de maconha, por exemplo. O que vemos nas narrativas é uma concepção de sagrado e/ou de expressões de religiosidades legitimadas pela comunhão da crença de um ser divino presente em todas as matrizes religiosas, permitindo autonomia aos sujeitos na escolha em proferir sua fé.

Entendemos ser necessário um maior amadurecimento por parte dos



segmentos de esquerda acerca da religiosidade e suas expressões. Posto que na atualidade, a capilaridade das congregações evangélicas se dá pela via do trabalho comunitário, cuja pertença aos espaços religiosos infere a construção embrionária de coletividades. Não afirmamos com isso que devemos adotar seus valores e concepções, mas é preciso se atentar às metodologias presentes nos ritos e místicas ecumênicas uma vez que podem servir enquanto potentes estratégias para o fortalecimento de vínculos e unidade entre os sujeitos.

Mesmo com tamanhas experiências permeadas por expressões de desigualdades presentes nas trajetórias de vida, como o desemprego, a violência doméstica e o racismo, ainda assim essas mulheres ousam sonhar. Mais que isso: trazem os sonhos e esperanças como elementos fundamentais inalienáveis à luta e à resistência coletiva, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

O meu sonho é a casa própria. É a moradia. Acho que eu vou comprar até um tanque de guerra pra atirar quando eu tiver a conquista da minha casa. Já tentei de todas as maneiras realizar esse sonho. Já tentei trabalhando, mas daí o dinheiro, o salário pra gente é: ou tu opta por pagar aluguel ou botar comida na mesa. Muitas vezes eu trabalhei e eu pagava 450 reais e sobrava sempre pra comprar 5kg de arroz e um feijão. Era assim. Daí não tem como. Já tentei trabalhando, já tentei lutando e tô na luta de novo. Daqui só saio com a casa própria. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Olha, meu sonho é ter uma casa com 4 peças, pra ser bem realista. Com banheiro. Tudo direitinho, sabe? Mas, tô esperando que seja realizado o meu sonho. Que eu sempre tive esse sonho. Todo mundo que me pergunta, todo mundo: meus parentes, meus amigos, eu digo que o meu sonho é ter uma casa. Uma casa bonita com 4 peças: sala, cozinha, quarto, banheiro decente, né. Que dê pra ti tomar um banho e que dê pra usar, né. Não tiver problema nenhum. Nem esgoto. É isso aí. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Meu sonho é conseguir o meu cantinho, né. Não só pra mim, mas pra todo o pessoal aqui. Que a gente consiga sendo aqui ou em outro lugar. Com o trabalho que eu tinha não era possível. Pelo salário que eu ganhava por conta das despesas com as crianças, aluguel, não era possível. Com certeza não era possível. Não conseguia nem pagar o meu aluguel. E eu trabalho desde cedo, desde os 13 anos. Cuidava de criança, cuidava dos primos que minha tia pagava. Depois fui pegando de faxina e fui trabalhando nos restaurantes como auxiliar de cozinha, lavando louça, fazendo salada... Essas coisas. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

A casa dos meus sonhos seria ter um quarto pra cada uma das minhas filhas. Um outro pra quando chegasse visita. A minha cozinha separada, a sala e a cozinha de limpeza, tudo separadinho. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Esperança que ganha contornos materiais na luta por acesso às políticas sociais, nos espaços de participação e de controle social, na tomada de decisões,

nas cozinhas coletivas e embaixo de cada barraco de lona. Se todos os sujeitos são constituídos de histórias, construindo-a no cotidiano da vida, os sujeitos que resistem coletivamente são capazes de construir outras formas de sociabilidade. Seja na partilha do cobertor com o rigoroso inverno que se tem no RS, seja na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Esta dinâmica, repleta de contradições que se expressam na OPSM, encontra no reconhecimento dos iguais - sem teto - a possibilidade de constituição de “sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe” (YAZBEK, 2009, p. 28). Projeto este amplamente vinculado aos interesses e necessidades da classe trabalhadora e portanto um projeto societário revolucionário.

A discussão apresentada no próximo capítulo, propõe analisar a abordagem da questão urbana e a luta pelo direito à cidade desenvolvida pela categoria profissional, expressa nas produções científicas dos periódicos da área vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social no período de 2013-2019.

Nesta perspectiva, torna-se indispensável evidenciar a mediação entre teoria e realidade, compreendendo-a enquanto pressuposto fundamental que permite trazer vitalidade e materialidade ao projeto ético-político dos/das assistentes sociais.

### **3 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO URBANA: A MEDIAÇÃO ENTRE TEORIA E REALIDADE NA INTERLOCUÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO**

*[...] a relação da teoria com a prática não é a de uma abstração transcendente a uma imediatidade ou a um “concreto” anterior. A abstração teórica já está no concreto. É preciso aí revelá-la. (LEFEBVRE, 2008, p. 38)*

Em tempos de medo, retrocesso, perda de direitos sociais, perseguição e criminalização dos movimentos sociais e das instituições públicas de ensino no Brasil é preciso fortalecer e reiterar um projeto societário radicalmente vinculado aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, com vistas a construção de uma nova ordem societária, livre de opressões e explorações.

Logo, faz-se necessário incorporar ao trabalho profissional uma postura investigativa e propositiva que esteja alicerçada nos pressupostos teóricos que orientam a profissão enquanto estratégia de transformação da realidade social, tendo em vista os enfrentamentos dos limites impostos pela hegemonia do capital. Esta mediação - tão cara ao Serviço Social - precisa dialogar com a realidade concreta presente na cotidianidade dos sujeitos que resistem, uma vez que não estamos apartados da luta cotidiana, nem estamos aquém das ofensivas violentas do capitalismo sobre a classe trabalhadora.

No bojo das relações sociais, mediadas pela reprodução ampliada do capital, acabamos também por ser “esse homem que não só luta para viver a luta de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (MARTINS, 2000, p. 11).

Como exposto anteriormente, o presente estudo é fruto das experiências vivenciadas no âmbito da formação pós-graduada e das expressões de desigualdades e resistências sociais presentes na vida cotidiana dos/das trabalhadores/trabalhadoras sem teto. Estas expressões, que no decurso da história apresentam avanços e retrocessos, em tempos de austeridade econômica, crise

sanitária e contração da participação, mobilização e controle social de trabalhadores, - e portanto, um desafio constante que perfaz nossa jovem democracia -, refletem em escala ampliada a decrepitude dos valores que fundamentam esta sociedade.

São nesses processos - enquanto trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços sócio ocupacionais - que vivenciamos toda sorte de exploração e constrangimento, mostrando de maneira prática os limites que nos são impostos, sobretudo numa profissão que atua na tensão entre as classes sociais. Porém, importante ressaltar, que é neste mesmo cotidiano (que sugere aparente imobilidade e submissão), que devemos dele extrair a compreensão de

[...] como a História irrompe na vida de todo o dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida, que além do mais, tudo parece falso ou falsificado, inclusive a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. Na abundância aparente, não estamos realizados - estamos apenas saturados e cansados em face dos poderes que parecem nos privar de uma inteligência histórica do nosso agir cotidiano. (MARTINS, 2000, p. 11-12)

Deste modo, desvendar nas minúcias da vida cotidiana estratégias de enfrentamento e resistência é retornar para aquilo que de fato conecta o Serviço Social aos processos de luta, evidenciando a questão social não apenas como palco de desigualdade e desilusão, mas também como cenário potente de transgressão e rebeldia. Essas expressões, compreendidas enquanto objeto de intervenção profissional e portanto uma das dimensões constitutivas dos Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2017), nos exige as análises de suas refrações na interface com a luta pelo direito à cidade evidenciadas no modo, condição de vida e organização política dos sujeitos, mostrando-se “como elemento fundamental na relação entre profissão e realidade” (YAZBEK, 2001, p. 33).

Segundo Duriguetto e Marro (2016, p. 109), é mediante as “regressões políticas, econômicas e sociais” que devemos compreender esta vinculação, bem como a “importância da organização das massas trabalhadoras”, seja no “âmbito da produção do conhecimento, da organização da categoria ou da intervenção profissional”. Sendo assim,

A relação entre Serviço Social e as lutas das classes subalternas é um componente ineliminável da nossa profissão, uma vez que sua constituição sócio-histórica tem na questão social - e nas suas determinações centrais - a sua explicação fundante. (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p.112)

As discussões iniciais desenvolvidas no capítulo buscam apresentar as tendências presentes na abordagem da questão urbana e o direito à cidade a partir de pesquisa bibliográfica realizada no período de 2013-2019, nos principais periódicos da área vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Na sequência, ancoradas nas contribuições de Henri Lefebvre (1991; 2001; 2008; 2019), faremos o debate sobre o direito à cidade, considerando a abordagem ampliada apresentada pelo autor na mediação com a realidade presente no campo de estudos. Abordar a produção do espaço pela ótica dos processos de lutas e resistências, permite compreendê-las enquanto parte constitutiva da realidade social, partindo da “totalidade, sem a qual as relações sociais não se realizam, ou se realizam de forma parcial” compreendendo “o espaço como construído para atender às perspectivas de um dado modo de produção em uma determinada sociedade, dentro de um tempo histórico determinado, sendo portanto, uma produção social” (VASQUEZ, 2017, p. 232).

Por fim, encerramos o debate do presente capítulo abordando a articulação entre Serviço Social e MTST, destacando as experiências vivenciadas junto às ações desenvolvidas pelo movimento nos diferentes territórios de atuação. Esta abordagem se faz necessária, uma vez que a luta pelo direito à cidade é mediada pela participação de diferentes atores sociais, demonstrando o percurso que congrega em si, os territórios da Vila Nazaré, OPSM e Condomínios Nosso Senhor do Bom Fim e Irmãos Maristas, enquanto desdobramentos que conferem unidade a luta dos/das trabalhadores e trabalhadoras sem teto.

### **3.1 A questão urbana nas produções dos periódicos da área de Serviço Social**

Conforme exposto anteriormente, para analisar e compreender a abordagem da questão urbana pela categoria profissional dos/das assistentes sociais,

realizamos pesquisa bibliográfica<sup>52</sup> no período entre 2013-2019 nos periódicos da área de Serviço Social.

A partir dos descritores utilizados: Direito à Cidade, Questão Social, Movimentos Sociais e Luta(s) Social(s), - este último descritor combinado com moradia, habitação, cidade e urbano - construímos um banco de dados composto por 146 volumes e o montante de 2091 artigos revisados. Entre eles, 120 produções possuem descritores relacionados à temática do presente estudo, resultando em 24 artigos inseridos na pesquisa bibliográfica.

A partir das contribuições de Lefebvre (2001), as análises realizadas, partem da concepção de direito à cidade enquanto “forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. E neste sentido é preciso enfatizar também o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade privada) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

A abordagem referente à questão urbana e lutas sociais no Serviço Social brasileiro não é um tema estranho ao debate profissional, pelo contrário. Historicamente a profissão tem construído profícuas articulações com as organizações políticas da classe trabalhadora, penetrando em cenários compostos por lutas e resistências sociais (DURIGUETTO, 2016).

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica revelou que: nas discussões referentes à questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade, apenas 8 artigos desenvolveram o debate nesta perspectiva - eixo central do presente estudo. Com base no exposto, traremos na sequência a análise das discussões apresentadas.

---

<sup>52</sup> A pesquisa bibliográfica, apresenta as produções de França (2019), Burginski e Cariaga (2019), Lopes (2019), Suave (2018), Tolentino (2018), Santana (2018), Duriguetto (2017), Guimarães (2015b), Oliveira, Santos e Bienenstein (2019), Amoroso (2018), Diligenti, Dias e Teodoro (2016), Urvoy (2015), Simões (2014), Neto e Veiga (2018), Lima (2018), Vazquez (2017), Sanches (2017), Pagani, Alves e Cordeiro (2016), Pagani, Alves e Cordeiro (2015), Gonçalves, Pessanha e Mororó (2015), Guimarães (2014), Freire e Sousa (2014), Pagani (2013) e Guimarães (2013a). As contribuições acerca da análise de Santana (2018), subsidiam a discussão no capítulo de Introdução do referido estudo.

A produção de conhecimento do Serviço Social referente à luta pelo direito à cidade tem apontado desafios e possibilidades de atuação que se expressam de diferentes maneiras no contexto urbano. No trabalho de Cariaga e Burginski (2019), referente a extensão universitária enquanto uma estratégia (entre outras) de aproximação ao cotidiano de lutas das classes subalternas, explicita a “retração da conexão entre o Serviço Social, os movimentos e organizações da classe trabalhadora” enquanto “tendência do próprio refluxo das lutas sociais diante das profundas transformações societárias na dinâmica do capitalismo contemporâneo” (CARIAGA; BURGINSKI, 2019, p. 790).

As autoras apontam a ausência de intervenções de assistentes sociais junto às organizações políticas de classe, assim como maior vinculação orgânica com os movimentos sociais autônomos. Dessa maneira, discorrem sobre o fortalecimento da extensão universitária “enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político” (CARIAGA; BURGINSKI, 2019, p. 782), destacando que:

A reflexão da articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais não implica em recorrer aos erros do passado, no abandono da intervenção profissional nas instituições. O debate que se fomenta é de outra natureza, pois implica em considerar o patrimônio de rupturas com o conservadorismo profissional, ao mesmo tempo em que problematiza o afastamento do fazer profissional dos movimentos sociais, nos processos de organização da cultura. O projeto ético-político convoca os assistentes sociais para a luta cotidiana em sintonia com as organizações políticas da classe trabalhadora e seus conteúdos de emancipação humana. (CARIAGA; BURGINSKI, 2019, p. 803)

Na produção de Lopes (2019) a autora faz a articulação entre emancipação política e direito à cidade propondo “a adoção de uma direção crítica socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora para a construção de uma nova ordem societária” (LOPES, 2019, p. 191). Aborda a formação do capitalismo urbano industrial e comercial a partir da intrínseca relação com o capitalismo agrário, impactando diretamente no acelerado processo de urbanização brasileiro:

[...] a questão urbana brasileira é indissociável do processo de acumulação primitiva no País, uma vez que esta se apresenta como um de seus desdobramentos. É na passagem do século XIX para o século XX que o Brasil irá vivenciar uma acelerada urbanização, fruto da expansão do setor agrário-exportador e dos setores complementares responsáveis pelo surgimento de uma burguesia industrial, que ocasionará a supressão do campo pela cidade como centro dinâmico sócio-político. (LOPES, 2019, p. 192)

Lopes (2019) aponta enquanto pressuposto fundamental ao debate da emancipação política, articulado ao direito à cidades, um horizonte de lutas que possam vislumbrar para além

[...] da materialização das conquistas civilizatórias previstas em lei, a adoção de uma direção crítica socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora. A sua formação política e a construção de sua agenda de luta não pode se abster de enfrentar teoricamente, os entraves e desafios encarados na prática cotidiana na produção das cidades brasileiras. (LOPES, 2019, p. 199)

França (2019) aborda a discussão do direito à cidade ancorada nas contribuições de Lefebvre (2001), Harvey (2009; 2012), Vainer (2003), Maricato (2015), Avritzer (2016) e Rolnik (2015) e nas legislações que compreende o Estatuto da Cidade, a MP 759 e Lei nº 13.465/17, discorrendo sobre "as mobilizações da sociedade civil em prol da política urbana, examinando-se os seus desdobramentos em um contexto de retração de direitos" (FRANÇA, 2019, p. 96).

Ao longo do artigo, a autora desenvolve a análise a partir das lutas e reivindicações presentes nas ações dos movimentos sociais, ressaltando a ampliação do debate evidenciado na esfera pública sobre as questões: urbana, étnico-raciais, de renda e gênero a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Ressalta também o protagonismo do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) no processo de redemocratização brasileiro e aponta os desafios postos à materialização do direito à cidade:

[...] déficit habitacional, urbanização centrada nos interesses do capital, ocupação e segregação da pobreza em áreas periféricas dos centros urbanos e pouca mobilidade social que as cidades têm alcançado nos últimos anos, bem como, os diversos cenários gerados pela violência urbana, ensejada pelas desigualdades estruturais, presença do narcotráfico, congestionamento urbano, dentre outros. (FRANÇA, 2019, p. 104)

Nos estudos de Suave (2018), a crise urbana é apontada enquanto expressão da questão social, apresentando subsídios ao debate no que tange o trabalho dos/das assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Salaria que "os conflitos urbanos que perpassam a organização de movimentos sociais aparecem ao Serviço Social como uma expressão das desigualdades" fornecendo "objetivos para a nossa atuação profissional" (SUAVE, 2018, p. 307).

As contradições postas no cotidiano dos/das assistentes sociais, referidas



pela autora, apontam possibilidades de intervenção, trazendo para o cerne do debate as ações profissionais desenvolvidas para além das demandas presentes no âmbito institucional, sugerindo portanto:

Uma aproximação dos movimentos sociais - como forma de contribuição para a suspensão do cotidiano profissional -, por meio da dimensão técnico-operativa, pode nos auxiliar a extrapolar a intervenção que tende a ser repetitiva, afetando a dimensão ético-política e estabelecendo vínculos com o humano-genérico para um rol de possibilidades. As determinações na intervenção profissional advindas dos movimentos sociais de trabalhadores podem facilitar, inclusive, a direção programática das ações que devem ser pautadas nos valores do projeto profissional do Serviço Social. (SUAVE, 2018, p. 310)

Observamos, no entanto, que a autora não apresenta diretamente uma abordagem conceitual sobre direito à cidade, desenvolvendo ao longo da produção uma linha argumentativa que pontua aspectos referentes ao acesso das populações a bens e serviços presentes no perímetro urbano. Nesta discussão, encontramos o direito à cidade atrelado à "falta do acesso aos direitos, como o da moradia, saúde e educação, que se sintetizam no direito à cidade". E nesta perspectiva, reforça o caráter contraditório das respostas estatais através das políticas sociais, afirmando que: "são insuficientes às necessidades postas e, muitas vezes, de cunho paliativo" (SUAVE, 2018, p. 308).

Tolentino (2018), por sua vez, aponta a justiça ambiental como forma de proporcionar a efetivação do direito à cidade, enfatizando a realidade de ciganos Calon. Dessa maneira, articula crise socioambiental e justiça ambiental como contradições que conformam a questão urbana e apresenta as dificuldades vivenciadas por este segmento populacional:

Na maioria das vezes situados afastados dos centros urbanos - independente de estarem regularizados através da compra ou aluguel dos terrenos ou de ser fruto de ocupações - contam com precária infraestrutura no entorno como acesso a água potável e encanada, saneamento básico, moradias improvisadas comumente feitas de lonas, e com precário acesso a políticas de proteção social como: educação, saúde, assistência social, previdência social e habitação. (TOLENTINO, 2018, p. 349)

A produção centra-se no debate da solução de necessidades básicas presentes na realidade dos ciganos sem fazer uma articulação com o debate

ampliado<sup>53</sup> referente ao direito à cidade. Porém, quanto a isto, temos ressalvas à crítica. Considerando os modos, mas principalmente as condições de vida dos ciganos Calon, percebemos que se faz necessário, inicialmente, o acesso e conquista de direitos básicos, pois como nos informa a autora:

Entre as diversas etnias ciganas existentes no Brasil, muitos grupos Calon apresentam características de baixa escolaridade, evasão escolar de crianças e adolescentes, desemprego, ausência ou precário acesso à renda, principalmente no que tange às mulheres e crianças; baixo ou nulo acesso a serviços públicos e condições precárias de moradias. (TOLENTINO, 2018, p. 349)

No artigo, Tolentino refere a necessidade de articulação com os movimentos sociais, considerando que:

[...] a própria capacidade de organização se desenvolve de forma diferente entre os diversos grupos sociais e não depende somente de um clamor de justiça, mas necessita de um conjunto de instrumentais que propiciam a participação, bem como a própria tomada de consciência enquanto ser político possuidor de direitos. (TOLENTINO, 2018, p. 355-356)

Na produção de Duriguetto (2017), veremos que a autora também não apresenta diretamente um conceito sobre o direito à cidade, mas oferece subsídios para o debate, uma vez que aborda a criminalização das organizações políticas da classe trabalhadora e explicita as formas de coerção do aparelho estatal.

Exercer o controle penal sobre os socialmente descartáveis pelo capital e criminalizar as lutas e movimentos sociais é associar pobreza à criminalidade, é transformar a “questão social” em uma questão individual e moral, é deslegitimar as organizações e lutas das classes subalternas, é criminalizar a visibilidade pública e política das expressões da “questão social” e dos sujeitos - individuais e coletivos - que reivindicam e/ou defendem direitos, que confrontam a ordem hegemônica capitalista. (DURIGUETTO, 2017, p. 105)

Reitera também a necessidade de uma abordagem crítica no que se refere à questão urbana e direito à cidade, ou seja, ações profissionais que venham a romper com uma “visão moralizante e individualizante das expressões das desigualdades sociais”; posicionamento ético-político em conformidade com o projeto profissional; fortalecimento de “estratégias coletivas” para o enfrentamento das necessidades e demandas sociais; apoio e articulação da categoria profissional “às lutas dos

---

<sup>53</sup> Compreendemos enquanto “debate ampliado”, aquele realizado para além do acesso a bens e serviços, mediados pelas políticas públicas e sociais. A luta pelo direito à cidade é composta por tais determinações (acesso a bens e serviços básicos), mas também está situada na construção de uma sociedade humanista, cujos valores de sociabilidade estão postos na produção e apropriação do espaço enquanto produção social.

movimentos sociais”; participação dos/das assistentes sociais nos espaços de controle social no âmbito do Estado e das iniciativas autônomas da classe trabalhadora; contribuição na “organização de cursos de formação política para militantes” dos movimentos sociais, assim como a produção do conhecimento sistematizado e publicizado enfatizando “experiências organizativas e suas conquistas” (DURIGUETTO, 2017, p. 118-119).

Como podemos verificar, Duriguetto oferece subsídios ao debate quanto à necessária e urgente articulação da categoria junto às organizações políticas da classe trabalhadora, sem especificar pautas defendidas pelos movimentos sociais. A autora enfatiza a instrumentalidade e oferece aportes para a intervenção profissional.

Na proposta de Guimarães (2015b), verificamos a mediação das expressões da questão social com o direito à cidade, salientando as estratégias de organização e mobilização dos movimentos sociais.

[...] estratégias como ocupação/acampamento foram sendo construídas como ações intrínsecas à atuação política desses movimentos, a partir da realização de discussões periódicas nas comunidades sobre a situação daqueles que não possuem casas, seguidas de levantamento das pessoas dispostas a integrar e realizar a ocupação, isto é, concordando em ocupar e acampar, literalmente, em alguma área da cidade como meio de pressionar e agilizar a conquista de moradias. (GUIMARÃES, 2015, p. 723)

Apesar de articular o debate com as categorias discutidas na pesquisa bibliográfica, observamos que a base conceitual na qual se alicerça a discussão em torno do direito à cidade, apresenta uma argumentação que reforça sua materialização pela via do acesso às políticas públicas e sociais. Apresenta os desafios e possibilidades de atuação dos movimentos sociais com a agudização das expressões da questão social, salientando o trabalho de base “como uma das melhores formas de comunicar às pessoas o projeto político e a concepção de mundo que orienta a ação do movimento (GUIMARÃES, 2015b, p. 728).

Nos artigos categorizados que fazem a discussão de movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade, temos a produção de Oliveira, Santos e Bienenstein (2019) que tratam da extensão universitária como estratégia de resistência no âmbito das universidades públicas. As autoras partem da análise das experiências de “assessoria técnica realizada ao Fórum de Luta pela moradia de

Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro, por equipe de docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia” (OLIVEIRA, SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 55). Na concepção das autoras,

[...] as ações extensionistas vinculadas às atividades gratuitas, de interesse geral e articuladas a movimentos sociais têm sido secundarizadas, limitando a função social da Universidade às ações prioritariamente mercantilizáveis. Por conseguinte, parte significativa das ações de extensão desenvolvidas atualmente nas universidades públicas está reduzida a cursos pagos, prestação de serviços assistenciais, escritórios modelos, empresas Júnior, entre outras formas, de modo que tais práticas estão sintonizadas ao processo de privatização por dentro das universidades brasileiras. Entende-se que há uma lógica de compra e venda de serviços que deturpa a concepção de extensão universitária. Considera-se que aquela que privilegia e dialoga de forma crítica e comprometida com a comunidade reafirma a concepção de uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. (OLIVEIRA, SANTOS; BIENENSTEIN, 2019, p. 54)

Oliveira, Santos e Bienenstein (2019) apontam os desafios postos à efetivação das ações extensionistas no ensino superior público, ressaltando entre elas: a insuficiência orçamentária, a ausência de incentivo docente e discente, expressos no limitado número de bolsas, bem como a “proliferação de ações, aparentemente, gratuitas, mas que escamoteiam mecanismos de venda de serviços educacionais e de consultorias técnicas” (p. 55). A produção reitera o compromisso dos/das assistentes sociais com as reivindicações e lutas sociais da classe trabalhadora, destacando a dimensão pedagógica da profissão no apoio e fortalecimento das estratégias de autogestão da mobilização e organização popular.

Amoroso (2018), que aborda a construção histórica do espaço de moradia de uma Vila Operária no Rio de Janeiro apontando a “informalidade” para “além da própria ideia de marginalidade” e portanto, “não se trataria de uma situação de “estar à parte” das diferentes relações sociais, mas de um patamar próprio de um grupo situar-se diante da dinâmica do convívio social” (AMOROSO, 2018, p. 170).

Também refere a importância em “construir uma identidade de luta a partir de seu local de moradia e as problemáticas concernentes ao mesmo (AMOROSO, 2018, p. 172). A produção de Amoroso (2018) se situa no acesso a bens e serviços e expressa ao longo do artigo as formas cotidianas de resistência de um segmento populacional que encontra, nos laços de solidariedade, uma estratégia de luta.

Importante salientar que, nos artigos categorizados que fazem a discussão de movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade, apenas o trabalho de Diligenti, Dias e Teodoro (2016) apresentam experiências de uma ocupação urbana, referenciando o Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre/RS.

Nesta perspectiva, apontam os dilemas postos nas estratégias de ocupações:

Compreende-se que a ocupação dos vazios urbanos, exemplificada no caso do Assentamento 20 de Novembro e legalizada (mesmo que com muitas resistências) pela Função Social da Propriedade, é uma estratégia reformista de resolução dos problemas relacionados à desigualdade estabelecida no modo de produção das cidades capitalistas. Por outro lado, de forma alguma, menosprezam-se as suas práticas no sentido de conscientização desses questionamentos, de um patamar local para uma experiência abrangente e global. (DILIGENTI; DIAS; TEODORO, 2016, p. 352)

Diligenti, Dias e Teodoro (2016) discutem “a segregação socioespacial verificada nas cidades submetidas ao modo capitalista de produção do espaço e do tempo urbano” (DILIGENTI; DIAS; TEODORO, 2016, p. 340). Os/as autores apresentam as contradições existentes no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), pautando a “periferização das comunidades; despessoalização das tipologias arquitetônicas adotadas em relação à identidade cultural das populações”, assim como a “excessiva verticalização nos projetos para a viabilização mercadológica do uso do solo urbano” (DILIGENTI; DIAS; TEODORO, 2016, p. 343). Pontuam também, como grande parte das produções em torno da temática urbana, a “carência de equipamentos urbanos para atender as comunidades, bem como outros aspectos questionáveis na aplicação dos projetos, tanto nos quesitos arquitetônicos, como urbanísticos” (DILIGENTI; DIAS; TEODORO, 2016, p. 343).

Urvoy (2015, p. 73), por sua vez, aponta as diferentes narrativas de cidade, fazendo um paralelo entre os conceitos plano (espaço formal) e oblíquo (espaço real) a partir de resgate histórico de “ocupações de terras ocorridas em Belo Horizonte nos anos 1960”. Nesta perspectiva explicita a ocupação de vazios urbanos:

[...] no período de construção da cidade, os operários e suas famílias passaram a ocupar informalmente terrenos situados próximo à área central, tais como o Córrego do Leitão (atual Barro Preto) e o Alto da Estação (atual Santa Tereza). Essa situação resultou em uma grande disparidade entre a parte da cidade planejada, reservada às populações favorecidas e as áreas ocupadas informalmente. (URVOY, 2015, p. 76)

O autor argumenta em sua produção que, a constituição das cidades - neste caso específico de Belo Horizonte - é conformada por perspectivas distintas que não anulam uma ou outra, ou seja, a inter-relação presente entre o plano e o oblíquo são expressões constitutivas da cidade contemporânea. Dessa maneira, Urvoy (2015) compreende que:

Ocupar terras, construir casas que vão formar Vilas e Favelas, muitas vezes em mutirões, se organizar em movimentos de bairros para impedir uma remoção ou conseguir um reassentamento, são diversos gestos e práticas que deixaram marcas, modelaram e continuam modelando a cidade tal como ela é hoje. (URVOY, 2015, p. 84)

Já na produção de Guilherme Simões (2014, p. 167), o autor faz a discussão referente ao “fortalecimento da especulação imobiliária e indústria da construção civil como consequência da realização de megaeventos como a Copa do Mundo no Brasil”, apresentando em seu trabalho questionamentos referentes

[...] à estrutura urbana tardia, os investimentos estatais para a realização de um evento privado (característica das economias dependentes), os impactos diretos na vida dos trabalhadores, especialmente os despejos e remoções forçadas e as lutas de resistência e organização de enfrentamento contra a lógica e a atividade da especulação imobiliária, sustentáculo da cidade do capital no Brasil. (SIMÕES, 2014, p. 168)

Neste sentido, articula o debate das lutas sociais e o protagonismo dos movimentos populares, ressaltando desafios e possibilidades presentes nas organizações políticas de trabalhadores e trabalhadoras periféricos, residentes em locais destinados à construção de equipamentos que sediaram os megaeventos.

As grandes manifestações que ocorreram no Brasil em junho e julho de 2013 apenas sinalizam a imensa desproporção de ganhos de nossa situação “emergente”. Logo após as “jornadas”, uma verdadeira onda de ocupações urbanas varreu a principal metrópole do país, que também é o carro chefe para os superlucros da construção civil/especulação imobiliária. Os protagonistas não eram mais jovens de classe média (proletarizados ou não), mas milhares de “subproletários”, trabalhadores extremamente precarizados, moradores da periferia de São Paulo que, em sua maioria, organizados por movimentos populares de luta por moradia, emergem no cenário urbano como atores de uma disputa urbana fundamental de nosso tempo (e de nossa história) que opõe o (neo) desenvolvimentismo à luta por dignidade, o que não pode ser feito, ao contrário do que propõe o lulismo, sem enfrentamento direto com o capital imobiliário. (SIMÕES, 2014, p. 182)

Dos 11 artigos que objetivam fazer o debate com a temática que aborda exclusivamente o direito à cidade, se observa uma discussão que permeia exclusivamente o acesso de usuários pela via das políticas públicas de habitação (GUIMARÃES, 2014; PAGANI, 2013), regularização fundiária (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2016; SANCHES, 2017), a segregação socioespacial na lógica do

capital (GUIMARÃES, 2013a), assim como o tipo de produção espacial na construção dos empreendimentos do PMCMV aos conjuntos habitacionais destinados à faixa 1, presentes nos trabalhos de Lima (2018) e Pagani, Alves e Cordeiro (2015)<sup>54</sup>. Salientamos que apenas dois autores abordam especificidades de diferentes segmentos populacionais, sendo eles: Neto e Veiga (2018) em referência a pessoas em situação de rua.

A produção de Freire e Souza (2014) aponta os impactos das intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Zona Norte do Rio de Janeiro na remoção da favela Embratel, situada no complexo de Manguinhos. Dessa maneira, as autoras partem de uma perspectiva etnográfica, proporcionando ao leitor a reflexão sobre as diferentes intervenções urbanas, sobretudo aquelas consideradas informais<sup>55</sup>, pois

Apesar da precária infraestrutura, os moradores consideravam a localização privilegiada, com acesso às demais regiões da cidade através de trem e ônibus, facilitando, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos de saúde e educação. A maior parte dos moradores manifestava, assim, o desejo de que a implantação de ações do PAC melhorasse as suas condições de vida sem que, para isso, tivessem que sofrer um deslocamento forçado. Além de poder “morar num lugar sem ratos”, muitos moradores acreditavam que as obras de infraestrutura e normatização daquele espaço lhes possibilitariam “ter um endereço” e, com isso, serem reconhecidos como cidadãos. (FREIRE; SOUZA, 2014, p. 294-295)

O artigo apresenta também as estratégias estatais de regulação dos modos de vida das classes populares abordando através de oficinas<sup>56</sup>, as seguintes temáticas: “cuidados com as estruturas físicas do condomínio, os problemas coletivos, a gestão de conflitos, as regras de convivência, a administração do condomínio e a formulação de uma agenda de compromissos” (FREIRE; SOUZA, 2014, p. 298).

---

<sup>54</sup> As produções de Lima (2018) e Pagani, Alves e Cordeiro (2015) apresentam similaridades no que tange a discussão, apontando as realidades de Teresina (PI) e Londrina (PR).

<sup>55</sup> Importante ressaltar, que os achados da pesquisa, apresentam similaridades no que tange às condições e modos de vida presentes na OPSM, expressos através das percepções das trabalhadoras sem teto.

<sup>56</sup> Destaca-se a intervenção profissional de assistentes sociais nos espaços das oficinas nas discussões acerca dos compromissos assumidos pelas famílias, pois, segundo elas, os moradores teriam que “aprender a viver no coletivo” e se organizar para mostrar algo diferente da ideia corrente de que “para pobre, tudo pode”. Caso contrário, o condomínio tornar-se-ia “um favelão”. Sua função, dizia uma das facilitadoras, era apenas a de “abrir uma luz na cabeça dos moradores”, a fim de evitar que o condomínio tivesse esse destino” (FREIRE; SOUZA, 2014, p. 302).

Em que pese o protagonismo dos sujeitos e as diferentes estratégias realizadas (associações e comitês de bairro) para a conquista de direitos básicos em territórios cariocas, como água e luz, apenas um artigo aborda a discussão, delimitando o período histórico que compreende os anos de 1945 a 1952 (GONÇALVES; PESSANHA; MORORÓ, 2015).

Dos artigos analisados, apenas Vazquez (2017) fundamenta as discussões apresentadas a partir das contribuições de Lefebvre, fazendo menção a tarefa revolucionária, da qual é protagonista a classe trabalhadora:

A luta de classes, assim, possibilita o acirramento das contradições, trazendo à tona as diferenças antes dissimuladas no espaço abstrato. Firma, portanto, a classe trabalhadora no seu lugar de potência transformadora, construindo, no interior desse espaço homogeneizado, espaços de resistência e luta. (VAZQUEZ, 2017, p. 235)

A autora discorre sobre a produção social do espaço no Rio de Janeiro com vistas a adequar o cenário urbano para a promoção de eventos esportivos, apontando diferentes perspectivas de cidade:

Desta forma, podemos inferir que a maneira como se organizou o espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro reflete a desigualdade social estruturante do nosso processo de formação: ganha relevo, assim, o mito da cidade partida. Aqui, cabe salientar que, se é verdadeira a afirmação de que existem duas realidades espaciais dentro da cidade, também é verdade que essas realidades se imbricam e se produzem dialeticamente; são complementares e não distintas. (VAZQUEZ, 2017, p. 236)

As inúmeras considerações e a análise da autora, expressam a dimensão teórica que permeia o direito à cidade, sobretudo num contexto de reordenamento urbano impactados por grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Como podemos verificar, a produção de conhecimento que faça a discussão articulada com direito à cidade, movimentos sociais e trabalho profissional, ainda permanece diminuta, inferindo maior necessidade de mediação e produção de conhecimento do Serviço Social na abordagem das experiências vividas em articulação com as organizações autônomas da classe trabalhadora.

Em termos sintéticos, a pesquisa bibliográfica revelou que:

a) todos os artigos fazem referência (ainda que indiretamente) à produção do espaço no modo de produção capitalista e abordam as contradições presentes num



cenário composto por desigualdades e resistências sociais;

b) está presente, na maioria das discussões, os limites das políticas públicas enquanto respostas à crise urbana no país;

c) as discussões no âmbito da profissão mostram avanços no que tange às competências e atribuições dos/das assistentes sociais no trabalho junto aos movimentos sociais e;

d) a vertente crítica que consubstancia a produção do conhecimento no Serviço Social tem contribuído para a ampliação do debate referente às expressões da questão social presentes no contexto urbano.

Portanto, verificamos que a produção científica construída pela categoria profissional em torno da questão urbana tem apresentado inúmeros avanços. Entretanto, como revelam os mesmos achados da pesquisa, necessitamos de maior aproximação no que tange a realidade dos sujeitos. Como destaca Yazbek (2009):

O real, no entanto, é constituído de relações atravessadas pelo conflito e permeadas por antagonismos e, desse modo, se de um lado as representações reproduzem a lógica e o discurso ideológico dominante, de outro, reproduzem contraditoriamente o seu contrário, a sua transgressão, que se expressam como resistência, criatividade e superação de um determinismo reducionista, apontando caminhos de ruptura e libertação. Colocar em debate a resistência, a desobediência dos destituídos, implica refletir a *emancipação do homem* em sua luta de cada dia na busca de alcançar um protagonismo histórico. (YAZBEK, 2009, p. 90-91)

Nesta perspectiva, um desafio identificado para a produção de conhecimento em Serviço Social consiste em ampliar a compreensão sobre as relações de poder que emergem no cenário urbano a partir da luta cotidiana pelo direito à cidade, construída pela sociabilidade de sujeitos coletivos que residem em espaços de ocupações urbanas.

Portanto, se faz necessária a superação da “concepção, iconoclástica e pessimista, que se firmou nos tempos modernos” de revolução, obstaculizando “a ponte que poderia uni-la à vida de todo dia e ao sonho no reencontro transgressivo e revolucionário de ambos” (MARTINS, 2000, p. 92). Para adensar o debate, passamos na sequência, a discutir as noções de direito à cidade, a partir das contribuições de Henri Lefebvre.

### 3.2 O Direito à Cidade sob a perspectiva de Henri Lefebvre

De repente, atravessando o céu, irrompem, aos nossos olhos de todo dia, majestosas construções, cujas vidraças espelhadas refletem não apenas a imagem do operário no andaime, como o fruto do seu trabalho apropriado por outras mãos. Num lapso, quase que de suspensão da vida programada, planejada e coisificada, podemos entoar os versos de Vinícius de Moraes e desenhar a cena em poesia: *“De fato, como podia. Um operário em construção. Compreender por que um tijolo valia mais do que um pão?”*

A cidade enquanto fonte de privação é também a de realização da vida, comportando em si interesses antagônicos consonantes com o modo de produção capitalista e suas necessidades no que tange a reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 2008).

Isto pressupõe pensar a conformação do espaço urbano, enquanto palco de tensões e conflitos, permeados por disputas políticas, econômicas, sociais e culturais que obscurecem “sua contradição fundamental que reside na reprodução do espaço no capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 35).

Posto isso, se faz necessário o retorno imediato à vida cotidiana e suas variadas expressões, compreendendo-a enquanto cenário em que se manifestam processos de alienação, submissão e consenso na mesma proporção em que são travadas as lutas, as rebeldias e a contestação, como veremos nas imagens abaixo:

**Imagem 21:** Sentidos e significados do viver cotidiano



OPSM - Rosa, 2021.

Ora, o espaço se apresenta aos nossos olhos (aos olhos de todo dia) como terreno homogêneo, planejado, compartilhado por subjetividades aparentemente coesas, capazes de co-habitar em perfeita harmonia, ocultando as limitações das ideologias dominantes e do próprio Estado em “fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas” (LEFEBVRE, 1991, p. 80).

A realidade presente na OPSM tem mostrado que as particularidades das desigualdades estruturais expressas na luta pelo direito à cidade se reatualizam, aprofundadas pelo avanço das políticas de austeridade econômica ditadas pelos organismos internacionais e materializadas por amplos segmentos do Estado.

Na atual conjuntura da América Latina, marcada pela ascensão do conservadorismo e da atualização da dependência imperialista, as políticas públicas e sociais (impactadas pela crise sanitária, enquanto uma das expressões de crise do capitalismo) e as diferentes estratégias de promover coerção e consenso, acabam por tornar

[..] inútil procurar racionalmente a diversidade: uma impressão de monotonia recobre essas diversidades e predomina sobre elas, quer se trate das moradias, dos imóveis, dos centros ditos urbanos, ou das áreas organizadas. O urbano, não pensado como tal mas atacado de frente e de trás, corroído, roído, perdeu os traços e as características da obra, da apropriação. Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocamento permanente. [...] A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não tem mais importância. (LEFEBVRE, 1991, p. 83)

A obra, expressão de subjetividade e criação, de domínio e transformação da natureza, mediada pelo trabalho, cuja atividade é constitutiva do ser social (MARX, 2013), perde o sentido na relação simbiótica de criador e criação. Uma vez que, num modo de produção que promove a segregação e a fragmentação do espaço, assim como a espoliação da vida urbana, este acaba por impor-se sobre os sujeitos “como potência estranha” (CARLOS, 2017, p. 33).

Nesta perspectiva, se torna indispensável a adoção de um “direito à cidade” que

[...] legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim: do “homem”) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou a reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário!” [...] implica e aplica um conhecimento que não se define como “ciência do espaço” (ecologia, geopolítica, equística, planejamento etc), mas como conhecimento de uma *produção*, a do espaço. (LEFEBVRE, 2008, p. 32-33)

Contudo, é preciso ter clareza da dupla dimensão que abarca os processos de segregação vivenciados pela classe trabalhadora no que tange a sua presença, apropriação e produção do espaço no contexto urbano. A primeira dimensão se materializa a partir da negação do acesso a equipamentos sociais e infraestrutura urbana presentes nas grandes cidades e capitais, compreendidas nessa sociedade como direitos de cidadania. Já a segunda, expressa em si um projeto societário de conservação da propriedade privada, exploração da força de trabalho alheia e soberania do valor de troca em detrimento ao valor de uso, utilizando-se de inúmeras estratégias que conferem aparente naturalidade a estes processos.

E aqui está a dupla dimensão que insistimos em apontar: além de conservar os valores do modo de produção capitalista, espalhando-se por todo globo terrestre, ao mesmo tempo, a segregação expressa a negação da vida urbana, da obra civilizatória “transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 118), compreendida como estratégia que reatualiza os processos de alienação. Ora, se entendemos que “o urbano reúne [...] enquanto forma, trans-forma aquilo que reúne (concentra)” (LEFEBVRE, 2019, p. 190), apartados dessa realidade, como poderá a classe operária “se tornar agente, o portador ou o suporte social dessa realização” (LEFEBVRE, 2001, p. 118)? Ousamos responder: transcendendo a cotidianidade. E, portanto, faz-se necessário apontar as contradições que a conformam.

Nessa perspectiva, o Relatório das Cidades Mundiais de 2016, desenvolvido pela ONU Habitat, destaca que: “o atual modelo de urbanização global é insustentável”, apontando ser necessária a criação de “novos padrões para responder a desafios como desigualdades sociais e a proliferação de favelas, especialmente nos países em desenvolvimento” (ONU, 2016, p. 4).

Destaca-se, no entanto, que os locais considerados como favelas<sup>57</sup> são as possibilidades materiais que os segmentos populares encontram como alternativa de habitação. Se faz necessário esse adendo, considerando para o fato de que tal estratégia - ocupação de locais considerados irregulares e até mesmo insalubres - se dá em virtude do acirramento das contradições engendradas pelo capitalismo (ENGELS, 1985), que se materializam no âmbito das cidades, assentadas em múltiplas formas de exploração. Dessa maneira:

*As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas, elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado, essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder no espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, e estratégia, a ação do próprio Estado. (LEFEBVRE, 2008, p. 57)*

Esta realidade se propaga por todo globo terrestre. O que à primeira vista, sugere a homogeneização das questões particulares de continentes, países, territórios e populações. Porém, sob um olhar mais atento e norteado pela teoria social crítica, veremos que tais particularidades se expressam como pano de fundo que permite unidade à luta de classes.

Luta esta que se faz presente nos locais mais recônditos e isolados, socialmente produzidos e, portanto, fruto das desigualdades promovidas pelo modo de produção no qual está assentada a geração da riqueza nesta sociedade. Portanto, estamos de acordo, no que tange a produção do urbano, de que não se trata de “localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função [...] trata-se de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado (LEFEBVRE, 2008, p. 22). Ou seja, percurso claramente diferente do que temos visto na modernidade:

Nesse processo, o cotidiano passa a ser o lugar da reprodução expandida do capital e o lugar da realização das alienações impostas pelo desenvolvimento da lógica da valorização que precisa dominar todos os

---

<sup>57</sup> Favela pode ser definida como aglomerados subnormais destinados à habitação a partir da ocupação de espaços públicos e privados, cujo padrão arquitetônico é considerado irregular. (IBGE, 2019)

espaços-tempos da vida. Essa racionalidade impõe a presença do “mundo da mercadoria” com sua lógica, sua linguagem e seus signos em todos os lugares (sob o controle direto ou indireto) através da ação da mídia, da norma e da vigilância, objetivando assegurar a reprodução das relações capitalistas na totalidade do espaço. (CARLOS, 2017, p. 42)

Considerando as tendências contemporâneas do capitalismo, é notória a retração do Estado sob a ofensiva neoliberal no que tange ao conjunto de respostas direcionadas à mitigação das expressões da questão social. Estas por sua vez, percebidas nas altas taxas de desemprego e informalidade, no trato de cariz econômico atribuído ao direito à cidade, tornando cidadãos em consumidores unicamente responsáveis pelo acesso a direitos constitucionais e humanos, entre eles, a moradia.

E neste sentido, o espaço “sendo lugar e meio da prática social na sociedade neocapitalista (isto é, da reprodução das relações de produção), assinala os seus limites” (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas - de abrangência universal - no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento dos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. (IAMAMOTO, 2015, p. 197)

Não negamos os avanços, a exemplo da luta pela “reforma urbana”, muito menos teceremos críticas vazias às conquistas travadas em meio ao cotidiano de lutas que emergiu num contexto totalmente adverso, como vivenciados pela conjuntura marcada pelo autoritarismo, assassinatos e perseguições políticas da ditadura civil militar nas décadas de 1970 e 1980. Porém, é preciso ter cuidado ao reiterar “certas ideologias”.

O “direito à cidade” enquanto ideologia, ideia, perspectiva, movimento, se faz presente nas discussões de movimentos sociais, partidos políticos, coletivos organizados e nos espaços formativos. Isso não comporta novidade alguma. O “direito à cidade” também possui status jurídico, está posto em leis, normativas, programas e projetos habitacionais. Alguns “visionários” dirão: que maravilha!

De fato, pautar a luta pelo direito à cidade na esfera política, nas instâncias de

decisão e de poder, sejam elas mediadas por ações estatais ou não, é uma conquista inegável, tendo em vista o passado de exclusão e de segregação da história brasileira na produção e conformação do espaço. Contudo, tais lutas não podem ser dissociadas da disputa por mudanças estruturais na esfera da produção econômica, colocando em xeque as relações de exploração, a apropriação privada da riqueza produzida socialmente, sob pena de reduzirmos o direito à cidade à emancipação política ou ainda, compreender as lutas pela sua afirmação restritas à esfera do Estado e das políticas sociais. Na direção dessa crítica, aponta Iamamoto (2009, p. 244) :

O que permanece oculto nessa lógica de análise são as condições sociais e materiais da produção capitalista no país, tidas como um dado, cabendo lutar por uma distribuição mais equitativa da riqueza, pela intermediação do Estado, tendo na universalização das políticas sociais a sua culminância. Mais uma vez, por rotas não desejadas e não previstas, o debate marxista no Serviço Social pode recair no velho dilema da economia política clássica: o primado da distribuição sobre a produção, ambas apreendidas como dois mundos paralelos, sendo a distribuição o nódulo das controvérsias porque a produção é vista como 'regida por leis naturais eternas, independentes da história' (...).

Mas então, se temos consciência desses aspectos, se tecemos uma análise crítica acerca da realidade, que horizonte de superação nesta sociedade - tanto Marx como posteriormente Lefebvre - insistem em apontar? Eis que nos encontramos numa encruzilhada. Os caminhos sugerem escolhas: o imediatismo das necessidades básicas, o conformismo frente ao abismo de possibilidades e impossibilidades. A luta pela via da reforma, a conquista pela via da revolução. Como demarcar um denominador comum entre tantos "nós críticos"?

Netto (2013) dirá: reforma e revolução. Quanto a isto, estamos de comum acordo, pois é preciso avançar em reformas estruturais, que possibilitem acesso a direitos, como estratégia de organização política e arregimentação de forças na luta da classe trabalhadora. No entanto, nas entranhas deste processo, nos deparamos com ardis e entraves, tais como os limites históricos do reformismo pautado na conciliação de classes, entendendo que:

É justamente pela tomada da consciência espacial que as populações de determinadas áreas da cidade reconhecem a espoliação espacial urbana a que estão sujeitas e passam a lutar não apenas para sua inserção (sem negá-la) como consumidores nesta sociedade, mas pela superação dessa condição, buscando homogeneizar a produção e consumo socioespacial. (ALVES, 2017, p. 171)

No entanto, Marx (2008) foi enfático na defesa da abolição da propriedade privada, raiz da exploração do trabalho. Lefebvre (2019) nos diz que fora a revolução, só nos resta o reformismo. Portanto, na dinâmica histórica da sociabilidade capitalista, entende-se ser necessário explorar as contradições postas no movimento do real, avançando em conquistas processuais, sem perder a direção social estratégica da emancipação humana, considerando os limites da própria emancipação política, como bem lembra Marx (2010) em seus escritos da juventude. Se o direito à cidade supera a dimensão individual, reduzida ao poder monetário de compra; se está intrinsecamente relacionado à apropriação da riqueza socialmente produzida, sob a égide de uma sociabilidade radicalmente contrária às estruturas vigentes do atual modo de produzir; se está amplamente vinculada à luta anticapitalista, expressa na construção de uma sociedade livre de opressões e explorações, indagamos: Como defender a “função social de propriedade” sem correr o risco de negar a tradição que rege o presente estudo, legitimando por assim dizer os valores fundamentais da sociedade burguesa?

Para Carlos (2017), no presente discurso, estão encobertas as seguintes considerações:

a) processo que tornou a propriedade uma potência estranha - automatizando a obra social da existência humana; b) o fetiche que transforma os homens em coisas através da expropriação consentida; c) a condição da força de trabalho tornada mercadoria e sua posição de consumidora de bens e serviços; d) a função ideológica da propriedade como mecanismo que mantém o mundo tal qual é, portanto, invertido: o mundo no qual as coisas dominam os homens. Desse modo, há nestas análises um bloqueio ao pensamento crítico capaz de revelar o conteúdo que suporta as relações entre possuidores, trazendo como decorrência o acesso diferencial à cidade e à vida urbana. O saber técnico torna-se força produtiva. E o “direito à cidade” se transforma em ideologia. (CARLOS, 2017, p. 51)

Nesta seara, é preciso demarcar: quanto mais se amplia a proximidade com a luta dos sem teto, buscando maior vínculo orgânico junto ao MTST através do exercício profissional em Serviço Social, mais se percebe os inúmeros “nós críticos” postos na realidade e no cotidiano. Os quais mostram a necessidade de ser apreendidos pela razão dialética, aquela que retorna ao real concreto, em suas múltiplas determinações. Como ressalta Marx (2015): não para contemplá-lo, mas para transformá-lo, num movimento crítico-reflexivo construído em conjunto com os sujeitos que lutam e resistem.



Eis um grande desafio que marca a inserção dos/das assistentes sociais no âmbito dos movimentos sociais, com vistas a construção de processos educativos e emancipatórios, como serão discutidos no item posterior.

Se o urbanismo surge enquanto “ciência” - e Lefebvre (2019) tece duras críticas, das quais não abordaremos neste momento - promovendo o reordenamento das cidades, desenhando um tipo de planejamento urbano, construindo cidades e modos de viver cartesianos, fragmentados. Questionamos: como materializar os pressupostos ético-políticos que fundamentam o trabalho dos/das assistentes sociais, numa perspectiva revolucionária?

Ora pois, se a cidade perde seu caráter pedagógico, didático, de encontros e satisfação da vida e a virtualidade “implode a obra, a criação”; se os espaços antes considerados “improdutivos” acabam por ingressar nas esteiras da mercantilização reprimindo pontuais sociabilidades que surgem como fagulhas de esperança. Como romper com as estruturas que condicionam a cidade à esfera do consumo, tornando-a mercadoria inacessível à classe trabalhadora?

Nessa direção, apontamos a relevância da concepção de cotidiano em Lefebvre, a qual fornece densidade crítica e estratégica na luta e organização política das ocupações, tendo em vista que o mesmo pode ser compreendido como:

[...] um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão - produtos e obras - passividade e criatividade - meios e finalidades etc), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). (LEFEBVRE, 1991, p. 19-20).

Destaca-se ainda, a potencialidade da articulação entre urbano e cotidiano, considerando as ações do MTST, uma vez que partem do espaço concreto, permeado por “gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentido [...] contradições e conflitos entre desejos e necessidades” (LEFEBVRE, 2019, p. 198) que se expressam no miúdo da vida. Portanto, a vida real não fragmentada, composta por lutas e resistências não se enquadra numa redução abstrata do cotidiano, que posteriormente se torna concreta, promovida pelos planos e projetos arquitetônicos, como bem refere Lefebvre (2019).

Nessa perspectiva, quem faz de uma ocupação o local de moradia, deposita

ali não apenas necessidades, deposita também sonhos e esperanças que se constituem através da organização e participação na conformação do espaço enquanto produção social:

Os ocupantes são orientados pela coordenação do movimento a construir pequenos barracos de lona plástica e madeira. Uma vez integrados na ocupação, são incluídos em um subgrupo numericamente identificado (G1, G2, G3, etc.), que variam entre 200 e 500 barracos, de acordo com o tamanho da ocupação. No grupo são organizados espaços e atividades coletivas, tais como a cozinha comunitária, a trilha (grupo de ronda noturna), mutirão de limpeza, os banheiros coletivos e a eleição de representantes. Além disso, os ocupantes são chamados a participar das assembleias do acampamento - inicialmente diárias - e das mobilizações necessárias junto ao governo para reivindicar a posse do terreno e recursos para a construção das casas. Ou seja, há uma vivência comunitária e social bastante intensa nas ocupações. (BOULOS, 2016, p. 3)

Em breve análise dos dados obtidos nos formulários de cadastro dos residentes da OPSM (MTST RS, 2020), contando com as variáveis gênero, raça/cor, trabalho e renda, verificamos a presença majoritária da população negra<sup>58</sup>, evidenciando o racismo como estruturante das desigualdades sociais.

Neste segmento, encontramos na sua maioria, mulheres responsáveis pelo sustento da família, habitando a ocupação com os filhos. Parcela significativa destas desenvolve atividade laborativa enquanto recicladoras, como domésticas e/ou em serviços gerais de limpeza sem vínculo trabalhista, bem como são beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF). Destaca-se que não estão e/ou não foram atendidas por qualquer programa habitacional. Possuem histórias de vida distintas, cujo nexos que as une se faz presente na luta cotidiana: primeiro por habitação (com forte sentimento ligado à dignidade), segundo por melhores condições de vida para si e seus dependentes, como se apreende em depoimento obtido na pesquisa:

Uma vida digna pra mim é eu deitar e saber que aquilo ali é meu. Que eu não vou correr o risco de ser despejada a qualquer momento. É o meu filho ter uma saúde, o direito a ter um posto, o direito a uma escola. Porque a gente não tem uma estrutura. A gente dorme aqui e eu fico pensando: pô, daqui a pouco a gente pode ser reintegrado. E eu acho que se a gente conseguir uma moradia, um teto, né... ia ser bem melhor. Porque a dignidade está acima de tudo. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

---

<sup>58</sup> Conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população negra é composta por pessoas que se autodeclararam pretas e pardas (BRASIL, 2017).

Adentrar neste universo de condições precárias e modos de vida distintos requer a articulação de categorias teóricas capazes de, inicialmente, desvelar a realidade posta no cotidiano e, posteriormente, fortalecer e propor estratégias que melhor traduzem os sentidos da luta pelo direito à cidade. E nesta trilha, partimos do pressuposto que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 2001, p. 113)

Portanto, o que se faz presente no cotidiano das famílias politicamente organizadas é o grau de complexidade das desigualdades vivenciadas – em suas dimensões de violações de direitos, mediações de gênero e raça - somado às precárias condições de vida dos residentes da ocupação.

Acrescido a isso, tem-se a regressão dos direitos sociais, amplificada pelo alto índice de desemprego e vínculos precarizados e/ou informais de trabalho. As demandas mais elementares da vida, acabam por se engendrar na solução de necessidades básicas, como alimentação e moradia, - obscurecendo, mas não inviabilizando - a possibilidade de propostas interventivas para além da imediatividade da vida. Portanto,

(...) é no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História - o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Este anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível. (MARTINS, 2000, p. 63)

Nesta perspectiva, precisamos aprofundar e se apropriar de uma vez por todas do que Lefebvre (2019) aponta enquanto crítica *da vida cotidiana*. Ora, se estamos impregnados pelos valores da sociedade burguesa, se vivemos uma realidade espoliada da vida urbana; se estamos alienados da obra e da criação, se os encontros e festas são mediados pelo fetichismo da mercadoria, como aprofundar e se apropriar de uma crítica da vida cotidiana se aos nossos olhos, essa mesma

vida se apresenta como acrítica, num constante vir a ser do que por outros é determinada?

Seria, portanto um caminho, o pensar a crítica da vida cotidiana, justamente por aquilo que está presente - de maneira escandalosa na exploração nossa de cada dia e na usurpação da vida urbana -, expressas nos estranhamentos comuns, nas inquietações mais íntimas, no rompimento com a lógica formal/cartesiana, fragmentada e parcelada? E, assim sendo, como tornar possível tal construção, uma vez que as necessidades imediatas da vida comum e real, surgem prenes de urgências, respondidas com a mesma velocidade com que aparecem, obscurecendo os processos reflexivos que lhes são inerentes?

Ou seja, é preciso fortalecer uma perspectiva crítica que faça um movimento de negação do “corpo submetido à disciplina do processo de trabalho” uma vez que compreendemos estar ele subordinado não mais “à própria inteligência e à própria imaginação de quem trabalha”, mas cativo “à lógica e ao “modo de pensar” da coisa morta que é o capital” (MARTINS, 2000, p. 88). No final das contas: com o que nosso pensamento é povoado quando não precisamos responder às questões referentes a este trabalho do qual somos alienados? *“Ela imagina e sonha”* (MARTINS, 2000, p. 88).

E por que faz isso? Porque, apesar das inculcações externas (do qual todos nós somos impactados), no campo das subjetividades e dos pensamentos comuns, os sujeitos que lutam por melhores condições de vida, sonham com a casa, com o teto e com o lar. Sonham com as conquistas fundamentais para a produção de uma vida digna, uma vez que a dignidade (nesta sociedade) é atravessada pela determinação espacial, pela comprovação de moradia, pela propriedade residencial.

E nessa abstração da realidade, permeada por sonhos e esperanças, a compreensão das expressões de desigualdades e de resistências sociais - na urgência da vida cotidiana - podem permanecer veladas, sobretudo pelo cariz de trato econômico presente nas políticas públicas e sociais, nas relações familiares, comunitárias e trabalho. Portanto, as experiências presentes na realidade de luta do MTST e da OPSM tem exigido em

[..] primeiro lugar, a mencionada confrontação entre a ideologia urbanística e a prática urbana dos grupos e classes sociais; em segundo lugar, a intervenção de forças sociais e políticas; em terceiro lugar, a liberação das capacidades de invenção, sem abrir mão de um utopismo que se avizinha do imaginário “puro”. (LEFEBVRE, 2019, p. 154)

E nesta seara, o desafio que se coloca no tempo presente é justamente produzir uma reflexão crítica que parta do real, mas que não se deixe conduzir pelas artimanhas e necessidades do capital. Que faça sentido aos sujeitos que resistem e que possam, ao mesmo tempo, fortalecer os sonhos, as esperanças e forças coletivas,

Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instaura o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado. A reflexão crítica transgride os limites entre as ciências especializadas da realidade humana. Ela esclarece as explicações práticas dessas ciências. Ela indica a emergência e a urgência de uma prática social nova, que não mais será a da “sociedade industrial”, mas a da sociedade urbana. [...] Confrontando o real e o possível (que também é “realidade”), ela tira conclusões, sem por isso exigir um objeto e um sujeito, um sistema ou um domínio fixos. [...] A prática social a ser desenvolvida, a da sociedade urbana, não tem, salvo imprevistos, quase nenhuma relação com o que atualmente se chama de *urbanismo*. (LEFEBVRE, 2019, p. 156)

Portanto, abordar as refrações da questão social expressas na luta pelo direito à cidade é adentrar por espaços circunscritos pelo estigma da marginalidade e da criminalização. É percorrer por lugares cujo cotidiano está repleto de desafios e possibilidades, trazendo consigo as necessidades e demandas mais elementares da sobrevivência humana: alimentação, moradia, saneamento básico, emprego, renda, como verificamos nos registros a seguir:

**Imagem 22:** Trabalho



OPSM - Rosa, 2021.

É adentrar no campo da subjetividade, dos sonhos e das esperanças que ganham contornos nos barracos feitos de lona, na luta pela conquista da casa, do teto, do lar. É estar frente a iminência da violência estatal, da remoção, do assédio e dos constrangimentos que trabalhadores e trabalhadoras sem teto vivenciam enquanto moradores de uma ocupação urbana, como podemos verificar no depoimento a seguir:

A gente ficou na Ocupação Progresso por quatro anos. A gente veio a ter o despejo e foi muito triste. É horrível a gente ser despejado, sem direito a nada. Nem direitos humanos. Não teve ninguém do Conselho Tutelar por conta das crianças. Apenas o choque (polícia) intimidando, nos correndo, nos empurrando, mandando nós sair. Esse momento de reintegração que a gente teve, pra mim foi bem marcante, porque meu pai tinha acabado de ter um AVC e ele não tinha movimento. E a gente conseguiu uma cadeira de plástico pra carregar ele nesse despejo. E foi bem desumano. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Considerando a realidade presente no cotidiano da OPSM, passamos na sequência, a compreender como se dá a participação e a organização política dos sujeitos que nela residem, a partir das ações desenvolvidas e propostas pelo MTST na luta pelo direito à cidade em POA/RS.

### **3.3 A organização política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto sob o olhar das Mulheres Sem Medo**

A atuação do MTST no RS inicia em 2015 com a ocupação de uma Área Especial de Interesse Social (AEIS)<sup>59</sup>, que anteriormente abrigava a Ocupação Cruzeiroirinho - violentamente removida pelo aparato policial do Estado (HAUBRICH, 2015). Para além das ocupações urbanas, o MTST realiza trabalho comunitário nos territórios em processo de remoção e reassentamento, pautando na esfera pública às reivindicações da população e fortalecendo a participação das famílias na luta pelo direito à cidade. Também estabelece parcerias com diferentes atores sociais, entre eles Universidades, Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais<sup>60</sup>,

<sup>59</sup> As ZEIS e/ou AEIS são “zonas urbanas destinadas ao uso habitacional [...] e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Devem ser criadas por lei (Plano Diretor ou outra lei municipal) [...] destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda” (BRASIL, 2009, p. 17-18).

<sup>60</sup> Atualmente está em parceria com a Faculdade de Arquitetura da UFRGS, através do Projeto de Extensão “Práticas Urbanas Emergentes”, Amigos da Terra Brasil e Amigos da Terra Europa, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e coletivos organizados nos territórios da Vila Nazaré, Condomínios Bom Fim e Irmãos Maristas.

assim como luta pela soberania alimentar na articulação entre campo e cidade.

A organização de campanhas nacionais para arrecadação de alimentos, tais como: Periferia Sem Fome (2019) e o Fundo de Solidariedade aos Sem-teto Atingidos pelo Coronavírus (2020) também são ações planejadas pelo movimento como estratégia de enfrentamento à fome e aos impactos da crise decorrente da pandemia de COVID. Além da estruturação de cozinhas comunitárias nos territórios de atuação, entre eles os Condomínios Nosso Senhor do Bonfim no bairro Sarandi e Irmãos Maristas no bairro Mario Quintana.

O MTST também está inserido em espaços institucionais com representação no Comitê Popular em Defesa do Povo e Contra o Coronavírus e no Comitê de Solidariedade em Defesa da Democracia, além de estabelecer parcerias junto aos conselhos profissionais e de direitos, bem como com demais organizações políticas buscando unidade nas ações e jornadas de luta em todo território latino-americano.

É importante destacar que o movimento não se restringe à luta por moradia: também se vincula às ações políticas em prol da melhoria do acesso a bens e serviços na perspectiva da garantia de direitos e, especialmente na direção da disputa pela apropriação do espaço enquanto produção social. Em sintonia com a luta anticapitalista, as ações do MTST sustentam-se na concepção do direito à cidade enquanto espaço de criação, de convívio, de outra sociabilidade que não se adequa aos espaços privados, como os luxuosos apartamentos localizados nas zonas nobres da capital. Muito menos, aos minúsculos conjuntos habitacionais do PMCMV<sup>61</sup>, principal política habitacional implantada nos governos de coalizão de Lula e Dilma.

A OPSM resiste há três anos denunciando o descaso do poder estatal com a questão da moradia popular, processo este agravado pelos impactos da pandemia de COVID-19, sobretudo no que tange aos aspectos socioeconômicos, expressos no desemprego, na queda da renda, na situação alimentar e na ausência de perspectivas e esperanças como apontado no relato abaixo:

---

<sup>61</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida foi um programa habitacional, criado em 2009 na gestão do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A minha vida mudou muito com a pandemia, nossa. Praticamente a vida da gente parou, né. Tu não consegue nem emprego. De uns anos pra cá a coisa era mais ou menos, mas agora tudo tá mais difícil. Piorou em vários sentidos. E essa pandemia também pegou todo mundo de surpresa, algo que ninguém esperava, né. Tirando isso também tem outras coisas. Tá tudo muito caro. Tu vai hoje no mercado com 50 ou 100 pila e tu não compra quase nada e tá cada dia pior. Não sei onde a gente vai parar desse jeito. Daqui um dia a gente não come mais. Do jeito que tá a crise é isso. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Na atualidade, a ocupação é composta por idosos, homens, mulheres, jovens e crianças cuja renda familiar é obtida com a coleta e venda de materiais recicláveis, como também através do trabalho informal enquanto domésticas, cuidadoras e babás e por trabalhadores precarizados da construção civil. Em suma, pessoas que estão na condição de sem teto, provenientes da informalidade laborativa decorrentes do desemprego estrutural e da desproteção do trabalho, beneficiários de políticas públicas de transferência de renda, cujos recursos financeiros não atendem às suas necessidades humanas de forma satisfatória, como veremos no depoimento a seguir:

No momento agora eu não tô trabalhando, eu tô só no auxílio, né. E quem me ajuda é meus filhos. O que tá morando comigo cata papelão. Ele ainda não conseguiu serviço assim, nas empresas. E a menina que me ajuda também. Eu tenho só esse Bolsa Família, só. É pouquinho mas já ajuda, porque quem me ajuda mesmo é meus filhos. Eu tô sem serviço. Até eu tava falando com a vizinha que eu queria tanto trabalhar, sabe? Eu não gosto de estar parada. Hoje minha filha saiu e ela disse assim: “tu não faz nada”. Ah não? Então tu vai ver quando tu chegar (risos). Já lavei toda a roupa dela e agora eu vou lavar o chão. Eu faço tudo. Eu não tenho e não mido esforço. Qualquer serviço eu vou, sabe? Pra mim não tem. Tem gente que diz: “ai tu já tá idosa”. Eu não tô idosa. Eu não me sinto idosa. Eu pra mim tudo é serviço, porque a minha mãe me ensinou assim, né. Então eu quero continuar assim. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Neste sentido, as expressões da questão social, compreendidas enquanto objeto de intervenção profissional dos/das assistentes sociais, e portanto uma das dimensões constitutivas dos Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2017), desafiam uma análise dialética que articule singularidade e universalidade, apreendendo o cotidiano dos acampados como espaço de disputa de consciência e de organização política. Logo, a questão social, nos diferentes espaços de trabalho dos/das assistentes sociais, consiste em “elemento fundamental na relação entre profissão e realidade” (YAZBEK, 2001, p. 33), pois permite apreender a dimensão estrutural das desigualdades sociais.

Entendemos que a gravidade do contexto pandêmico tende a obscurecer as



possibilidades de mobilização e de participação popular, exigindo a construção e a materialidade de ferramentas coletivas de luta que privilegiem o protagonismo e a autonomia dos sujeitos.

Para fins desse debate, entendemos por *organização política*, as diferentes estratégias adotadas pelos sujeitos coletivamente organizados na inserção de pautas/demandas de classe que extrapolam a dimensão privada da vida para a esfera pública. Também está relacionada ao protagonismo dos sujeitos na organização e mobilização popular compreendendo as contradições estruturais e as possibilidades objetivas de participação política na sociedade burguesa.

Dessa maneira, está presente nos processos reflexivos sobre o cotidiano da ocupação e da realidade social, na aprendizagem e aquisição de conhecimento para o engajamento político, na mobilização para a gestão da ocupação, na participação das instâncias de decisão e planejamento do MTST, nos espaços de coordenação da OPSM e na incidência em esferas de controle social e demais organizações políticas.

Portanto, num país cuja construção sócio histórica é erigida sob bases econômicas que conformam padrões de desenvolvimento dependente (FERNANDES, 1975), inúmeras expressões da questão social se fazem presentes nas dinâmicas do urbano. Processos que atendem aos interesses de acumulação e de reprodução do capital e estão presentes tanto no modo como organiza, como na forma em que produz e se apropria do espaço, atribuindo funcionalidades econômicas a todas as esferas da vida cotidiana.

E nessa perspectiva, a luta pelo direito à cidade não se restringe a determinado contexto geográfico. Ela se capilariza nos reiterados processos de exclusão e segregação que se perpetuam e se reatualizam sob novas facetas, como podemos observar no processo de remoção e reassentamento das famílias residentes na Vila Nazaré.

Próxima à OPSM e localizada na zona norte da capital, a comunidade era composta por 5 mil famílias que residiam na área por volta de 60 anos. Em decorrência da ampliação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho e atendendo às promessas de maior desenvolvimento econômico para

a capital, a iniciativa privada e a gestão municipal têm promovido diariamente inúmeras violações de direitos humanos, como demonstra o relato a seguir:

A vila lá tá um desastre. Escuridão, escuridão. Um monte de prego, lixaíedo. Tá feio. A minha irmã que continua lá, tá com a água fraquinha, até a luz vai e vem. Eles disseram que não vão arrumar se faltar duma vez. Isso que ela também tá na lista (em referência às famílias cadastradas para o processo de remoção). Nem ela trouxeram e mais um monte de gente. A Caixa que tá trancando. Por que eles não liberam o pessoal? (TUANI, militante do MTST, 2021)

A empresa alemã Fraport AG Frankfurt Airport Services responsável pela administração do Aeroporto, cujo contrato estabelece a “construção de um edifício estacionamento, a ampliação do terminal de passageiros e a extensão da pista”, tem incidido no processo de remoção e reassentamento da comunidade local, em conjunto com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB).

Ressalta-se que nessa relação simbiótica estabelecida entre a esfera pública e a privada, as estratégias de intervenção no espaço são dotadas de ações que obstaculizam a organização e a mobilização popular uma vez que a metodologia usualmente utilizada busca individualizar as demandas postas pela população.

Estas abordagens, além de responder pontualmente às necessidades de cunho estrutural, carregam em si como estratégia central o desmonte dos processos organizativos das comunidades, materializadas inicialmente na tentativa de cooptação de lideranças comunitárias e posteriormente pela via da violência e repressão policial, além do constrangimento e assédio realizado por profissionais vinculados ao poder municipal e/ou empresas que participam dos processos de cadastro, remoção e reassentamento das famílias.

Convém ressaltar que um dos loteamentos destinados aos moradores está localizado nos limites da cidade, a quilômetros de distância do local de origem. Já nas proximidades da Nazaré estão sendo implantadas indústrias e empresas de logística aeroportuária, os chamados “condomínios empresariais”. A área aeroportuária está conectada com importantes eixos viários e portanto, com a extensão da pista, o aeroporto terá condições de receber grandes aviões de carga, aproximando as empresas sediadas no extremo sul do Brasil ainda mais do mercado global (MELLO; NODARI; LERSCH; ROVATI, 2019).

As principais mídias alternativas e organizações não governamentais mundiais buscam alertar o descaso do poder público e do capital internacional com as vidas dos sujeitos que ainda residem no local:

Pouco depois de assumir a propriedade do aeroporto, a Fraport contratou a polêmica empresa de despejo Itazi - que havia sido anteriormente investigada por despejos abusivos em São Paulo - para começar a bater na porta das pessoas e informá-las sobre a extensão planejada da pista e os próximos despejos. Essas visitas eram frequentemente acompanhadas pela polícia. Ofereceram às 2.000 famílias da Vila Nazaré negócios de relocação em dois locais de reassentamento diferentes, ambos longe da Vila Nazaré. [...] Em julho de 2019, o município começou a despejar famílias de suas casas, após o que os prédios foram destruídos por uma escavadeira, deixando os moradores restantes vivendo entre os escombros. (Amigos da Terra Europa, 2020, p. 7).

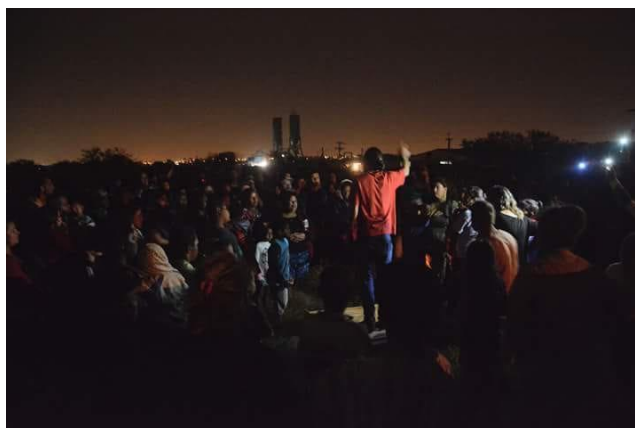
Apesar das pactuações entre Fraport e o governo brasileiro, a empresa que lidera operações aeroportuárias em grandes aeroportos do mundo, se recusa a arcar com as responsabilidades contratuais, relegando ao município e às famílias a incumbência pela remoção. A opinião pública - subsidiada pelas manchetes dos telejornais tradicionais - se mantém passiva frente a violência do processo de reassentamento e legitima a expulsão da pobreza para áreas distantes das zonas centrais, indicando o tipo de justiça socioespacial que o capitalismo tem a oferecer.

Nessa direção, é relevante considerar que:

[...] o movimento da reprodução da cidade se realiza como o negativo de seu sentido: obra civilizatória (produto histórico e social) impondo-se à sociedade como potência estranha. Nessa condição, o plano da prática socioespacial revela a cidade vivida como fonte de privação, percebida como estranhamento e, conseqüentemente, como fonte de conflitos. Desse modo, esse momento da produção do espaço urbano se elucida como movimento do processo de alienação que tem trazido à tona a luta pelo “direito à cidade”. (CARLOS, 2017, p. 33)

É por meio de ocupações a terrenos vazios - e que portanto não cumprem com a função social de propriedade - que o MTST organiza territorialmente as famílias. O trabalho comunitário subsidia as ações do movimento, tendo em vista que é a partir da proximidade com a realidade dos sujeitos, que verificamos as demandas presentes no cotidiano, demarcadas pelo ônus excessivo com aluguel, a coabitação familiar e a ausência de políticas públicas de moradia popular para segmentos que não se enquadram nas condicionalidades dos financiamentos imobiliários.

Reiterando a afirmativa: “enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito”:

**Imagem 23:** Noite da Ocupação

Sarandi, Zona Norte - Domínio Público, 2017.

Para essas pessoas, ocupar se torna uma estratégia de luta, trazendo visibilidade a questão da moradia como demonstra o depoimento de Iglea (2021):

Pra mim, morar aqui já é uma forma de luta muito grande. Por isso que eu tô aqui até hoje. Porque eu acredito na luta e a gente não pode desacreditar. Porque se a gente não lutar, não correr atrás e ficar sentado, a gente não vai adquirir nada. Às vezes eu falo para algumas pessoas: gente, invés de tá brigando, invés de tá apontando o fulano e o sicrano, vamos lutar. Vamos limpar nossa comunidade. Vamos dar um *up* aqui na entrada, vamos nos organizar mais. Vamos mostrar e tentar chamar a atenção de alguma maneira lá fora que a gente existe e que a gente tá aqui e tá precisando de uma moradia. [...] A gente tá muito quieto. A gente entrou aqui pra dentro e se acomodou. Já acha que é dono e proprietário, mas não é. Tem muita luta ainda. Não só aqui, porque agora com a obra sendo ampliada, a gente teme mais. De repente a gente pode ter uma surpresa. Pode ter um despejo, como não pode. Às vezes eu fico sentada aqui olhando... Que o povo não tá se dando conta que a obra tá andando e tá quase por terminar. E o que a gente tá fazendo? Tá esperando... A gente tem que tá junto, tem que tá forte pra esse dia (em referência a possibilidade de reintegração de posse). Aqui dentro a gente é um só. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021).

Como podemos verificar no relato, os anseios e angústias vinculados com a possibilidade de reintegração de posse circunda a vida dos sujeitos, influenciando o modo de viver e compreender a própria realidade, uma vez que - pela dureza da luta cotidiana - esta se apresenta repleta de esperanças, mas também preche de impossibilidades.

Imagem 24: Fé na luta



Barracão da OPSM - MTST, 2018

No conjunto de depoimentos coletados, a maioria das entrevistadas afirma que a luta por moradia é também composta pela situação de vulnerabilidade presente numa ocupação urbana, sendo esta uma estratégia política, que pauta para o conjunto da sociedade a questão da moradia popular e o direito à cidade. Entretanto, os sentidos atribuídos a perspectiva de luta apresentam distintas nuances como revela o depoimento de Lucinda (2021):

Não acho que é uma luta morar aqui, porque a gente tem que esperar. Se tu veio pra cá pra conseguir, tu tem que esperar e se ajudar. Assim, eu entendo que como vocês tão lutando, a gente tem que lutar junto, tem que guerrear junto. Ao meu ver é assim. Aonde tiver que ir a gente vai. Se for numa reunião, tem que ir na reunião. Se tiver que ir lá não sei aonde, tem que ir. Tem que lutar. Se tu quer uma moradia, tu tem que lutar. Se tu não se esforçar também, tu não vai ter a moradia, né? (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Para os segmentos mais pauperizados, o lar, a casa própria e o endereço são sinônimos de abrigo, segurança e estabilidade (YAZBEK, 2009), posto que é na privação da própria dignidade - o de se sujeitar a viver em precárias condições de vida e sob o julgamento da informalidade e violação da “propriedade privada alheia” - que as trabalhadoras sem teto proporcionam a si e à família “uma morada muito boa, apesar de ser numa ocupação” (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021). E para realizar a conquista da casa própria, estão sujeitas a toda sorte de privações, “chegando-se à convivência com a fome, moradia em abrigos inacabados e sem condições de habitabilidade” (YAZBEK, 2009, p. 131).

Enquanto residentes de uma ocupação, as mulheres sem teto buscam demarcar seu espaço no âmbito urbano. Marcado por sociabilidades distintas e

muitas vezes erigidas através das (im)possibilidades - de acesso a bens e serviços, de emprego e da própria moradia - a precariedade da vida surge como insumo para a elaboração de formas criativas de sobrevivência. Por criatividade, compreendemos a construção de estratégias que versam a participação de diferentes atores sociais, na organização das tarefas, na gestão das atividades e na solidariedade classista que emerge fora dos limites da OPSM. Vide exemplo da iniciativa do MTST no enfrentamento da fome a partir das “Cozinhas Solidárias” e no programa “Contrate Quem Luta” cujos trabalhadores sem teto são cadastrados e tem suas habilidades divulgadas pelo aplicativo WhatsApp ou ainda nas parcerias estabelecidas com outros movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

**Imagem 25:** A união entre campo e cidade



Barracão da OPSM - MTST, 2020.

Criatividade que se expressa nas estratégias construídas de enfrentamento à fome e ao desemprego, nas relações estabelecidas com o outro e nas formas de compreensão de dada realidade, posto que, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade, num cotidiano marcado pela “multiplicidade de alienações” o que traz unidade às falas é justamente o “protesto contra a vida desumanizada” (YAZBEK, 2009, p. 112), como podemos verificar na fala de Iglea (2021): “a gente tem que fazer barulho pra mostrar que a gente existe, que a gente resiste, que a gente luta e vai continuar lutando” (IGLEA, moradora da OPSM, 2021).

No conjunto dos depoimentos, observamos a constante menção à metodologia utilizada pelo MTST na construção do trabalho comunitário e na organização das ocupações urbanas, ou seja, para as trabalhadoras sem teto, a ocupação de áreas em situação ilegal (uma vez que não cumprem com a função social de propriedade), trazem materialidade aos valores e diretrizes que orientam às ações do movimento e acabam por construir junto aos sujeitos que resistem, vínculos de confiança mútua e processos reflexivos que articulam desigualdade e resistência, assim como a rebeldia e a transgressão, evidenciadas nos depoimentos a seguir:

Eu vim depois (posterior à noite em que a área foi ocupada). Eram só barraquinhos. O galpão também era de lona. Até eu dormi ali dentro do barracão (espaço de referência para atividades coletivas). E quando chovia enchia d'água (risos). Tinha que pegar e levantar a lona pra sair a água. Mas era muito bom, eu gostava, sabe? Eu gostava mesmo. Minhas irmãs diziam assim pra mim: “o que que tu quer lá naquilo lá? Tu vai ficar doente!” Eu dizia: ah tá, deixa eu ficar doente. Deixa assim (risos). Eu arrumei bastante amizade aqui e outra porque eu queria ter um terreno, um terreninho pra mim, né. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Eu vim através da minha ex-madrasta. Ela veio pra cá, conseguiu um cantinho aqui. Até fazia muito tempo que a gente não se via e conversando com ela expliquei minha situação, dizendo que vivia de aluguel e que não tava conseguindo pagar, estava com as crianças, né. Foi aí que ela me trouxe e eu entrei em contato com o MTST. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Participei das reuniões lá na vila e tivemos que largar (em referência ao ato de ocupar). E como eu sou curiosa e metida eu fui. Todo mundo foi pegando as varetas pras barracas, era um kit, né. E eu metida como sou, já fui alcançando os kits. Nem sabia quantos eram pra cada, mas fui só analisando que era só um, fui entregando e montamos lá. Minha irmã não sabia nem como montar, eu ajudei ela. Estendi a lona no chão e dormimos a céu aberto. “E as cobras?” Ela disse. Não vai ter nada. Joguei uns dentinhos de alho no chão (que é bom pras cobras, né) e dormimos. Fiquemo a noite toda lá. No outro dia que ajeitemo tudo direitinho e daí que conheci as meninas. Fui analisando e chegando devagarinho pra ver onde eu iria meter meu pé. [...] Quem não conhece acha que a gente tá lá só pra comer (em referência às refeições servidas na cozinha coletiva). Mas não. Quem não tem casa vai pra lá, porque é uma casinha que tu ganha, mas não vai ganhar de mão beijada. Vai demorar, mas uma hora tu ganha. É uma luta que tu tem que conquistar pra ti poder ter. Isso serve pra todo mundo. Conquistando essa luta a gente consegue tudo. A gente não vende terreno. A gente mostra o lugar e a pessoa constrói o barraquinho, fica e vai participando (em referência às atividades no âmbito da ocupação). Nada é vendido. Que nem as refeições: chegava de manhã cedo e a gente chamava pro café. No meio dia, pro almoço e de noite, a janta. Até era minha gurria que começava a gritar: “ó o café”. Foi muito boa a experiência, a gente faz bastante amizade e aprende muita coisa. (TUANI, militante do MTST, 2021).

Se faz necessário destacar os significados atribuídos às experiências vividas

em torno da construção da OPSM, sobretudo ao ato de ocupar e aos sentimentos que revelam pertencimento e protagonismo. Considerando a satisfação e a alegria com que narravam as atividades de participação e a ação prática de intervenção na produção do espaço, podemos inferir que tais processos acabam por conferir novos significados às suas histórias de vida, refletindo na maneira como compreendem as desigualdades e resistências sociais. E gradativamente o que podemos observar é a construção de:

[...] relações sociais e concepções, ideias, interpretações, que dão sentido àquilo que faz e aquilo de que carece. Reproduz, mas também produz, isto é, modifica, revoluciona, a sociedade, a base de sua atuação sobre a natureza, inclusive sua própria natureza. Ele se modifica, edifica sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas. (MARTINS, 2000, p. 117).

Em outras palavras: os sujeitos acabam por construir um modo de viver e de se relacionar com o mundo incorporando ao cotidiano valores societários, erigidos a partir das contradições presentes da vida e nos significados por eles atribuídos, ou seja, se vinculam inicialmente às organizações políticas da classe trabalhadora pela luta por moradia, por exemplo, mas na medida em que vão tomando consciência dos processos e dinâmicas sociais, acabam por desvelar a barbárie imposta pelo capitalismo, passando a compreensão de que:

É preciso intervir aqui e agora com os meios disponíveis e com os meios possíveis, mas sem perder de vista – e isto me parece o essencial – que qualquer ganho é inteiramente reversível e, portanto, enfrentar a Questão Social, aqui na América Latina, não é tarefa de quem se dispõe a entregar-se por algum tempo nas suas horas vagas. (NETTO, 2013, p. 105)

E nesta perspectiva, longe de assegurar que as mudanças societárias só serão passíveis através de manifestações criativas e ações práticas que buscam assegurar as condições à sobrevivência humana, é preciso reiterar cotidianamente o que estamos a combater. Isto é, estamos em constante luta para superar a ordem vigente, e conseqüentemente a sociabilidade burguesa, posto que o fetichismo utilizado pela classe detentora dos meios de produção busca encobrir e desqualificar “nossas necessidades pobres, nossas casas feias, nossos bairros caóticos, nossas crianças sujas, nossa saúde debilitada, nossa persistente alegria e disposição de viver, apesar de tudo” (IASI, 2014, p. 64), justamente numa realidade que traz significado para nossas vidas e para as lutas diárias. Uma vez que “são esses



desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento” assegurando que, “no vivido, a práxis é contraditória” (MARTINS 2000, p. 121). Nessa perspectiva, veremos tais processualidades nos depoimentos que seguem:

Nos primeiros dias fizemos barracos no chão, todo mundo. Depois no outro dia fomos armando as barraquinhas e aos poucos fomos proseando com o pessoal, me ajuntando com eles. Daí me escolheram como líder e cada família que vinha eu mostrava o lugar pra fazer os barraquinhos deles. Qualquer problema que dava eles corriam no meu barraco para me chamar. Às vezes nem em casa eu tava, mas eles já ficavam me esperando e eu ia lá com eles, ajudava e resolvia. Eu dizia pra eles: tudo o que eu aprendi com eles (MTST) eu conversava com os outros pessoal também, porque nós tamo na luta junto, vamos seguir juntos e não importa quem tem casa ou não tem (em referência às famílias que estavam chegando na ocupação). A gente vai ajudar aqueles que não tem pra gente seguir a luta. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Quando começou a ocupação aqui, eu cozinhava. Eu gosto de cozinhar e quando tem essas coisas assim (em referência às atividades coletivas) eu gosto de participar. Inclusive aqui em casa é mais eu que cozinho (risos). [...] Já fui num monte de coisas (risos e fazendo referência às ações de manifestação política). Já fui na Dique. Fui lá na rodoviária, que a polícia correu nós (risos). Fui parar lá na casa do Mujica (nome fictício). Corri um monte, guria. Eu nem sabia onde ele morava. A menina foi me procurar e eu já tava longe (risos). Ali na Dique a gente fez bastante também. Lá a polícia também apareceu e saiu todo mundo correndo, mas tava bom. A gente tava fazendo protesto pra moradia. (LUCINDA, 2021, moradora da OPSM)

Não é todo mundo que quer se comprometer. [...] Daí que o pessoal não tem muita responsabilidade pra esse tipo de coisa (em referência a algumas atividades coletivas). O pessoal da ocupação não tem o compromisso. Às vezes até alguns vem, faz um dia ou meia hora. Mas aqui, eu acho que o pessoal não é muito, não. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Neste sentido, percebemos nos relatos que a organização da vida cotidiana se dá através de diferentes mediações aos tipos de sociabilidades que vão se constituindo nos processos de resistências. Sendo assim, uma particularidade que precisa ser destacada é a percepção que cada entrevistada apresenta de si, enquanto mulher sem teto, responsável por tarefas e setores de organização dentro da ocupação e/ou nas ações territoriais do MTST:

Eu tento fazer da minha maneira às vezes. Daí não funciona. Às vezes tu quer levar o método de como que é. Daí dizem: “ah, isso foi lá atrás, isso não existe”. Mas é o método do MTST. É o movimento que tá com a bandeira aqui e o método deles é esse e não vai mudar porque eu quero. Eu quero que seja alho, vai ser alho, mas não. Se é cebola, vai ser cebola e a gente tem que andar dentro daquele critério ali do movimento. É exaustivo, mas ao mesmo tempo, às vezes eu chego em casa assim, de algumas coisas que acontecem que eu tenho que rir. Ou eu dou risada sozinha ou eu me ajoelho e entrego pra Deus. “Senhor, por que é tão difícil pro povo entender as coisas que a gente quer colocar, a gente quer ajudar,

mas o povo não aceita, não entende?” Assim como eles, eu também tô no mesmo barco. Tá todo mundo aqui no mesmo barco. (IGLEA, moradora da OPSM, 2021)

Eu participo no grupo da coordenação junto com o pessoal. E a gente realiza algumas atividades, como a limpeza do local (em referência à OPSM), entrega de cestas básicas e de alimentos. Não tenho nem palavras pra dizer, porque é muito bom poder ajudar. Igual a atividade com as crianças, eu achei muito boa. [...] Como coordenadora tu acaba tendo bastante responsabilidade. Eu até queria poder fazer mais, poder ajudar mais, mas... Estamos aí, tendo o MTST na luta, nos ajudando. Tem que ser tudo aos poucos. Aos poucos a gente chega lá. (TÁBATA, moradora da OPSM, 2021)

Eu me vejo como qualquer uma, né. Eu não sou melhor que ninguém. Acho que a gente tem que ser o que é. Não é porque eu vou vestir uma camisa que eu vou ser melhor que os outros. A gente tem que ser o que é e é assim que eu me sinto. Eu me sinto feliz tocando a cozinha aqui (em referência à cozinha comunitária no condomínio Irmãos Maristas). Se precisar tocar em outro lugar, eu vou. Que nem esses dias o fulano precisou e eu fui lá e ajudei. Foi tri. Cada um faz e tem seu jeito. Até troquei uma ideia com nossa amiga lá da ocupação, pra gente fazer um negócio lá (em referência a cozinha comunitária). Daí vamos conversar pra gente tocar também. Eu me sinto feliz, sabe. Fazendo as pessoas felizes, tá bom. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Eu sou uma pessoa assim: se eu sou tua amiga eu vou ser pra sempre tua amiga. Agora, se tu virar a cara e se tu falar de mim... Daí já não tem mais volta. Eu sou muito boa pra todo mundo. Se disser: “Ó fulana eu preciso de uma roupa”, eu dou prontamente. “Preciso de um café”, prontamente também. Mas eu sou assim, ajudo o que eu posso, mas também não me machuca porque já daí já perdeu a amiga. Eu não brigo, nem nada. Eu só me fecho pra sempre. Não tem mais volta. (LUCINDA, moradora da OPSM, 2021)

Apesar das diferentes narrativas apresentadas pelas mulheres entrevistadas, cujas trajetórias e vivências antecedem ao modo e as condições de vida, bem como a maneira como se organizam politicamente na OPSM, nos revelam que: “a individualidade que caracteriza as experiências de cada um deles é também aquilo que os unifica e os iguala” (YAZBEK, 2009, p. 136), ou seja, antes mesmo de atribuir a si a identidade de sem teto, estas mulheres - de uma maneira ou outra - já enfrentavam as desigualdades sociais e reivindicavam para si e os filhos o acesso às condições essenciais à vida humana, tais como: educação, transporte, saúde, trabalho e renda.

O que confere certo grau de ineditismo aos processos de luta vivenciados por estas mulheres é justamente o sentido posto à cotidianidade. Uma vez que a inserção de estratégias de enfrentamento e resistência sociais ultrapassam a condição privada e individual dos sujeitos, passamos a observar sua repercussão

nas percepções que constroem acerca da realidade social e na maneira de como incorporam estas estratégias coletivas de enfrentamento à vida cotidiana. Portanto, para estas mulheres as resistências sociais são compreendidas como

[...] um direito da gente, né. Da gente lutar por um direito que a gente quer, que é a moradia. Um lugar bom que tenha creche pras crianças. Que tenha colégio e que tenha respeito, né. Não adianta dizer que a gente vai ter respeito e vão tá mentindo, porque a gente vai ter que lutar igual pra conservar. Todas as coisas que a gente corre pra conseguir ter o que a gente quer, é uma luta que a gente ganha. Se tu correr e conseguir hoje, ganhar aquela luta ou mesmo que tu não ganhou, não pode baixar a cabeça, tem que seguir até conseguir ganhar. Não pode baixar a cabeça só. Sozinho o barco não anda. Tem que lutar todo mundo junto. Que nem: só uma andorinha não faz verão. **Se ajunta todo mundo que nem um formigueiro a coisa fica melhor.** (TUANI, militante do MTST, 2021)

Ancorados nesta compreensão e consubstanciados pelo referencial crítico presente no Serviço Social, defender e fortalecer a luta dos/das sem tetos enquanto processo social que congrega em si expressões da luta de classes é condição inalienável às ações profissionais. Para tanto é preciso a superação do imaginário messiânico (IAMAMOTO, 1992), tendo em vista que é a partir de intervenções pautadas numa perspectiva emancipatória que é possível uma análise crítica desta realidade que no confronto com os sonhos e esperanças, constrói os meios de luta para alcançá-los.

E reafirmamos tal perspectiva, justamente pela capacidade presente nas dimensões da competência profissional, que conferem uma legitimidade que não pode e não deve ser confundida exclusivamente enquanto militância política, desprovida de qualquer instrumentalidade, tornando-se “imprescindível recuperar os sujeitos políticos na totalidade da vida social” (PEREIRA, 2014, p. 133). Como podemos observar nos depoimento a seguir,

Começaram a dizer que precisavam de ajuda na cozinha. Disse que se precisassem eu tava ali, mas na hora de cozinhar eu tremia mais que uma vara verde. Por causa que era pra tanta pessoa assim. Daí eu ajudei a fazer e aos poucos eu fui aprendendo. Tinha bastante comida. E temo aí. E foi assim que eu aprendi a fazer bastante comida pro pessoal. Primeiro pra todo mundo e só depois que a gente começou a dividir os g (em referência aos grupos dentro da ocupação), cada um com sua cozinha. (TUANI, militante do MTST, 2021)

Os/As assistentes sociais, - além de materializar o compromisso ético-político com as demandas da classe trabalhadora na interface do trabalho desenvolvido em articulação com os movimentos sociais - agregam à sua intervenção profissional,

elementos, ou ainda, dados da realidade que não estão postos nas diretrizes presentes nas políticas públicas e sociais e nos espaços sócio ocupacionais, cuja conexão com o movimento do real é mediado por intensas e sucessivas disrupturas de uma realidade engendrada pelo modo de produção capitalista e pela reprodução das relações de produção.

Portanto, se torna primordial a compreensão de que:

[...] a *reforma urbana* pode ter hoje o papel e a importância que a *reforma agrária* teve durante cerca de meio século (e que ela conserva aqui e ali). Como reforma revolucionária ela abala as estruturas da propriedade, do direito e da ideologia neo capitalistas. Sustar, no caminho da degradação, a vida urbana ainda existente, inventar formas novas, permitem que essas formas se desdobram, abram seus caminhos aos germes da sociedade urbana são objetivos que ultrapassam as possibilidades do neocapitalismo e da sociedade do consumo dirigido. A mais culta burguesia não tem muitas condições de conceber o lúdico como obra, a cidade lúdica, e menos ainda de realizar-lhe as condições espaço-temporais. (LEFEBVRE, 1991, p. 2016)

Ao par em que os vínculos são construídos, que nos aproximamos da realidade, percebemos outras possibilidades de intervenção, outras formas de sociabilidade, tendo em vista que com o acelerado “processo de urbanização, o Serviço Social é provocado a pensar sua ação profissional além dos limites institucionais” (FARAGE, 2014, p. 246). Portanto, que a dureza das desigualdades não possa determinar as possibilidades de futuro e que a regressão dos direitos sociais não nos leve ao imobilismo, posto que é preciso “construir hoje o germe da nova sociedade” (FARAGE, 2014, p. 261).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto conclusões preliminares, a sistematização dos achados do presente estudo busca elucidar o problema de pesquisa e as questões norteadoras dialogando com as experiências e significados que as mulheres sem teto atribuem aos seus cotidianos de luta.

Compreender a produção do espaço sob os desígnios do capital é ter clareza da oposição presente entre valor de uso e de troca, uma vez que os segmentos populares organizados lutam por uma apropriação e produção espacial ordenada a partir de suas necessidades sociais. Portanto, a cidade, vista enquanto lócus privilegiado em que se expressa a luta de classes, ao mesmo tempo como palco no qual se disputam diferentes projetos societários circunscritos na esteira dos conflitos fundiários, políticos, econômicos e sociais, torna-se espaço de conteúdo eminentemente político e estratégico como sinalizado por Lefebvre (2008).

O processo de urbanização brasileiro, marcado pela particularidade do capitalismo dependente latino-americano, mostra que historicamente a classe trabalhadora tem sido espoliada da vida urbana. Esta por sua vez, compreendida enquanto obra civilizatória (LEFEBVRE, 2001) se apresenta aos sujeitos, - aos trabalhadores e trabalhadoras sem teto - enquanto potência estranha (CARLOS, 2017), posto que se realiza no cotidiano “mais como como um conjunto de coações do que de realização da vida” (PADUA, 2018, p. 90).

Elucida-se que são notórias as conquistas e avanços logrados pelos movimentos sociais urbanos no que tange os marcos legais que regem a questão urbana no Brasil. Seja pela criação de mecanismos de controle social, (ainda que exija ressalvas quanto à efetividade dessa participação). Seja através de políticas públicas com vistas a responder à "crise" de moradia que assola o país.

Contudo é preciso destacar que a política de orientação ultraneoliberal adotada por Michel Temer (2016-2018) e acirrada por Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) tende a obscurecer o acúmulo de forças políticas e sociais construídas pelos movimentos sociais no período contestatório da Ditadura Civil Militar, do processo de abertura democrática e dos governos de coalizão de Luiz Inácio Lula da

Silva e Dilma Vana Rousseff.

Nesta seara, temos visto a regressão dos direitos sociais, o desmonte dos espaços institucionais de controle social, a criminalização e a perseguição política às lutas dos movimentos sociais, mostrando claramente que “no âmbito da social-democracia, nada que se confronte diretamente com a lógica e os interesses do capital será implementado, a não ser por via revolucionária” (PRATES, 2017, p. 276)

Apreender as interfaces da questão social e suas expressões na luta pelo direito à cidade nos exige mergulhar em espaços permeados por contradições, cujas estratégias de resistência surgem enquanto respostas às necessidades mais elementares da sobrevivência humana. Engendradas por uma complexa trama social, são capazes de apontar - num mesmo tempo presente - a construção de respostas coletivas às demandas comumente tratadas enquanto individuais.

Mais que isso: no tempo miúdo da vida, mediada por privações de todo tipo, são vislumbradas fagulhas de esperança que ganham materialidade na participação e mobilização dos sujeitos que não encontram outra alternativa que não seja resistir. Pessoas que confrontam o estigma da identidade de sem teto, a violência estatal e midiática, o desrespeito com suas expressões culturais e religiosas. Um modo de viver horizontal, verticalizado um sob os outros como sinônimo de moradia digna. Assim, se aterram os sonhos e as esperanças e se “tornam adequadas” às condições de vida, esquecendo-se que estes mesmos sujeitos, ainda que inconscientemente, portam um projeto de classe.

Neste sentido, ousamos dizer: quer uma expressão mais revolucionária que um viver horizontalizado numa dinâmica de produção espacial fragmentada e parcelar? Ora, por que homens e mulheres, aparentemente livres das amarras do urbanismo, ousam sinalizar diferentes sociabilidades pautadas em valores de solidariedade classista? Sejamos cautelosos, posto que corremos o risco de uma análise caricata.

Não é possível afirmar que as experiências mediadas por privações, constrangimentos e humilhações sejam suficientes e necessárias para a construção

de uma sociabilidade que contrarie a lógica que vivemos. Ao mesmo tempo que não é possível negar que as mesmas experiências sejam capazes de trazer luz a realidade posta, uma vez que é no aparente desencontro temporal, que as possibilidades de ação e enfrentamento às refrações da questão social se apresentam no cotidiano.

Dessa maneira, a experiência de pesquisa nos permite apontar que: estratégias de enfrentamento às desigualdades e necessidades sociais construídas no âmbito coletivo, se apresentam como potentes ferramentas que favorecem a ampliação da consciência política dos sujeitos. E inferimos isso, justamente porque é no tempo real, permeado por encontros e desencontros que os/as trabalhadores e trabalhadoras sem teto vislumbram sentido à vida de privações, por exemplo. Uma vez que a luta (pelo direito à cidade, ao teto, ao lar) é a tradutora da revolta e da rebeldia silenciosa, antes enclausurada nos barracos de lona.

Em outros termos: é no dia a dia que os sujeitos constroem narrativas, imprimem no espaço seus modos de viver, expectativas, sonhos e esperanças fazendo história não como meros espectadores, mas como sujeitos políticos, dotados de um projeto de classe antagônico aos valores e dominação burguesa. Estão implicadas aí, agora não mais parceladas mas em conjunção, as categorias condições, modos de vida e organização política constituídas numa unidade que emerge e retorna para a vida cotidiana.

Em referência ao caminho de retorno, é importante salientar que o mesmo não se dá sob condições pacíficas e lineares, muito menos conta com os mesmos atores sociais que incorreram inicialmente na incursão. Isto é, no interior das próprias coletividades e organizações políticas a tensão e o conflito não se esboroa, ele ressurgue sob novas e antigas roupagens, prenhe de contestação e rupturas. Eis um dos grandes desafios postos ao trabalho coletivo e comunitário: inovar constantemente os processos de luta enquanto pressuposto fundamental para a manutenção dos sonhos.

Nesta perspectiva, destacamos a relevância das ações desenvolvidas de cunho pedagógico, cuja instrumentalidade esteja vinculada à uma formação político-crítica de moradores e militantes que possam caminhar em direção para a

construção de projetos societários contra-hegemônicos ao modo de produção capitalista. Uma vez que, dadas as circunstâncias que circundam a questão da moradia, corre-se o risco de empreender uma estratégia de luta fragmentada, pulverizada no acesso precário às diferentes políticas sociais ou ainda transformadas em ações de cunho assistencialista. Indica-se portanto, que um referencial ético-político e teórico-metodológico erigidos nesta direção oferecem contributos sólidos à intervenção profissional dos/das assistentes sociais no trabalho articulado com os movimentos sociais urbanos.

Em referência à produção científica na área de Serviço Social, aponta-se que as discussões de maneira articulada entre as categorias direito à cidade, movimentos sociais e trabalho profissional permanecem diminutas, mostrando como desafio a ampliação e compreensão sobre as relações de poder que emergem no cenário urbano a partir da luta cotidiana pelo direito à cidade, construída pela sociabilidade de sujeitos coletivos que residem em espaços de ocupações urbanas.

Contudo, são notórias as contribuições e o acúmulo teórico que a profissão vem construindo ao longo dos anos, uma vez que os debates propostos fazem referência à produção do espaço no modo de produção capitalista e abordam as contradições presentes num cenário composto por desigualdades e resistências sociais. Outro fator que merece destaque é a análise crítica com que autores e autoras apresentam os limites das políticas públicas enquanto respostas à crise urbana no país, sobretudo quando conectadas com as discussões referentes às competências e atribuições dos/das assistentes sociais no trabalho junto aos movimentos sociais. Portanto, infere-se que a vertente crítica que consubstancia a produção do conhecimento no Serviço Social tem contribuído para a ampliação do debate acerca das expressões da questão social presentes no contexto urbano.

Posto isso, entende-se que a mediação dos processos formativos e do trabalho profissional articulada à experiência de atuação junto aos movimentos sociais reverberam profícuos contributos ao Serviço Social, considerando que tais ações: a) se circunscreve enquanto estratégia que traz vitalidade e fortalecimento ao projeto profissional; b) pode ser apropriada como ferramenta que permite desvendar o cotidiano de lutas dos sujeitos e qualificar a intervenção dos/das assistentes



sociais; c) serve como amplificadora do escopo de atuação profissional, dando visibilidade às demandas reprimidas dos territórios e d) se constitui como espaço potente de formação graduada e pós-graduada, sobretudo na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido se evidencia a relevância das categorias direito à cidade e cotidiano sob as contribuições de Henri Lefebvre. Para tanto, temos clareza de que *o direito à cidade supera a dimensão individual, reduzida ao poder monetário de compra, uma vez que a mesma está amplamente vinculada à luta anticapitalista, numa perspectiva de urbano que implica a resposta ampliada às necessidades sociais, permitindo assim, a realização da sociedade urbana.*

Dessa maneira, implica a ruptura com as estruturas que condicionam a cidade `a esfera do consumo, trazendo à tona “a oposição entre o *valor de uso* (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o *valor de troca* (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, dos signos)” (LEFEBVRE, 2001, p. 35).

Para além do instituído, de uma vida permeada por processos simultâneos de alienação, compreende-se o cotidiano como espaço que permite a renovação dos processos sociais contestatórios, cujas interações, os significados e os sentidos são construídos pelos sujeitos no ato da ação, indicando assim, uma práxis eminentemente revolucionária.

Posto isso, numa conjuntura que nos impõe a formulação de estratégias renovadas de contestação e enfrentamento à ordem burguesa (IASI, 2014), é possível (e preciso) fortalecer as estratégias de lutas travadas pelos movimentos sociais urbanos, apreendendo-as como ferramentas que conferem renovação política às bases organizativas dos coletivos sociais, no horizonte da radicalidade democrática e da emancipação humana.

Fato este que nos exige a construção de caminhos pautados por valores socialistas, cujas ações permitam estabelecer vinculação e conexão às diferentes lutas sociais (DURIGUETTO, 2014), sobretudo numa conjuntura em que se agudizam as expressões da questão social, evidenciando a decrepitude dos valores

que fundamentam esta sociedade.

Tais requisitos precisam manifestar a participação e o protagonismo dos sujeitos nos diferentes espaços institucionais e autônomos de controle social, no trabalho profissional dos/das assistentes sociais e nas organizações comunitárias como expressão de luta e resistência à atual ofensiva conservadora e ultraneoliberal em curso no Brasil.

O estado de barbárie em que se encontra a classe trabalhadora, sobretudo com o agravamento das desigualdades e a destruição dos direitos sociais - em nível local e global - , nos incita a desvendar as contradições e lutas de classes em curso, construindo pesquisas integradas com os movimentos sociais que tenham como pressuposto lograr importantes subsídios para a transformação social.

“Se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (LEFEBVRE, 1991, p. 174) e nesta direção, é preciso retornar à realidade daqueles que resistem. Ou seja, regressar aos cotidianos de sociabilidades consideradas irrelevantes, esquecidos pelas ciências, amontoados em identidades atribuídas pelo estigma da pobreza. É fundamental retornar aos espaços onde se gestam os sonhos e esperanças, considerando que o possível também se explicita na aparente imobilidade, posto que a rebeldia não mais silenciada, está, na verdade, em constante movimento.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Disponível para consulta em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311141012990370.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf)> Acesso em 02/01/2019.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**. Tese de Doutorado. PUC/SP. São paulo: 2006. Disponível para consulta em: <<http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t5.pdf>> Acesso em 13/08/2019.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz C. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- AMANAJÁS, Roberta. KLUG, Letícia. DIREITO À CIDADE, CIDADES PARA TODOS E ESTRUTURA SOCIOCULTURAL URBANA. In: COSTA, Marco Aurélio. THADEU, Marcos. FAVARÃO, Cesar B. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios à sua implementação**. Brasília, Ipea, 2018, p. 29-44.
- AMIGOS DA TERRA BRASIL. **De Porto Alegre ao Acre, por terra e por ar: as várias camadas das violações da indústria aeroviária contra povos e territórios**. Porto Alegre, 2019.
- AMIGOS DA TERRA EUROPA. **NÃO CAUSAR DANO: Em favor de uma lei da União Européia que responsabilize empresas por violações de direitos humanos**. Bélgica, 2020. Disponível para consulta em: <[http://foeeurope.org/sites/default/files/corporate\\_accountability/2020/foee\\_human\\_rights\\_report\\_portuguese.pdf](http://foeeurope.org/sites/default/files/corporate_accountability/2020/foee_human_rights_report_portuguese.pdf)> Acesso em 03/12/2020.
- AMOROSO, Mauro. Memória, propriedade e resistência: a trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade na favela de Vila Operária. **O Social em Questão - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018**, p. 169-188.
- ALVES, Glória. Privação, Justiça espacial e direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani A. ALVES, Glória. PADUA, Rafael Faleiros (orgs). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 167-178.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo, Klick, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021**.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed, São Paulo: Cortez, 2010.
- BONDUKI, Nabil (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo**. São Paulo : Instituto

Casa da Cidade, 2018.

\_\_\_\_\_. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p. 711-732. Disponível para consulta em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod\\_resource/content/1/Origens%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod_resource/content/1/Origens%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Brasil.pdf)> Acesso em 15/12/2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed., Zahar: 1988. Disponível para consulta em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_e\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_e_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf)> Acesso em: 05/08/2020.

BOULOS, Guilherme Castro. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionadas à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação de Mestrado, 2016. Disponível para consulta em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/publico/GuilhermeCastroBoulos.pdf>> Acesso em 10/03/2019.

BRAGA, Gustavo B. FIÚZA, Ana Louise C. REMOALDO, Paula Cristina A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, no 45, mai/ago 2017, p. 370-396

BRASIL. **Painel CORONAVÍRUS**. Brasília, Ministério da Saúde: 2021. Disponível para consulta em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 10/01/2020

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 996, de 2020**. (Institui Programa Casa Verde e Amarela). Disponível para consulta em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/144365>> Acesso em: 06/01/2021.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 55, DE 29 DE ABRIL DE 2020**. Ministério da Educação, Brasília, 2020. Disponível para consulta em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-55-de-29-de-abril-de-2020-254678286>> Acesso em 18/05/2020.

\_\_\_\_\_. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2019. Disponível para consulta em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>> Acesso em 12/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível para consulta em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm)> Acesso em: 10/06/2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e

Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível para consulta em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)> Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016.** Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação.** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.977, de 07/07/2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível para consulta em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11977-7-julho-2009-589206-publicacaooriginal-114190-pl.html>> Acesso em: 13/05/2020.

\_\_\_\_\_. **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS de Vazios Urbanos.** Brasília, Ministério das Cidades:2009.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.445, de 05/01/2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível para consulta em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm)> Acesso em: 03/04/2020.

\_\_\_\_\_. **ESTATUTO DAS CIDADES.** Brasília, 2004. Disponível para consulta em: <<http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>> Acesso em 12/11/2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal. Brasília, 1988.** Disponível para consulta em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em 15/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Disponível para consulta em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4380-21-agosto-1964-377666-normaatualizada-pl.html>> Acesso em: 06/10/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível para consulta em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)> Acesso em 05/03/2020.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e

polêmicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012, p. 468-492.

CARDOSO, Adauto Lucio. JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada**. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

Disponível para consulta em:

[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-03.pdf) Acesso em 23/06/2019.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 461- 477.

CARIAGA, Maria Helena. BURGINSKI, Vanda Micheli. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29 n. 2, 2019, p. 779-807.

CARLOS, Ana Fani A (org). **Crise urbana**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani A. SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (orgs) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, Contexto: 2018.

CARLOS, Ana Fani A. ALVES, Glória. PADUA, Rafael Faleiros (orgs). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani A. ALVES. **A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre**. In: CARLOS, Ana Fani A. ALVES, Glória. PADUA, Rafael Faleiros (orgs). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

Castells, Manuel. La urbanización dependiente en America Latina. In: CASTELLS, M. (Comp.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p.12-34.

CDES. **Desenvolvimento Urbano e Violação aos Direitos Humanos**. Boletim 06, 2013. Disponível para consulta em:  
<<http://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2017/10/02artigon16.pdf>> Acesso em 06/12/2019.

CFESS. **O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais**. CFESS Manifesta, Vitória, 2018.

\_\_\_\_\_. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível para consulta em:  
<[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 02/10/2019.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do serviço social: um estudo através da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

CUNHA, Elcemir Paço. Contribuição ao debate da *questão social* em Marx. In: MOLJO, Carina Berta. SANTOS, Cláudia Mônica dos (orgs). **Serviço Social e Questão Social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. p. 15-55.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020**. Disponível para consulta em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202012cestabasica.pdf>> Acesso em 13/02/2021.

DILIGENTI, Marcos Pereira. DIAS, Maria Alice Medeiros. TEODORO, Isadora. Produção Social do Espaço/Tempo e os Vazios Urbanos: o caso do Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 340 - 355, ago./dez. 2016.

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível para consulta em:

<<http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Dossi%C3%AA-viola%C3%A7%C3%B5es-comit%C3%AA-da-copa.pdf>> Acesso em 15/10/2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017. p. 104-122.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. BAZARELLO, Raphael Dutra. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: termos do debate. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015, p. 133-155.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. MARRO, Kátia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FAO BRASIL. **Brasil em resumo**. Disponível para consulta em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>> Acesso em 11/01/2020.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz C. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 245-262.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda (orgs). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris, 2015.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. As lutas sociais pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 96-112, set./dez. 2019.

FRENTE POVO SEM MEDO. **Carta Convocatória**. São Paulo, 2015. Disponível para consulta em:  
<https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/CARTA-CONVOCATRIA-LANAMENTO-DA-FRENTE-POVO-SEM-MEDO.pdf> Acesso em: 22/06/2019.

FRIEDRICH, Engels. **A questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Global: 1985.

Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil**. Disponível para consulta em:  
<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3> Acesso em 13/06/2019.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. State intervention and urban (re)structuring. A study on gentrification. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov. 2014.

GARCEZ, Andrea. DUARTE, Rosália. EISENBERG, Zena. **Produção e análise de vídeo gravações em pesquisas qualitativas**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.2, p. 249-262, mai./ago. 2011. p. 249-261. disponível para consulta em:  
 <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a03.pdf>> Acesso em 15/03/2020.

GOMES, Maria de Fatima Marques. PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

GONÇALVES, Rafael Soares. PESSANHA, Manuella Thereza Cabral. MORORÓ, Géssica Martins. Pelo direito de permanecer: mobilização política e o acesso a serviços de água e luz nas favelas cariocas no período pós-estado novo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.295-314, ago./dez.2015.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015. p. 721-745.

GUIMARÃES, Polyana Aparecida Santos. ACESSO À CIDADE: TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS EM PERSPECTIVA. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 23, n. 2, 2014. p. 31-41.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015. p. 721-745.

\_\_\_\_\_.MARQUES, Morena Gomes. MOVIMENTOS SOCIAIS E



SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 24-36, jul./dez. 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume: 2005.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HAUBRICH, Alexandre. **Ocupação Lanceiros Negros nasce no coração de Porto Alegre organizada pelo MLB**. Jornalismo B. 15 de novembro de 2015. Disponível para consulta em:

<<https://www.pressenza.com/pt-pt/2015/11/mtst-realiza-sua-primeira-ocupacao-em-p-orto-alegre-e-amplia-luta-por-moradia-na-cidade/>> Acesso em 03/11/2019.

HONORATO, A. et al. **A vídeo-gravação como registro, a devolutiva como procedimento: pensando sobre estratégias metodológicas na pesquisa com crianças**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu: ANPEd, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez: 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível para consulta em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0439.pdf>> Acesso em: 12/12/2019.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Número 21 - 2008.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3 jan./jul. 2001 p. 133-155. p. 9-32.

IANNI, Octavio. Globalização e crise do Estado-Nação. **Estudos de Sociologia**. Vol. 4, Número 6 (1999).

IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível para consulta em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0417.pdf>> Acesso em: 13/10/2020.

\_\_\_\_\_. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz C. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 50 - 67.

JAZAR, Manoela Massuchetto. ULTRAMARI, Clovis. **PERIODIZAÇÕES E IDEALIZAÇÕES DA CIDADE BRASILEIRA: 1875-2015**. G&DR, v. 14, n. 5, p. 188-205, set-dez/2018, Taubaté, SP, Brasil.

JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Júnior, Nelson Saule (orgs). **Dossiê do Desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus Impactos Sobre as Cidades: Violações de Direitos Humanos e os Riscos de Construção de Cidades Intolerantes, Excludentes, Injustas e Antidemocráticas**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020. Disponível para consulta em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf>> Acesso em 13/03/2020.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

KOSIK. Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro: 2001.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **A re-produção das relações de produção**. Paris: Anthropos, 1973.

LORDELLO, Silvia Renata. SILVA, Isabela Machado da. **RESOLUÇÃO Nº 510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE: UM PANORAMA GERAL**. São Paulo, Revista da SPAGESP, 18(2), 6-15.

LOPES, Ada Kallyne Sousa. Emancipação política e a luta pelo direito à cidade. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 191-200, jan./abr. 2019.

MAIA, Marilene. TENHER, João Conceição e Guilherme. Realidade habitacional na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 2019. Disponível para consulta em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7522-realidade-habitacional-na-regiao-metro-politana-de-porto-alegre>> Acesso em 13/09/2020.

MARICATO, Ermínia (et al). **Cidade Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História Oral: exercício democrático da palavra**. São Paulo. Texto didático, PUC-SP, 2013. Disponível para consulta em: <[http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral\\_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf](http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf)> Acesso em 03/03/2020.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013. **A sociedade vista do abismo (Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais)**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo, Hucitec: 2000.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. 1. ed., São Paulo, Boitempo: 2017.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Expressão Popular: 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed., São Paulo, EDIPRO: 2015.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo : Boitempo, 2007.

MELCHIONNA, Fernanda. BECKER, Nina (org). **Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015**. Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015. Disponível para consulta em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/mapa\\_seguranca\\_2015.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_seguranca_2015.pdf)> Acesso em 13/09/2020.

MELLO, Bruno C. **PORTO ALEGRE, 1820 a 1890: Aspectos urbanísticos através do olhar dos viajantes estrangeiros**. Porto Alegre, Armazém Digital: 2011.

MELLO, Bruno C. E. NODARI, LERSCH, Inês Martina. ROVATI, João Farias. FUNGER, Bárbara Bundyra. MACHADO, Hemilyn da Silva (orgs). **Práticas Urbanas Emergentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MELLO, Bruno C. E. NODARI, Gabriela Rosa. LERSCH, Inês Martina. ROVATI, João Farias (orgs). **Práticas Urbanas Emergentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. Hucitec: São Paulo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 2, Londrina, 2010. p. 163-176.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo, Cortez: 2011.

MOTA, Ana Elizabete (org). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo. Cortez. Edição: 2013.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre, Letra e Vida: 2012.

MTST. **Cadastro de Acampados na Ocupação Povo Sem Medo**. Porto Alegre, 2020.

MTST. **Cartilha de Princípios**. São Paulo, 2005. Disponível para consulta em: <[https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst\\_cartilha/11](https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/11) > Acesso em: 10/06/2019.

NETO, Jorge Pinto Medeiros. VEIGA, Felipe Berocan. “Praça da Cantareira”: usos e práticas informais em um espaço público de Niterói. **O Social em Questão** - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018. p. 189-206. Disponível para consulta em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_42\\_art\\_7\\_Neto\\_Veiga1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_7_Neto_Veiga1.pdf)> Acesso em: 08/10/2019.

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: Maria Lúcia Teixeira Garcia, Eugênia Célia Raizer (organizadoras). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória, ES : EDUFES, 2013, p. 83- 111.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. UMA FACE CONTEMPORÂNEA DA BARBÁRIE. São Paulo. Revista **Novos Rumos**, v. 50 n. 1, 2003. Disponível para consulta em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436>  
Acesso em 15/06/2019.

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Brasília, **Temporalis**, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível para consulta em: [http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_o\\_.pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_o_.pdf)> Acesso em: 04/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira. SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. BIENENSTEIN. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA ASSESSORIA TÉCNICA. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 52-69, jul./dez. 2019.

ONU. **Relatório da ONU: Conselho de Direitos Humanos**. Brasil, 2015. Disponível para consulta em: [https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio\\_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf](https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf) Acesso em 10/06/2019.

ONU HABITAT. **Relatório Cidades do Mundo**. Brasil, 2016. Disponível para consulta em: <https://nacoesunidas.org/atual-modelo-de-urbanizacao-e-insustentavel-onu-habitat-relatorio/> Acesso em 07/08/2019.

OXFAM BRASIL. **A DISTÂNCIA QUE NOS UNE: um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível para consulta em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf)> Acesso em 11/06/2019.

PADUA, Rafael Faleiros de. Espaços de Desindustrialização na Urbanização Contemporânea da Metrópole. In: CARLOS, Ana Fani A (org). **Crise urbana**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2018. p. 85-103

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. Território, desigualdade e cidadania: o Programa Minha Casa, Minha Vida, em Londrina. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 89-113, jul./dez. 2013.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. ALVES, Jolinda de Moraes. Política de regularização fundiária urbana de interesse social em Londrina, Paraná. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 184-193, jul./set. 2016.

PELIANO, Anna Maria. **O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. Brasília, Ipea, 1993. Disponível para consulta

em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>  
Acesso em 05/06/2019.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz C. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 119 - 135.

PECHMAN, Robert Moses. A cidade dilacerada. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. 2. ed. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **NECESSIDADES HUMANAS: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, 100: 119-153, 2017. Disponível para consulta em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>> Acesso em: 04/06/2019.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como gênero**. Proj. História. SP (22). jun: 2001.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**.

Disponível para consulta em:

[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/planodiretortexto.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf)

Acesso em 13/06/2019.

PRATES, Jane Cruz. A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 275 - 281, ago./dez. 2017. Disponível para consulta em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29570> Acesso em 11/06/2019.

\_\_\_\_\_. PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.

\_\_\_\_\_. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2313>. Acesso em: 21/06/2019.

\_\_\_\_\_. O planejamento da pesquisa social. **Temporalis**. Ano 4, n 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2004, p. 123- 143.

\_\_\_\_\_. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 2, 2003. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/948>. Acesso em: 21/06/2019.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, Luiz. **Populações “marginais”**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 11-72.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilásio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia (et al). **Cidade Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12.

ROSE, D. **Análise de imagens em movimento**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 342-364.

RIBEIRO. Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani A (org). **Crise urbana**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2018. p. 171-186.

SAMPAIO, Renata Alves. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, Ana Fani A (org). **Crise urbana**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2018. p. 55-84.

SANTANA, Joana Valente. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018.

SANTOS, Milton. O DINHEIRO E O TERRITÓRIO. **GEOgraphia** – Ano. 1 – No 1 – 1999. Disponível para consulta em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>> Acesso em 03/02/2020.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1993.

SANCHES, Taísa. “Lá eu sou respeitada”: Reconhecimento e Direito à Cidade em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 37- Jan a Abr/2017. p 91-108.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e os desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. MACÊDO, Celênia de Souto. **A Urbanização do Brasil**. Rio Grande do Norte, UNIDIS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 2011.

SIMÕES, Guilherme. Megaeventos: novo passo da especulação imobiliária, nova página do conflito urbano brasileiro. Rio de Janeiro: **Revista Praia Vermelha**. v. 24 n. 1 p. 167-187 Jan/Jun 2014

SIMÕES, Guilherme. CAMPOS, Marcos. RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SINGER, Paul. **A América Latina na crise mundial**. ESTUDOS AVANÇADOS 23 (66), 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo, USP: 1986.

SORAGGI, Ana Carolina Maria. ARAGÃO, Thêmis Amorim. Corrêa, Filipe Souza. O Papel das Ocupações Urbanas como Elemento de Repertório dos Movimentos de Moradia na Inflexão Ultraliberal. Rio de Janeiro: **Observatório das Metrôpoles**, 2019.

SOUSA, Norma Maria Bentes de. Os indígenas e o direito à cidade: negação e invisibilidade em Manaus (AM). Rio de Janeiro: **Revista Em Pauta**, 2014 - n. 34, v. 12, p. 115- 130

SUAVE, Angela Michele. As especificidades urbanas na relação do serviço social com os movimentos sociais. Porto Alegre. **Textos & Contextos**, v. 17, n. 2, p. 305 - 320, ago./dez. 2018.

SUL21. **Gentrificação: Série Especial**. Porto Alegre, 2017. Disponível para consulta em: <<http://especiais.sul21.com.br/>> Acesso em 13/08/2019.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

TOCHETTO, Daniel. SOUZA, Célia Ferraz de. **Do planejamento urbanístico ao planejamento integrado: a trajetória de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970**. Anais XVIII ENANPUR 2019.

TOLENTINO, Erika dos Santos. Justiça Ambiental, direito à cidade e ciganos Calon. **Social em Questão** - Ano XXI - nº 40 - Jan a Abr/2018. p. 333-360.

TONELLA, Celene. Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013.

URVOY, Philippe. O plano e o oblíquo: ocupações de terras e movimentos de moradores em Belo Horizonte nos anos 1960: reflexão sobre duas escritas distintas do espaço urbano. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.73-86,



ago./dez.2015.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. De Cidade Maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca. Rio de Janeiro: **Revista Em Pauta**, 2017 - n. 39, v. 15, p. 224 - 238. Disponível para consulta em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30384/21550>> Acesso em: 15/11/2019.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: **DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3 jan./jul. 2001 p. 133-155. p. 33-40.

## NOTÍCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Elmano Férrer faz balanço positivo de 18 meses do governo Bolsonaro**. Disponível para consulta em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/07/elmano-ferrer-faz-balanco-positivo-de-18-meses-do-governo-bolsonaro>> Acesso em: 13/08/2020.

AGUIAR, Ana. **Moradores são retirados de prédio após risco de desabamento em Porto Alegre**. POA: Correio do Povo, 2020. Disponível para consulta em:

<<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-s%C3%A3o-retirados-de-pr%C3%A9dio-ap%C3%B3s-risco-de-desabamento-em-porto-alegre-1.496494>> Acesso em: 15/10/2020.

ANDRETTA, Filipe. Governo quer dar vale para quem ganha até R\$ 1.200 comprar casa; é uma boa? São Paulo: **UOL**, 2019. Disponível para consulta em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/24/voucher-casa-propria-moradia-proposta-governo.htm>> Acesso em: 10/12/2019.

BBC Brasil. **Lula teve 'visão correta' ao falar que crise era 'marolinha', diz 'Le Monde'**. 2009. Disponível para consulta em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090917\\_lulalemondeml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090917_lulalemondeml)> Acesso em: 02/03/2019.

BORGES, Beatriz. Os protestos contra a Copa se espalham por todo o Brasil. São Paulo: **El País**, 2014. Disponível para consulta em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2014/05/17/os-protestos-contr-a-copa-se-espalham-por-todo-o-brasil.htm>> Acesso em: 30/11/2019.

DATAPREV. **Auxílio Emergencial alcança mais da metade da população**

**brasileira.** Disponível para consulta em:

<<https://portal2.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial-alcanca-mais-da-metade-da-populacao-brasileira>> Acesso em: 13/12/2020.

Brito, Ricardo. SIMÕES, Eduardo. PF faz busca e apreensão contra aliados de Bolsonaro em inquérito do STF sobre fake news. UOL, 2020. Disponível para consulta em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/05/27/pf-faz-busca-e-apreensao-contra-aliados-de-bolsonaro-em-inquerito-do-stf-sobre-fake-news.htm>> Acesso em: 17/06/2020.

FALLET, João. **Os 5 principais pontos de conflito entre governo Bolsonaro e indígenas.** BBC Brasil, 2020. Disponível para consulta em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51229884>> Acesso em 15/02/2020.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal.** Artigos semanais. Disponível para consulta em:

<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>> Acesso em: 13/09/2020.

MTST. **Chave na mão! | MTST entrega 910 apartamentos para famílias em Santo André.** Disponível para consulta em:

<<https://mtst.org/mtst/chave-na-mao-mtst-entrega-910-apartamentos-para-familias-e-m-santo-andre/>> Acesso em; 14/06/2020.

\_\_\_\_\_. **NOTA OFICIAL: Programa Casa Verde e Amarela.** Disponível para consulta em: <<https://mtst.org/mtst/nota-oficial-programa-casa-verde-e-amarela/>> Acesso em: 10/09/2020.

NUNES, Augusto. **O esturador do direito de propriedade quer ser prefeito: Boulos é mais que um candidato. É uma ameaça.** R7, 2020. Disponível para consulta em:

<<https://noticias.r7.com/prisma/augusto-nunes/o-esturador-do-direito-de-propriedad-e-quer-ser-prefeito-11082020>> Acesso em: 11/09/2020.

REINHOLZ, Fabiana. **Denúncia no MP aponta irregularidades na revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.** Brasil de Fato, 2020. Disponível para consulta em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/denuncia-no-mp-aponta-irregularidades-na-revisao-do-plano-diretor-de-porto-alegre>> Acesso em: 06/11/2020.

WATSON, Fiona. **Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas: O presidente inicia seu Governo atentando contra os direitos e as terras das comunidades.** El País, 2019. Disponível para consulta em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346\\_439815.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html)> Acesso em: 15/10/2019.

## IMAGENS:

ABREU. Eliane. **Fotos Antigas de Porto Alegre/RS.** Disponível para consulta

em:<<https://esabreu.blogspot.com/2017/11/fotos-antigas-de-porto-alegre-rs.html>>  
Acesso em 13/01/2021.

BASTOS, Ronaldo Marcos. **Fotos 1901-1920**. Disponível para consulta em:  
<<http://antigaportoalegre.no.comunidades.net/fotos-1901-1920>> Acesso em:  
13/01/2021.

BLOG. Baitasar. **As lembranças do Baitasar e o IAPI**. Disponível para consulta em:  
<<http://baitasar.blogspot.com/2016/07/as-lembrancas-do-baitasar-e-o-iapi.html>>  
Acesso em: 13/01/2021.

BLOG. Porto Alegre Resiste! Disponível para consulta em:  
<<https://poavive.wordpress.com/>> Acesso em: 13/01/2021.

GUERREIRO, Léo. **Projeto de conjunto habitacional do IAPI, nos anos 1950**.  
Revista do Globo, 2020. Disponível para consulta  
em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/voce-sabe-o-que-si-gnifica-iapi-conheca-a-historia-dos-institutos-que-viraram-referencia-de-habitacao-no-pais-ck6vcrlbt0ky801qduxpk2xfw.html>> Acesso em: 13/01/2021.

JAMES. **Porto Alegre Antigo: O maior presente**. Disponível para consulta em:  
<<http://lealevalerosa.blogspot.com/2010/05/outros-angulos-de-porto-alegre.html>>  
Acesso em: 13/01/2021.

PRATI, André e Família. **Fotos antigas de Porto Alegre**. Disponível para consulta  
em: <<http://fotosantigasdeportoalegre.blogspot.com/?view=sidebar>> Acesso em:  
13/01/2021.

ROSA, Ariel. **Cotidiano**. Porto Alegre, 2021. Disponível para consulta em:  
<<https://www.instagram.com/arielarielarielariel/>> Acesso em: 13/01/2021.  
Contato:[arielrosa.980@gmail.com](mailto:arielrosa.980@gmail.com)

SCHATCHNEIDER, Ederaldo. Porto Alegre antiga. Disponível para consulta em:  
<<https://br.pinterest.com/ederaldos/porto-alegre-antiga/>> Acesso em: 13/01/2021.

SCHENKEL, Maria da Graça Cunha. **Porto Alegre:prazer em conhecê-la!** 2ª ed.  
Martins Livreiro Editor - Porto Alegre, 1991. Disponível para consulta em:  
<[https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/obino/cruzadas1/atividades\\_porto\\_alegre/porto\\_alegre/atividades\\_porto.html](https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/obino/cruzadas1/atividades_porto_alegre/porto_alegre/atividades_porto.html)> Acesso em: 13/01/2021.

SIMON. Gilberto. **Freeway – 40 anos**. Disponível para consulta em:  
<<https://portoimagem.wordpress.com/2013/12/24/freeway-40-anos/>> Acesso em:  
13/01/2021.

WIEDMANN, E. **Ventos do Sul**. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível para  
consulta em: <<https://brmaua.com.br/imagens-ventos-do-sul/>> Acesso em:  
13/01/2021.

WIKIWAND. **Porto Alegre**. Disponível para consulta em:  
<[https://www.wikiwand.com/pt/Porto\\_Alegre](https://www.wikiwand.com/pt/Porto_Alegre)> Acesso em: 13/01/2021.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I - Roteiro de análise dos documentos inseridos na pesquisa

Questão social articulada com Movimentos Sociais, Lutas Sociais e/ou Direito à Cidade	Movimentos Sociais e Lutas Sociais articulada com Direito à Cidade	Direito à Cidade
1 Identificação do documento	1 Identificação do documento	1 Identificação do documento
1.2 Referência completa para citação do documento:	1.2 Referência completa para citação do documento:	1.2 Referência completa para citação do documento:
1.3 Meio no qual o documento foi publicado:	1.3 Meio no qual o documento foi publicado:	1.3 Meio no qual o documento foi publicado:
1.4 Ano da publicação do documento:	1.4 Ano da publicação do documento:	1.4 Ano da publicação do documento:
1.5 Descritor(es):	1.5 Descritor(es):	1.5 Descritor(es):
1.6 Localização do descritor:	1.6 Localização do descritor:	1.6 Localização do descritor:
( ) título/manchete	( ) título/manchete	( ) título/manchete
( ) resumo/título auxiliar	( ) resumo/título auxiliar	( ) resumo/título auxiliar
( ) palavras-chave	( ) palavras-chave	( ) palavras-chave
2. Nome do/da autor/autora:	2. Nome do/da autor/autora:	2. Nome do/da autor/autora:
3. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem).	3. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem).	3. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem).
3.1. Como o/a autor/autora conceitua/aborda Questão Social?	3.1. Como o/a autor/autora conceitua/aborda Movimentos Sociais e Lutas Sociais?	3.1. Como o/a autor/autora conceitua/aborda Direito à Cidade?
3.2. Como é feita a abordagem articulada Questão social e Movimentos Sociais e/ou Lutas Sociais e Direito à Cidade?	3.2. Como é feita a abordagem articulada de Movimentos Sociais e/ou Lutas Sociais com Direito à Cidade?	3.2. Como é feita a abordagem articulada de Movimentos Sociais e/ou Lutas Sociais com Direito à Cidade?
3.2. Como o/a autor/autora aborda a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais? (Para produções na área de Serviço Social)	3.2. Como o/a autor/autora aborda a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais? (Para produções na área de Serviço Social)	3.2. Como o/a autor/autora aborda a relação do Serviço Social com a luta pelo Direito à Cidade? (Para produções na área de Serviço Social)

<p>3.3.. Como o/a autor/autora aborda os Movimentos Sociais no contexto urbano?</p> <p>3.4. Como o documento apresenta os desafios e possibilidades postas à profissão na articulação do trabalho junto aos movimentos sociais urbanos? (Para produções na área de Serviço Social)</p> <p>3.5. Transcrição de conceitos ou extratos do texto considerados relevantes:</p>	<p>3.3.. Como o/a autor/autora aborda os Movimentos Sociais no contexto urbano?</p> <p>3.4. Como o documento apresenta os desafios e possibilidades postas à profissão na articulação do trabalho junto aos movimentos sociais urbanos? (Para produções na área de Serviço Social)</p> <p>3.5. Transcrição de conceitos ou extratos do texto considerados relevantes:</p>	<p>3.3.. Como o/a autor/autora aborda o Direito à Cidade e a produção do urbano?</p> <p>3.4. Como o documento apresenta os desafios e possibilidades postas à profissão na abordagem, do trabalho profissional relacionada à questão urbana? (Para produções na área de Serviço Social)</p> <p>3.5. Transcrição de conceitos ou extratos do texto considerados relevantes:</p>
4. Outras observações	4. Outras observações	4. Outras observações

## APÊNDICE II - Critério de Inclusão dos artigos na pesquisa bibliográfica e documental

DESCRITORES PRINCIPAIS	VARIAÇÕES DO DESCRITOR
Questão social articulada com Movimentos Sociais, Lutas Sociais e/ou Direito à Cidade	Sem variação
Movimentos Sociais e Lutas Sociais articulada com Direito à Cidade	Organizações políticas da classe trabalhadora articulada ao Direito à Cidade
Direito à cidade	Sem variação

### **APÊNDICE III - Roteiro da coleta de dados: Entrevista Semiestruturada**

**Acolhimento da participante:** explicação sobre os objetivos da entrevista. Combinações entre a mestrande e a participante.

#### **Etapa 1 - Quem sou eu**

1. Me conta um pouco da tua história e por que está na OPSM?

#### **Etapa 2 - Minhas condições de vida**

1. Como é viver neste lugar? Como é a tua casa? Quem mora contigo?
2. De que forma tu tem acesso à renda? Quais são as tuas condições de trabalho?
3. Considera ter uma alimentação adequada? Por quê? O que costuma comer diariamente?
4. Como está a saúde? Como tu cuida de ti?
5. Tem alguma relação com CRAS, “Postinho” e escola? Como tu acolhida/atendida nesses lugares?
6. É atendida por alguma política de habitação? Tem acesso a algum benefício do INSS? BPC, LOAS? Por quê?
7. Como tu participa de atividades culturais e de lazer?
8. A luta é por moradia e direito à cidade. Como seria a casa e a cidade dos teus sonhos?

#### **Etapa 3 – Como eu vivo**

1. Como tu descreve as relações estabelecidas pela tua família com a comunidade da OPSM?
2. Como são as relações e vínculos entre tu e os demais residentes da OPSM? Com quem tu conta na hora do “aperto”?
3. Como tu te sente vivendo na OPSM? Como é a vizinhança nos arredores da OPSM?
3. Quais as facilidades e dificuldades que vocês encontram para realizar atividades coletivas?
4. A partir de toda a tua história: quais são os sonhos que deseja realizar?
5. Como tu realizaria esses sonhos?
6. Conta como é a tua relação com o MTST? Concorda ou discorda com as atividades do movimento? Por quê?

#### **Etapa 4 – Como eu luto e resisto**

1. O que é lutar pelo direito à moradia e à cidade vivendo numa ocupação do MTST?

2. Como tu participa da organização e cuidado com a OPSM??
3. Como tu te sente ao participar das atividades coletivas do MTST e da OPSM? Por quê?
4. Como tu te sente em fazer parte de uma coordenação seja na OPSM ou no MTST?
5. Como tu explicaria o que é controle social?

**5. Agradecimento e despedida.**

**APÊNDICE IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 Instituto de Psicologia  
 Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a fazer parte da pesquisa “Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro: As Interfaces da Questão Social expressas na Luta pelo Direito à Cidade”, a qual irá participar de entrevistas filmadas no Barracão com duração prevista de no máximo 60 minutos. Sua participação é totalmente voluntária. Antes de concordar em ser participante, é muito importante que compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. O objetivo principal do estudo é “analisar as condições, os modos de vida e organização política dos trabalhadores que lutam pelo direito à cidade na Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre/RS”. Importante: sua participação nesta pesquisa é voluntária. Todas as etapas do trabalho ocorrerão na Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre/RS, no espaço físico do **Barracão** com a duração de aproximadamente 60 minutos cada encontro. Considerando a pandemia de COVID-19 e prezando por sua saúde é importante que não apresente sintomas similares ao coronavírus. **BENEFÍCIOS:** Esta pesquisa trará como benefício maior conhecimento sobre o tema abordado e

produção de documentário com a participação das mulheres no uso das informações autorizadas e que não venham a causar riscos à sua dignidade. **RISCOS:** A participação neste estudo, não prevê riscos de ordem física para você. Porém, alguns temas abordados podem gerar desconforto. Por isso poderá se negar a responder e desistir a qualquer momento mesmo que tenha concordado em participar da pesquisa sem que isso acarrete qualquer ônus. Assim, as participantes que eventualmente apresentarem necessidade serão escutadas e orientadas à rede pública de tratamento. **SIGILO:** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelas pesquisadoras responsáveis na análise dos dados que farão parte das discussões na dissertação, não sendo identificadas. Somente com a sua autorização, iremos filmar as entrevistas, vinculando-a à sua imagem e informações prestadas. Os vídeos terão sua privacidade garantida pelas pesquisadoras responsáveis e serão guardadas em sigilo pelo tempo de 5 anos e após totalmente destruídas (conforme preconiza a Resolução 466/12). As informações que serão utilizadas para a produção do comentário serão apresentadas a você, antes de publicizadas.

Caso você queira tirar qualquer dúvida a pesquisadora responsável é a Profª Dra. Thaisa Teixeira Closs, Professora do Instituto de Psicologia na Faculdade de Serviço Social, telefone para contato: (51) 3308-5066. A coleta de dados será realizada pela mestrandia Juanita Natasha Garcia de Oliveira ficando o mesmo telefone de contato e e-mail: [juanitapucrs@gmail.com](mailto:juanitapucrs@gmail.com).

**Local da Coleta de Dados:** Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, autorizando o uso de informações coletadas por vídeo gravação (áudio e imagem), ficando com a posse de uma delas.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

---

Assinatura da participante da pesquisa



---

Juanita Natasha Garcia de Oliveira

Mestranda UFRGS

Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre – RS. Cep 90035-003. Fones: (51)3308-5698

#### **APÊNDICE V: Termo de Consentimento Institucional - TCI**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

Porto Alegre, 30 de junho de 2020 .

#### **Prezada Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**

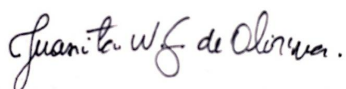
Vimos através deste documento solicitar a autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada ““Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro: As interfaces da questão social expressas na luta pelo direito à cidade”, de autoria de Juanita Natasha Garcia de Oliveira, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado no Instituto de Psicologia na rua Ramiro Barcelos, 2600 - Santa Cecília, Porto Alegre - RS, 90035-003, telefone: (51) 3308-5066, sob a orientação da Profª Dra. Thaísa Teixeira Closs, com o fim específico de produção científica. O trabalho tem como objetivo “analisar as condições, os modos de vida e organização política dos trabalhadores que lutam pelo direito à cidade na

Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre/RS”.

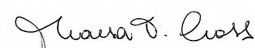
Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre – RS. Cep 90035-003. Fones: (51)3308-5698 e nos comprometemos a encaminhar à Coordenação Estadual do MTST uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que tais dados serão utilizados para a realização do presente estudo. Desde já, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço à colaboração.



Juanita Natasha Garcia de Oliveira  
Mestranda UFRGS



Profª Dra. Thaísa Teixeira Closs  
Orientadora



CLAUDIA REGINA MENDES DE AVILA

A Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, autoriza a realização da presente pesquisa.

Porto Alegre, 30 de junho de 2020.